

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

**O JORNALISMO AMBIENTAL E O PROCESSO DE
PRODUÇÃO DA NOTÍCIA:
A BAÍA DE GUANABARA EM PAUTA NO ANO DE 2000**

ANDRESSA DE OLIVEIRA SPATA

RIO DE JANEIRO
2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

**O JORNALISMO AMBIENTAL E O PROCESSO DE
PRODUÇÃO DA NOTÍCIA:
A BAÍA DE GUANABARA EM PAUTA NO ANO DE 2000**

Monografia submetida à Banca de Graduação
como requisito para obtenção do diploma de
Comunicação Social/ Jornalismo.

ANDRESSA DE OLIVEIRA SPATA

Orientadora: Profa. Dra. Cristina Rego Monteiro da Luz

RIO DE JANEIRO

2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **O Jornalismo Ambiental e o Processo de Produção da Notícia: a Baía de Guanabara em pauta no ano de 2000**, elaborada por Andressa de Oliveira Spata.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia/...../.....

Comissão Examinadora:

Orientadora: Profa. Dra. Cristina Rego Monteiro da Luz
Doutora em Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ
Departamento de Comunicação - UFRJ

Prof. Dr. Fernando Mansur Barbosa
Doutor em Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ
Departamento de Comunicação - UFRJ

Profa. Dra. Patrícia Cecília Burrowes
Doutora em Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ
Departamento de Comunicação - UFRJ

RIO DE JANEIRO

2011

FICHA CATALOGRÁFICA

SPATA, Andressa de Oliveira.

O Jornalismo Ambiental e o Processo de Produção da Notícia: a Baía de Guanabara em pauta no ano de 2000. Rio de Janeiro, 2011.

Monografia (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação – ECO.

Orientadora: Cristina Rego Monteiro da Luz

SPATA, Andressa de Oliveira. **O Jornalismo Ambiental e o Processo de Produção da Notícia: a Baía de Guanabara em pauta no ano de 2000**. Orientadora: Profa. Dra. Cristina Rego Monteiro da Luz. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO. Monografia em Jornalismo.

RESUMO

As características do processo jornalístico de produção da notícia nos jornais/empresa e os aspectos que definem o jornalismo ambiental constituem as principais questões a serem abordadas neste trabalho. Vários são os problemas enfrentados pelo jornalismo ambiental quando inserido em veículos de ampla divulgação e tiragem. Serão identificadas algumas das dificuldades em reproduzir jornalisticamente as questões ambientais da maneira como elas se apresentam na realidade, considerando-se a complexidade destes temas. Para os objetivos deste trabalho, serão analisados padrões referenciais de produção jornalística através de pesquisa bibliográfica pontual, os principais conceitos utilizados para caracterizar o jornalismo ambiental e um estudo de caso: a cobertura realizada pela versão impressa do jornal “O Globo” a respeito do rompimento do oleoduto da Petrobras no dia 18 de janeiro de 2000 e o consequente despejo de 1,3 milhão de litros de óleo na Baía de Guanabara. A análise desta cobertura embasará empiricamente a pesquisa, de maneira a identificar como as questões abordadas manifestam-se na prática das redações.

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai, por sempre acreditar em mim, pelas “sacudidas de objetividade” e por ter cedido a mesa de jantar por alguns meses para os livros e textos espalhados por todos os cantos. À minha mãe, por nunca me deixar esquecer de sonhar. À minha irmã Lisandra, vestibulanda e futura arquiteta, por toda paciência com as mudanças de humor e por dividir comigo a mesma mesa da sala, proporcionando momentos estratégicos de relaxamento. Aos meus avós maternos, avó paterna e tia que, de onde estiverem, estão me protegendo e torcendo por mim. Ao meu avô querido que, mesmo sem a convivência de antes, é um dos meus grandes exemplos de caráter e conduta. Aos meus tios, tias, madrinha e primas por entenderem as minhas ausências nas festas de família.

Ao meu namorado Michel, meu porto seguro, meu grande companheiro, por rir o meu riso e derramar o meu pranto. E pela paciência em me ouvir filosofar sobre o paradigma da complexidade e o jornalismo ambiental.

À minha sogra e ao meu cunhado, por também terem cedido a mesa de jantar aos fins de semana para os meus livros e textos saídos de uma mala de viagem, pela tranquilidade que me proporcionaram e pelas conversas divertidas e essenciais na hora do almoço, do jantar, do lanche...

Às queridas socioeconometes e agregadas (os) marinhas (os) e aquáticas, por todo apoio, carinho e momentos “respira no saco”. Pela igual paciência em me ouvir filosofar sobre o paradigma da complexidade e o jornalismo ambiental, por terem me mostrado o que é essa maravilhosa Baía de Guanabara pela qual eu me apaixonei e pelos “Apresenta logo essa monografia, menina!”, fundamentais para manter meu foco e não me deixar esmorecer.

Aos meus amigos e professores do Colégio Pedro II, da UFF e da ECO/UFRJ, por terem feito parte da minha vida e terem me ajudado e apoiado sempre, à distância ou bem pertinho.

À Geografia, que para alguns serve em primeiro lugar para fazer a guerra, mas que para mim, é amor... Graças à Geografia, passei a enxergar a realidade como uma só,

com os olhos da complexidade, a buscar as perguntas certas para entendê-la e a pensar em maneiras de agir sobre ela.

À minha querida orientadora Cristina Rego Monteiro da Luz, pelas maravilhosas discussões e pelas precisas indicações de leituras perfeitas para o desenvolvimento do meu trabalho.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

2. JORNALISMO: UMA PAISAGEM ATUAL

2.1. Visões sobre o “jornalismo” e o “fazer jornalístico”

2.2. O processo de (re) produção da notícia.

2.2.1. A pauta e o papel do editor

2.2.2. A reprodutibilidade da notícia

3. JORNALISMO AMBIENTAL

3.1. Breve histórico do Jornalismo Ambiental

3.2. Principais conceitos e particularidades

4. PERFIL DO JORNALISTA DE MEIO AMBIENTE

4.1. Engajamento político e social como premissa

4.2. Abordagem fragmentada e o Jornalismo Ambiental

4.3. Pensamento complexo: possibilidades teóricas e prática possível

5. ESTUDO DE CASO: A COBERTURA DO JORNAL O GLOBO SOBRE O VAZAMENTO DE ÓLEO OCORRIDO EM 2000 NA BAÍA DE GUANABARA

5.1. Caracterização da cobertura do vazamento

5.2. Uma análise crítica sob os conceitos do Jornalismo Ambiental

6. CONCLUSÃO

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

8. ANEXOS

1. INTRODUÇÃO

No contexto de crise ambiental vivenciado pelas sociedades contemporâneas, torna-se cada vez mais necessário o desenvolvimento de uma nova maneira de pensar e solucionar as questões que se colocam diante da humanidade, uma vez que o modelo de pensamento fragmentado e fragmentador baseado no cartesianismo e no positivismo, e que norteou todas as relações das sociedades até então – culturais, econômicas, sociais, políticas – não é mais suficiente.

Em paralelo, o jornalismo praticado pelos *media*, também baseado neste modelo fragmentário, não tem dado conta de representar a multiplicidade de uma realidade que se coloca diante de atores sociais cada vez mais ativos e que buscam bradar suas vozes em veículos alternativos, como aqueles possibilitados pelos meios eletrônicos configurados em rede, tal como a Internet. Estes atores têm se dado conta da importância que a questão ambiental adquire em suas vidas, porém, ao buscarem nos *media* informações que subsidiem seu pensamento, deparam-se com um cenário desolador.

Isso acontece porque os *media* não se mostram preparados para lidar com a complexidade e multiplicidade da realidade e, especificamente, da questão ambiental. É nesse contexto que surge a proposta do Jornalismo Ambiental, um tipo de fazer jornalístico que se propõe diferente daquele praticado pelos *media* tradicionais para responder às questões relacionadas à temática ambiental, mas que tem esbarrado nas limitações do chamado processo jornalístico de produção da notícia.

E é este confronto entre o modelo de jornalismo vigente nas principais redações dos grandes jornais do país, e a proposta elaborada pelos jornalistas e pesquisadores que se dedicam ao Jornalismo Ambiental, que o presente trabalho visa discutir. Confronto que, por sua vez, é sinalizado no estudo de caso escolhido.

Por outro lado, além dos conflitos e das dificuldades do Jornalismo Ambiental se firmar enquanto modalidade jornalística nos *media*, o presente estudo tentará trazer propostas para a reversão deste cenário, a partir da abordagem de autores como Edgar Morin e o paradigma da complexidade; de Félix Guattari e a ecosofia; de Wilson da Costa Bueno e todo o seu esforço em conceituar o jornalismo ambiental e André Trigueiro e a sua prática enquanto profissional de um grande veículo de comunicação.

Para além dos autores citados anteriormente, este trabalho recorrerá a nomes da Geografia, como Doreen Massey, para compreender como ocorre a construção do

espaço enquanto relações complexas que se estabelecem entre os seres humanos e entre estes e o próprio espaço enquanto substrato físico da existência. Afinal, é este o espaço do qual emerge o jornalismo enquanto prática, e é este o espaço construído pela materialização desta prática sob o formato de notícias que se pretendem objetos de representação.

No capítulo “Jornalismo: uma paisagem atual” será feita uma revisão bibliográfica a respeito dos principais autores que pensaram no “fazer jornalístico”, desde uma concepção mais tradicional da atividade, passando por autores que defendem o engajamento político e social do profissional da imprensa.

Em seguida, será discutido o processo jornalístico de (re) produção da notícia em que esta é tratada como um produto concebido a partir de uma linha de produção, iniciada na pauta jornalística. Neste sentido, recorrer-se-á ao conceito do *newsmaking*, para compreender as características e os elementos que compõem esta “linha de produção”, e que tornam a notícia algo altamente reprodutível e ao conceito de *gatekeeper*, ao admitir que a notícia é construída a partir de uma série de escolhas feitas pelo jornalista, baseadas em diversos critérios a serem explicitados neste trabalho.

No Capítulo “Jornalismo Ambiental”, será traçado um breve histórico da trajetória do Jornalismo Ambiental no Brasil e a sua relação com a emergência do movimento ambiental no país. Serão apresentados os marcos desta cobertura, a exemplo do que representou a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), popularmente conhecida como “ECO-92”, para o movimento ambiental e para a imprensa que pretendia se engajar na abordagem da temática socioambiental.

Este capítulo também trará os conceitos mais importantes desenvolvidos no contexto do Jornalismo Ambiental e enfatizará as suas particularidades que demandarão do profissional de jornalismo uma postura diferente, para além de um simples observador e relator de fatos, mas já assumindo uma posição de promotor de debates marcados pela multiplicidade de idéias, opiniões e percepções.

E no Capítulo “Perfil do Jornalista de Meio Ambiente” serão desenvolvidas algumas das posturas que podem ser adotadas pelo profissional que pretender dedicar-se à área. Não em um sentido normativo, visto que cada profissional tem a liberdade para escolher a maneira de trabalho que lhe parecer mais adequada, mas sim, de uma forma propositiva e que auxilie este profissional em sua trajetória. Será abordada a importância de uma postura engajada politicamente e socialmente para que este

profissional atenda aos anseios de uma sociedade cada vez mais necessitada de informações de qualidade sobre as temáticas ambientais.

Neste mesmo capítulo, será feito um contraponto entre a abordagem fragmentária existente nas redações dos jornais da atualidade, e até que ponto tal abordagem representa prejuízos para o Jornalismo Ambiental. Para isso, será necessário recorrer a autores que discutem como a temática ambiental é trabalhada no contexto acadêmico e como esta se reflete na atuação do futuro profissional de imprensa. Atentar-se-á para a importância em se dar voz aos atores sociais usualmente “esquecidos” pelos *media*, que optam pelas fontes oficiais ou acadêmica, deixando de lado a percepção das comunidades que lidam diretamente com algumas das questões ambientais, a exemplo de comunidades tradicionais, como os caiçara.

E, uma vez que uma das bases do Jornalismo Ambiental é o seu caráter propositivo, este trabalho busca alternativas para uma nova maneira de se pensar as questões ambientais da atualidade e trazê-las para o contexto do Jornalismo. Na primeira reflexão trazida por este trabalho, optar-se-á por uma discussão de caráter filosófico, ao se estabelecer um diálogo entre autores como Edgar Morin, Paulo Freire, Félix Guattari, Wilson da Costa Bueno, André Trigueiro, entre outros, visto que se considera que o primeiro passo para mudanças posteriores de caráter prático é a problematização das questões que envolvem determinado assunto.

Este é um dos motivos pelos quais se acredita no potencial do Jornalismo Ambiental enquanto objeto de pesquisa. Trata-se de uma área de reflexão relativamente recente e que como tal, demanda de conceituação. Daí a importância em se manter pesquisas ligadas à área, pois através destas que o profissional terá bases suficientes para ser incentivado a refletir sobre sua prática cotidiana, identificando os seus aspectos interessantes, os pontos a serem melhorados, e em seguida, pensando em alternativas para tal.

Por fim, no Capítulo relativo ao estudo de caso selecionado para este trabalho, será feita caracterização das notícias veiculadas pelo jornal “O Globo” durante um ano, por ocasião do vazamento de óleo provocado pelo rompimento de um oleoduto sob responsabilidade da Petrobras que despejou 1.3 milhão de litros de óleo diretamente na Baía de Guanabara no ano de 2000. Este foi considerado um dos piores desastres ambientais já ocorridos na Baía e, à época, causou forte comoção popular.

Em um primeiro momento, será feita a análise geral da cobertura de modo a identificar quais editoriais abordaram o assunto naquele dado contexto, como o fizeram,

quais os principais atores sociais envolvidos. Em seguida, serão destacadas e analisadas algumas dessas matérias, para então serem devidamente estudadas tendo como viés os conceitos do Jornalismo Ambiental apresentados ao longo deste trabalho.

Tal estudo de caso será de suma importância para consolidar toda a discussão anterior exposta neste trabalho em relação à maneira como as questões ambientais são trabalhadas pelos veículos de comunicação de elevada circulação e repercussão, como é conhecido o jornal “O Globo”. O estudo de caso não tentará apontar “erros” ou “acertos”, mas sim, identificar eventuais pontos que mereceriam maior atenção do jornalista responsável por aquela reportagem e como estes pontos poderiam ser trabalhados de outra maneira.

Esta análise irá além de uma pesquisa estritamente textual, buscando desvendar nas entrelinhas as intenções do jornalista e do veículo, ao optarem por um determinado tipo de abordagem, em detrimento de outras. Também serão apontadas algumas eventuais incompatibilidades na formação dos jornalistas que participaram do caso, levando em conta o pensamento da ordem do complexo.

2. JORNALISMO: UMA PAISAGEM ATUAL

Antes de iniciar uma reflexão a respeito de qualquer tema específico ao jornalismo, é necessário o entendimento da essência desta atividade e das transformações pelas quais a mesma tem passado, bem como do seu principal produto – a notícia.

Para tal, é válido partir de ideias de autores considerados tradicionais e com percepções técnicas da atividade jornalística e da notícia, contrapondo-as com aqueles autores que adotam uma abordagem conceitual crítica e considerando aspectos sociológicos e antropológicos do jornalismo enquanto instrumento criado para a reprodução e validação de um sistema político específico – o capitalismo – mas que também pode – e deve – servir de instrumento de contestação do mesmo.

Uma vez realizada tal reflexão, segue-se para a análise dos instrumentos específicos do jornalismo, a começar pela noção de “pauta jornalística”, que consiste no ponto de partida para a notícia. Esta, por sua vez, é concebida como um produto, a “matéria-prima” do jornalismo, e como tal, origina-se de um processo produtivo repleto de particularidades. Nesse sentido, compreender como ocorre este processo produtivo é um dos principais caminhos a percorrer para o entendimento do produto final jornalístico.

2.1. Visões sobre o “jornalismo” e o “fazer jornalístico”

De acordo com Kovach e Rosenstiel (2004), é um grande desafio definir o que é, de fato, o jornalismo, diante do receio que isso possa limitar a atividade em si, ou seja, o “fazer jornalístico”. Por outro lado, os jornalistas entrevistados pelos autores concordam quanto à finalidade da sua profissão, que seria “contar a verdade de forma que as pessoas disponham de informação para sua própria independência” (KOVACH & ROSENSTIEL, 2004: 35).

Rabaça e Barbosa (2001), no “Dicionário de Comunicação” elaborado pelos mesmos, definem o jornalismo enquanto atividade profissional que se utiliza dos seguintes objetos:

a apuração, o processamento e a transmissão periódica de **informações** da atualidade, para o grande público ou para determinados segmentos desse público, através de **veículos** de difusão coletiva (jornal, revista, rádio, televisão, cinema etc.) (RABAÇA E BARBOSA, 2001: 405, grifo do autor).

E, considerando-se as visões de Marcondes Filho (apud VIZEU, 2000), para quem o principal interesse do jornalismo é a notícia, e de Sodré, que coloca que “a notícia – a americaníssima **news of the day** – constitui o ponto central da informação jornalística” (SODRÉ apud VIZEU, 2000: 68), o conceito de jornalismo de quem produz a notícia também influencia diretamente a maneira como a mesma é concebida.

Autores como Amaral, Bahia e Marques de Melo (apud VIZEU, 2000), apresentam concepção semelhante à desenvolvida por Rabaça e Barbosa, pois consideram o jornalismo uma técnica à qual diz respeito apuração, reunião, seleção e difusão de notícias, ideias, acontecimentos e informações gerais, com características de atualidade, periodicidade e de recepção coletiva. Bahia reforça essa noção ao afirmar que “o jornalismo é uma arte, uma ciência, uma técnica” (BAHIA apud VIZEU, 2000: 68). E Marques de Melo (apud VIZEU, 2000) entende que cabe ao discurso jornalístico a reprodução do real, que por sua vez é algo imutável, sendo atribuição dos jornalistas o simples relato dos fatos.

Trata-se de visões tecnicistas da atividade jornalística, que concebem o jornalismo como “uma forma de comunicação que busca integrar e adaptar o homem ao seu meio” (VIZEU, 2000: 69), classificada como da ordem do “jornalismo tradicional” e que continua a ser difundida em determinadas escolas de comunicação e nas redações de jornais, sobretudo do impresso. Nessa visão, a notícia torna-se um relato de uma realidade presenciada pelo jornalista enquanto um narrador onisciente, aquele que tudo sabe, mas que não se envolve (CORREIA, 1995)¹.

Complementar a essa noção, está a defendida por Ortriwano (apud VIZEU, 2000), para quem um fato torna-se notícia em função de interesses como os da ordem política e econômica, e de acordo com a objetividade e subjetividade de quem a seleciona. É, portanto, vista como algo que faz parte da rotina das redações, apoiada em generalidades e no senso comum.

Já autores como Marcondes Filho (apud VIZEU, 2000) e Genro Filho (1987) percebem o jornalismo através de um viés político de manutenção e reprodução de uma ordem social, econômica e política vigente. Para Marcondes Filho, o jornalismo é uma produção social de segunda natureza, a serviço da manutenção do capitalismo². Como

¹ Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/jcorreia-poder-jornalismo.pdf>. Acesso em: 15 de abril de 2011.

² Para Genro Filho (1987), o desenvolvimento do jornalismo está diretamente relacionado à ascensão do capitalismo como sistema político, econômico, social e ideológico, uma vez que passou a ser usado amplamente pela burguesia para a difusão de suas informações e ideias, diante do interesse desta classe

consequência, o autor percebe a notícia como uma mercadoria produzida por esse sistema político.

Notícia é a informação transformada em mercadoria com todos os seus apelos estéticos, emocionais e sensacionais; para isso a informação sofre um tratamento que a adapta às normas mercadológicas de generalização, padronização, simplificação e negação do subjetivismo (MARCONDES FILHO apud VIZEU, 2000: 70).

Sartre também reconhece a notícia como uma mercadoria, porém, não como uma “mercadoria qualquer” (SARTRE apud GENRO FILHO, 1987:11), pois, ao mesmo tempo em que serve para a consolidação das classes dominantes, também pode se tornar espaço público de crítica militante.

Por sua vez, Genro Filho entende o jornalismo como uma forma social de conhecimento diferente da produzida pela ciência, e “historicamente condicionada pelo desenvolvimento do capitalismo, mas dotada de potencialidades que ultrapassam a mera funcionalidade a esse modo de produção” (GENRO FILHO, 1987: 4). Daí a importância, para o autor, em “situar o jornalismo como fenômeno histórico-social concreto e não apenas como organização formal da linguagem que manifesta conteúdos explícitos ou implícitos” (GENRO FILHO, 1987:9).

Uma das potencialidades do jornalismo, uma vez superadas as limitações impostas ao ser usado como um instrumento de reprodução do capitalismo, é fornecer “aos cidadãos as informações de que necessitam para serem livres e se autogovernar” (KOVACH & ROSENSTIEL, 2004: 31). Isso porque, para os autores, a imprensa auxiliaria os cidadãos a definirem a noção de “comunidade” a partir de “uma linguagem e conhecimentos comuns com base na realidade” (KOVACH & ROSENSTIEL, 2004: 31). Complementar a essa noção, está a defendida por Carey, para quem “talvez no final das contas o jornalismo simplesmente signifique ampliar e levar adiante a conversa das pessoas” (CAREY apud KOVACH E ROSENSTIEL, 2004: 31).

Tem-se, nesse sentido, o jornalismo enquanto atividade promotora de um espaço público que se desenvolve através dos *media*, inicialmente composto pelo jornalismo impresso – sem o qual não teria sido formada a noção de opinião pública, um espaço onde o privado e o público se tocam – mas que evoluiu diante dos avanços tecnológicos

pelas atualidades. E Thompson (apud VIZEU, 2000) confirma essa informação, ao afirmar que as técnicas de impressão que rapidamente se espalharam por toda a Europa e que permitiram, posteriormente, o desenvolvimento de uma comunicação de massa, coincidiu com o desenvolvimento das primeiras formas de produção capitalista e com a consolidação dos Estados-nação.

para as possibilidades de convergência de linguagens textual e audiovisual, trazidas pela Internet, como o hipertexto, que vai além do jornalismo em linha, ao possibilitar que a informação seja construída através de envios e reenvios para outros ambientes (CORREIA, 1995³; MESQUITA, 2005). Isto posto, a notícia seria uma forma narrativa que mantém os indivíduos “informados dos fatos em andamento, temas e figuras do mundo exterior [produzindo assim um] sentido de coesão e metas comuns” (KOVACH & ROSENSTIEL, 2004: 36).

Wolf (2005), ao contrário de Kovach e Rosenstiel (2004), não entende o ambiente produzido pela mídia como uma “extensão da conversa das pessoas”. Na realidade, a “conversa das pessoas” é que seria pautada a partir dos assuntos apresentados pela mídia, que não apenas diria sobre o que os indivíduos deveriam conversar, mas a maneira como eles deveriam conduzir as suas opiniões, geradas a partir de construções de significados influenciadas e transformadas pelos meios de comunicação. Para compreender alguns dos motivos que levam a esse domínio da mídia sobre os temas a serem discutidos em sociedade, é válido recorrer a Lippmann (1922), que em sua obra “Public Opinion”, atentou para o fato de que o “mundo com o qual nós temos que lidar politicamente está fora do nosso alcance, fora da nossa visão, fora da nossa mente. Ele deve ser explorado, reportado e imaginado”⁴ (LIPPMANN, 1922: 16). E justamente para isso a sociedade desenvolveu mecanismos como os *media*.

Trata-se da base conceitual de *agenda-setting* ou “agendamento”, que considera a notícia como o resultado da escolha daqueles que são responsáveis por determinar quais são os acontecimentos que devem se transformar em notícia, e quais são os que serão deixados de lado. Atualmente, esta é uma tarefa que cabe, principalmente, aos editores dos jornais, seja no impresso, na televisão e, até mesmo, na Internet, embora nesta aconteça um processo diferente, pois primeiro o material noticioso é divulgado diretamente na rede, para depois, ser trabalhado a partir das rotinas jornalísticas tradicionais e de acordo com as determinações estipuladas pelos editores (LUZ, 2005).

Silva (2004) vai além do entendimento de que o espaço público seria uma criação dos “formadores de opinião”, entre os quais, encontram-se os jornais e as notícias por eles produzidas e veiculadas. E, levando-se em consideração os aspectos levantados pelos diferentes autores que buscaram definir o que é o “fazer jornalístico” e

³ Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/jcorreia-poder-jornalismo.pdf>, Acesso em: 15 de abril de 2011.

⁴ Traduzido do inglês: “The world that we have to deal with politically is out of reach, out of sight, out of mind. It has to be explored, reported, and imagined” (LIPPMANN, 1922: 16).

a “notícia”, percebe-se claramente que, para além de um conjunto de técnicas e de rotinas, trata-se de uma atividade da ordem da “esfera pública”, e que, por isso, não pode ser abordada de maneira dissociada a essa.

Daí a necessidade em recorrer a Silva, que parte da premissa de que “espaço público e esfera pública” são diferentes, ao entender que o espaço público “abriga a polêmica, o debate, o diálogo, o conflito [argumentativo] e, por consequência, a esfera pública” (SILVA, 2006: 40). Esta, por sua vez, é um conceito menos tangível do que o espaço público, e diz respeito a um “círculo hermenêutico produtor de sentido”, que se constrói por um processo incessante de circulação de informações, cuja dinâmica, antes ditada pela temporalidade dos expedientes jornalísticos, atualmente, é regida por uma ordem global e globalizante, de um só tempo, “uma espécie de hipertempo em função de um hiperespaço e de uma infinidade de hipertextos” (SILVA, 2006: 41). Dessa maneira, a esfera pública, mais do que um espaço, é um processo.

Para Silva, o que existe é um “contexto intersubjetivo na produção social do sentido e não um sentido determinado por uma subjetividade específica, seja ela burguesa ou operária (SILVA, 2004: 41). Intersubjetivo na medida em que o sujeito, de fato, é afetado pelas tendências da “opinião pública” expressas nas notícias amplamente veiculadas, mas ele próprio também desenvolve questões inerentes à sua subjetividade, que darão origem a uma produção de sentido particular, construída a partir de influências externas e internas à sua experiência individual.

2.2. O processo de (re) produção da notícia.

Segundo Mota, “a notícia é um produto gerado por um processo historicamente condicionado – o contexto social da produção e suas relações organizacionais, econômicas e culturais” (MOTA apud VIZEU, 2000: 76). Tuchman (apud WOLF, 2005) complementa, ao considerar que o seu processo de produção segue uma linha industrial própria, cujo entendimento torna-se fundamental para melhor compreensão da notícia enquanto produto final.

De modo a compreender a maneira como ocorre esse processo, faz-se necessário recorrer à teoria do *newsmaking*⁵, que busca dar conta da decisão do que se constitui como notícia ao longo do processo produtivo e sistematizado a partir de contribuições

⁵ *Newsmaking* origina-se do inglês *News*, “notícia” e *Making*, “fazer”. É, portanto, o “fazer a notícia”.

de teorias sobre o processo de produção da informação, desenvolvidas ao longo do século XX: a teoria do espelho; a teoria do *gatekeeper*; a teoria organizacional; a teoria política; a teoria etnoconstrucionista, e a estruturalista (ELIA, 2008).

A teoria do espelho, formulada no século XIX e que persiste no imaginário popular desde então, fortalecida pela comercialização dos *media* e a profissionalização da atividade jornalística, defende os jornalistas enquanto meros observadores desinteressados da realidade, que a retratam de maneira pura e direta.

Essa teoria está diretamente relacionada à “ideologia da objetividade”, que emergiu nos Estados Unidos entre as décadas de 1920 e 1930 do século XX, e através do qual o jornalista deveria desenvolver uma série de métodos e procedimentos que superassem a sua subjetividade, mantendo, assim, a sua credibilidade enquanto narrador fiel de fatos sociais, que constituem as bases para a construção de notícias (TRAQUINA, 2001).

A teoria do *gatekeeper*, também conhecida como teoria da ação pessoal, foi a primeira surgida na literatura acadêmica sobre o jornalismo, na década de 1950. De acordo com esta teoria, o processo de produção da informação é permeado por uma série de escolhas “onde o fluxo de notícias tem de passar por diversos *gates*, isto é, ‘portões’, que não são mais do que áreas de decisão em relação às quais o jornalista, isto é, o *gatekeeper*, tem de decidir se vai escolher essa notícia ou não” (TRAQUINA, 2001: 69). Embora todos ao longo do processo produtivo da notícia exerçam essa função, como será abordado no Subitem 2.2.1 sobre a pauta jornalística, é o editor-chefe o profissional que por essência é o principal *gatekeeper* do veículo informativo.

Por sua vez, a teoria organizacional levanta a relação entre o jornalista e a organização jornalística à qual pertence e o quanto a empresa influencia no trabalho do profissional. Esta teoria foi formulada pelo sociólogo norte-americano Warren Breed também na década de 1950 e introduz a noção de “constrangimentos organizacionais”, ao afirmar que o jornalista aceita sobrepor as normas editoriais da política editorial da organização em que trabalha (TRAQUINA, 2001). Essas normas são algumas das diretrizes que orientam o jornalista nas suas escolhas.

De acordo com as teorias de ação política, os *media* estão a serviço de determinados interesses políticos, tanto para defesa do capitalismo, quanto para sua contestação. Nesse sentido, “as notícias são distorções sistemáticas que servem aos interesses políticos de certos agentes sociais bem específicos, que utilizam as notícias na projeção da sua visão do mundo, da sociedade etc” (TRAQUINA, 2001: 81). Uma vez

que na atualidade os *media* estão, em sua maioria, controlados por grandes organizações econômicas, a decisão do que é ou não notícia e da forma como essas devem ser construídas está nas mãos de uma elite econômica, que busca manter o seu poder enquanto tal.

E as teorias estruturalista e a etnoconstrucionista, desenvolvidas entre as décadas de 1960 e 1970, entendem as notícias como resultados de processos complexos de interação social entre os diversos agentes sociais, como “os jornalistas e as fontes de informação; os jornalistas e a sociedade; os membros da *comunidade profissional*, dentro e fora da sua organização” (TRAQUINA, 2001: 86). Dessa forma, a notícia, ao dar vida a um determinado acontecimento, construiria o acontecimento e a própria realidade (CAREY *apud* TRAQUINA, 2001). Todavia, enquanto a teoria estruturalista foca na organização jornalística, a etnoconstrucionista prioriza a organização da rotina do jornalista e suas limitações temporais e espaciais.

Relacionados ao *newsmaking*, estão os conceitos de noticiabilidade, os valores-notícia, os constrangimentos organizacionais, a construção da audiência e a rotina de produção. Submetido a esses conceitos, encontra-se o jornalista, que, diante de tal submissão, observa o enfraquecimento da sua força de atuação enquanto profissional independente (ELIA, 2008).

Todavia, são os conceitos atrelados ao *newsmaking* que tornam a notícia um produto passível de ser produzido e reproduzido diariamente na rotina dos jornais, no caso do jornalismo impresso, e quase que a todo instante nos veículos audiovisuais. Estes conceitos serão desenvolvidos com maior detalhamento no Subitem 2.2.2 deste capítulo.

Por sua vez, o produto final – a notícia – é gerado a partir de uma série de escolhas, que tem início na seleção da pauta, ou seja, o assunto considerado importante de ser abordado e como o mesmo deverá ser conduzido pelo jornalista. Trata-se da teoria do *gatekeeper*, que será abordada de maneira aprofundada no Subitem 2.2.1, a seguir, juntamente ao papel do editor, fundamental para a escolha da mesma.

2.2.1. A pauta e o papel do editor

Conforme afirma Luz (2005), a pauta jornalística sempre teve papel de coadjuvante na análise do processo de produção da notícia. No entanto, “a pauta pode revelar a natureza, as tendências e a qualidade do jornalismo praticado por este ou

aquele grupo de profissionais, vinculados a esta ou aquela empresa” (LUZ, 2005: 2). É, portanto, um elemento-base para a análise do processo de produção da notícia.

Na definição elaborada por Rabaça e Barbosa (2001), a pauta é tanto um roteiro dos principais assuntos a serem tratados pelos veículos de comunicação, como uma diretriz de como esses assuntos poderão ser tratados.

[A pauta é] 1. Agenda ou roteiro dos principais assuntos a serem noticiados em uma edição de jornal ou revista, programa de rádio ou tv etc. [...]. 2. Planejamento esquematizado dos ângulos a serem focalizados numa reportagem, com um resumo dos assuntos (no caso de **suíte**) e a indicação ou sugestão de como o tema deve ser tratado. A pauta não é normativa, não estipula uma linha de ação a ser obrigatoriamente seguida: é uma tentativa de orientar e dirigir metodicamente o trabalho do repórter, dentro dos parâmetros que possam ser previstos. Caso ocorra algum detalhe importante como **notícia** e não previsto na pauta, esta não impede, obviamente, que a reportagem seja desviada para outros ângulos. Podem estar contidos numa pauta, além do resumo do assunto, o tratamento que deve ser dado à matéria, uma sugestão de **lide**, perguntas para os entrevistados, nomes, endereços e telefones de possíveis **fontes** etc. (RABAÇA & BARBOSA, 2001: 556)

Garcia (2005), no “Manual de Redação e Estilo”⁶ elaborado para o Jornal “O Globo” – objeto de estudo deste trabalho – também compartilha da noção de pauta como um “ponto de partida”, ao ser concebida como uma simples ordem de serviço, e, para além dessa noção, ao indicar fontes de apuração potenciais e sugerir formas de condução da apuração.

O autor ressalta que uma pauta bem feita nunca será rígida ou inibirá o trabalho do jornalista, que deve sempre ir além desta conforme os fatos se desenham para o profissional. Garcia atenta, ainda, para o fato de que o jornalista que se considera um “mero cumpridor de pautas e desdenha a própria capacidade de iniciativa é prisioneiro numa camisa-de-força por ele mesmo costurada” (GARCIA, 2005: 14). Assim como Luz (2005), Garcia admite a importância da pauta, ao considerá-la “fundamental para a organização do trabalho de cada dia; [pois] nela estão a memória e a imaginação do jornal” (GARCIA, 2005; 14).

De acordo com o “Manual da Folha” (apud ELIA, 2008), utilizado pelo jornal “Folha de São Paulo”, a pauta deve ser elaborada da maneira mais específica possível, a

⁶ Além d’ “O Globo”, jornais como “Estado de São Paulo” e “Folha de São Paulo” possuem manuais que são verdadeiros guias elaborados pelas empresas jornalísticas no intuito de unificar a produção das notícias, padronizando as formas de redação e a sua apuração. Ainda assim, é importante ressaltar que nem sempre as orientações dos manuais refletem-se na realidade das redações, também sujeitas a fatores externos.

ponto de ser necessário que cada editoria tenha um setor dedicado à sua produção, por ser considerada a base de uma boa pesquisa e, por consequência, de uma matéria completa. A pauta deve incluir:

a) um histórico dos acontecimentos em questão; b) um roteiro de perguntas; c) itens relevantes ao assunto na perspectiva da linha editorial do jornal; d) as fontes que deverão ser procuradas para o levantamento de informações, de acordo com critérios que garantam o pluralismo (posições políticas divergentes, concorrentes no mercado etc.); e) uma sugestão de box com envolvidos no tema da reportagem, texto didático, arte que explique o aspecto analisado ou apresente dicas de serviço para o leitor; f) material iconográfico que vai acompanhar o texto (foto, gráfico, tabela, ilustração, mapa) (MANUAL DA FOLHA apud ELIA, 2008: 17).

Tamanha é a preocupação do “Manual de redação e estilo do Estado de São Paulo” com a uniformidade do jornal como um todo, que orienta os seus jornalistas a seguirem a pauta tal qual um roteiro, de modo a evitar informações conflitantes ou repetitivas em relação às apuradas por seus colegas que estejam trabalhando na mesma cobertura. E, caso o jornalista sinta necessidade de modificar algum aspecto da pauta, deverá fazê-lo somente após conversa com o pauteiro⁷ ou com o editor.

De acordo com a estrutura atual dos jornais, o editor é o responsável por fazer as pautas, uma vez que é da natureza do seu cargo exercer a interface entre a técnica, por ser um profissional da redação, e a administração do jornal, por transitar entre a direção e as redações do jornal. Espera-se, portanto, que seja um profissional que, além de prezar pela qualidade das informações veiculadas pelo jornal onde atue, zele pela política editorial e pelos valores da empresa (LUZ, 2005).

Ressalta-se que a maior parte dos jornais brasileiros, inclusive O Globo, organiza-se a partir da existência de um editor-chefe e de editores específicos para cada editoria que compõe o jornal. Em pesquisa etnográfica realizada por Nogueira (2002) em duas redações de jornais impressos, a autora constatou que existem três tipos de reuniões realizadas diariamente nos jornais para decidir quais os assuntos entrarão no jornal do dia e como eles entrarão: a reunião de pauta, a reunião de editoria e a reunião de consolidação.

⁷ De acordo com Herkenhoff, o pauteiro era o profissional responsável por sugerir pautas e organizar as sugestões de pauta originadas de diversos setores e geralmente ficava a cargo do chefe de reportagem. A partir da década de 1980, as pautas passaram a ser feitas pelos editores. (HERKENHOFF apud LUZ, 2005)

A reunião de pauta é a primeira que ocorre no dia e participam dela o editor-chefe do jornal e os editores ou seus representantes e consiste na avaliação do que foi publicado pelos demais concorrentes no dia, comparando ao que o próprio jornal publicou e a maneira como o fez. Em seguida, são sugeridos assuntos a serem apurados ao longo do dia, já definidos em momento anterior pelos editores, em conjunto com outros jornalistas e com base em opiniões pessoais. Esta reunião possui um caráter de fórum de debates, onde os editores e o editor-chefe discutem e sugerem temas para, não apenas as suas editorias, mas também para as de seus colegas (NOGUEIRA, 2002).

A reunião de editoria, de caráter menos formal do que as que contam com a presença do editor-chefe, é promovida pelo editor de cada área com os respectivos subeditores e, muitas vezes, com a participação dos repórteres da editoria, e tem como finalidade manter o editor informado sobre o andamento das apurações (NOGUEIRA, 2002).

Por fim, é feita a reunião de consolidação, novamente entre os editores e o editor-chefe, em que é apresentado todo o trabalho feito ao longo do dia e definidas as matérias, que enfim, irão compor o jornal do dia seguinte. Embora os editores tenham liberdade para sugerir o que lhes parecer adequado, cabe ao editor-chefe a palavra final (NOGUEIRA, 2002). Dessa maneira, o editor-chefe pode ser considerado o principal *gatekeeper* (selecionador) do veículo, ou seja, aquele que seleciona a informação que entra e a que não fará parte da edição dos veículos, sejam eles impressos ou audiovisuais.

A teoria do *gatekeeper* foi elaborada por David Manning White na década de 1950⁸, inicialmente no campo da psicologia e depois adaptada à análise comunicacional. De acordo com esta teoria, o jornalista exerce um papel de “porteiro” (*gatekeeper*) que “abre e fecha as portas para a notícia de acordo com seus critérios” (LUZ, 2005: 8). Vale ressaltar que todos os envolvidos na produção da notícia, de certa forma, realizam o papel de *gatekeepers*, inclusive os repórteres na forma como abordam as suas histórias, por mais que estejam submetidos às determinações das pautas e das instâncias que lhes são superiores.

⁸ Inicialmente proposto por Kurt Lewin em 1947, que estudou as dinâmicas interativas nos grupos sociais, especificamente os problemas ligados às mudanças de hábitos alimentares, o conceito de *gatekeeper* baseia-se na existência de zonas-filtro, em que um indivíduo ou um grupo tem o poder de decidir o que passa e o que não passa. Na década de 1950, White utilizou esse conceito para compreender o desenvolvimento do fluxo de notícias dentro dos veículos de comunicação, ou seja, a informação que deve ou não ser aceita, e os pontos que servem de “cancelas” e responsáveis por determinar a informação que passa e aquela que é rejeitada (WOLF, 2005).

White, em seus estudos na década de 1950, levantou os motivos pelos quais uma notícia era recusada. Em um primeiro momento, foram abordadas razões como falta de espaço, sobreposição com histórias já selecionadas, falta de interesse jornalístico ou de qualidade de escrita. De forma complementar, pesquisas posteriores indicaram que para além de preferências pessoais dos *gatekeepers*, na seleção das informações, desde o que é notícia, até como essa deve ser elaborada, predominam as normas ocupacionais, profissionais e organizacionais (WOLF, 2005). Tem-se, aí, um, primeiro esboço do que, posteriormente, foi classificado como “critérios de noticiabilidade” e “valores-notícia”, a serem definidos no Subitem seguinte deste trabalho de conclusão de curso.

A importância dos *gatekeepers* está, sobretudo, na manutenção da linha editorial-política dos jornais, aspecto raramente discutido pelos profissionais que integram os veículos de comunicação, porém internalizados de tal maneira que sequer precisam ser explicitados para sua incorporação na rotina desses profissionais.

E Breed (apud WOLF, 2005) complementa a teoria do *gatekeeper*, ao afirmar que o jornalista, em suas escolhas, não tem o público como referência, mas sim, os próprios jornalistas, em especial, seus colegas e superiores. Para BREED, essa conformidade à orientação do jornal acontece por seis motivos:

a. autoridade institucional e as sanções; b. os sentimentos de obrigação e estima em relação aos superiores; c. as aspirações à mobilidade profissional; d. ausência de fidelidade de grupo contrária; e. natureza agradável do trabalho; f. o fato de que a notícia tornou-se um valor (BREED apud WOLF, 2005: 187).

Por outro lado, com o avanço dos veículos de comunicação voltados ao *webjornalismo*, nota-se uma subversão no papel da pauta jornalística, diante do fluxo contínuo e acelerado do conteúdo noticioso e gerado, não apenas pelos jornalistas, mas também pelos leitores. Esses agora se tornaram também produtores de conteúdo, ao encaminharem, por exemplo, textos ou fotografias para seções do jornal *online* dedicadas a eles⁹, ou, até mesmo, ao criarem *blogs* ou utilizarem outras plataformas para veicularem seus pensamentos.

No jornalismo impresso convencional, uma notícia antes de ser veiculada tinha que entrar na pauta para ser avaliada, pesquisada e editada. Hoje, num webjornal como o Último Segundo, 70% do material noticioso vão *direto para a Internet* e só depois é que os

⁹ A exemplo da seção “Eu-Repórter”, mantida pelo Jornal O Globo, disponível em <http://oglobo.globo.com/participe/>.

editores se preocupam com as rotinas jornalísticas tradicionais. Esta inversão do processo jornalístico é a mudança mais perceptível na dinâmica das redações na era do “tempo real”, segundo revelam os resultados de uma pesquisa feita com os redatores do Último Segundo, patrocinado pelo provedor da Internet, IG (LUZ, 2005: 6).

Contudo, isto não representa, necessariamente, o fim do papel do editor enquanto *gatekeeper*. Ainda assim, as ferramentas utilizadas pelo *webjornalismo* possibilitam aos veículos de comunicação um conhecimento mais preciso do público a que se direcionam, antes possível apenas através de pesquisas de opinião, com resultados muitas vezes distorcidos. Isso porque a interação público-veículo é facilitada pelos aspectos técnicos da plataforma, pois basta um *clique* para o leitor, por exemplo, expressar a sua opinião sobre determinada notícia, quando o veículo lhe disponibiliza tal espaço.

2.2.2. A reprodutibilidade da notícia

Assim como existem diversas interpretações, desde as mais tradicionais, até as mais críticas, a respeito do que consiste a atividade jornalística, há uma série de definições em relação ao que seria a notícia. Todas, porém, convergem para o entendimento de que a notícia é o principal produto originado do jornalista.

Partindo de uma visão tradicional do que é notícia, Rabaça e Barbosa (2001) a definem como “relato de fatos ou acontecimentos atuais, de interesse e importância para a comunidade, e capaz de ser compreendido pelo público” (RABAÇA & BARBOSA, 2001: 513). Rabaça e Barbosa (2001) citam autores como Celso Kelly, para quem a notícia é a matéria-prima do jornal; Fraser Bond, que esclarece que a notícia não é o acontecimento, mas sim a narração deste, e os editores da revista “*Colliers Weekly*”, que reconhecem a importância do público na elaboração da notícia, ao defenderem que esta deve se basear nos interesses do mesmo, sendo tudo aquilo o que o público necessita saber e deseja falar.

Rabaça e Barbosa (2001) completam que, como um fenômeno jornalístico, a notícia requer um tratamento diferenciado, “que envolve apuração, pesquisa, comparação, interpretação, seleção – e **redação** adequada, de acordo com as peculiaridades do **veículo**” (RABAÇA & BARBOSA, 2001: 514). Porém, não basta a aplicação correta das técnicas jornalísticas para que um fato se torne notícia. É preciso que o próprio fato reúna atributos, como “atualidade, veracidade, oportunidade,

interesse humano, raridade, curiosidade, importância e consequências para a comunidade, proximidade etc.” (RABAÇA & BARBOSA, 2001: 514).

Fontcuberta vai além da visão da notícia enquanto um relato dos fatos, concebendo-a como “uma forma de perceber e conceber a realidade. É um autêntico sintoma social e a análise de sua produção lança muitas pistas sobre o mundo que nos cerca” (FONTCUBERTA apud VIZEU, 2000: 62). E Herbelê e Sapper (2006) admitem que “a notícia é a representação de um fato da sociedade que tem como destino a própria sociedade” (HERBELÊ & SAPPER, 2006: 2).

...sustenta-se que a notícia é uma arena sígnica onde as forças que pululam na sociedade se digladiam; um produto de consumo como qualquer outro, mas com características absolutamente particulares, por se tratar de um ser de linguagem a processar ininterruptos recortes em um mundo que se força sobre ele, narrando-o, hierarquizando-o (HENN apud HERBELÊ & SAPPER, 2006: 2).

Também para Motta (2002), a notícia é um produto cultural. No entanto, para além de informar, esse produto situa o indivíduo na sociedade contemporânea e estimula o mesmo a re-criar¹⁰ sentidos. Ou seja, se por um lado as notícias são informativas, embora repletas de elementos da ideologia e do imaginário de quem as produz – por outro lado, elas “instigam a imaginação dos leitores-receptores, que trazem para o ato de leitura toda a memória cultural de que são portadores” (MOTTA, 2002: 12). Elas não são sentidos acabados, mas sim, obras abertas, cujo sentido, cabe ao leitor completar.

Motta atenta para o fato de que ler, ver ou ouvir notícias tornou-se um ato ritualístico para o indivíduo, algo que faz parte do seu ciclo cronológico, por ser um momento em que o mesmo estabelece contato com a “realidade caótica”, independente do seu conteúdo. Ainda que o conteúdo das notícias seja relevante, mais importante do que a absorção dos seus significados imediatos, são os sentidos culturais que disseminam e que, em muitos casos, não estão colocados de maneira explícita.

As notícias baseiam-se no critério da reiteração (repetição) para estabelecer fronteiras éticas e morais e as lições de vida, uma vez que as histórias contadas são sempre as mesmas, mudando, apenas, os sujeitos que delas fazem parte. São, nesse sentido, uma forma de transmissão cultural cíclica, diante do seu caráter re-ordenador, a

¹⁰ Motta (2002), ao utilizar os verbos de maneira dupla, como, “re-criar”, “re-ordenar”, admite que, ao mesmo tempo em que as notícias, por exemplo, criam realidades, elas também recriam, ordenam e reordenam.

começar pela maneira como são construídas, ao serem descontextualizadas do contexto espacial e temporal onde ocorreram, para serem recontextualizadas no espaço do noticiário, seja ele impresso ou audiovisual, o que acaba por causar sua distorção.

Partindo-se desse princípio de repetição, um fato, para enfim ser transformado em notícia, deve seguir determinados padrões, alguns dos quais já expostos por Rabaça e Barbosa (2001) no momento em que definem o que é notícia. Contudo, mais importante do que entender quais são esses padrões, é fundamental a compreensão das motivações por trás desses padrões, o que se convencionou denominar “critérios de noticiabilidade”, onde estão inseridos os “valores-notícia”.

Ao contrário de Rabaça e Barbosa, Kunczik (apud ELIA, 2008) admite que um dos motivos pelos quais esses critérios são utilizados, para além de dinamizar a produção da notícia, é o desconhecimento que o jornalista possui da composição do público a quem se destina esta produção. Dessa forma, opta-se por fazer um jornalismo genérico, evasivo e superficial, embora os responsáveis pelos veículos de comunicação prefiram não expor esse desconhecimento, alegando a notícia é construída de maneira abrangente com o objetivo de atingir a diferentes públicos.

Como critérios de noticiabilidade presentes nos valores-notícia, Wolf (apud ELIA, 2008) enumera cinco categorias: critérios substantivos; critérios relativos ao produto; critérios relativos ao meio; critérios relativos ao público, e critérios relativos à concorrência.

Os critérios substantivos estão relacionados aqueles a quem interessa o acontecimento, sobretudo se for a uma elite, ou seja, se os integrantes forem de uma classe abastada ou figuras públicas, e, até mesmo, remeter a uma instituição reconhecida socialmente, ele tem grandes chances de se transformar em uma notícia. Essa é a mesma lógica utilizada pelos jornalistas na busca pelas suas fontes, uma vez que quase a todo instante recorrem a fontes oficiais e consagradas para embasar as notícias, prejudicando, assim, uma desejável pluralidade de fontes (WOLF apud ELIA, 2008).

Já os critérios relativos ao produto e ao meio voltam-se às possibilidades de inserção na cadeia produtiva.

Se um acontecimento é passível de cobertura, se o jornalista tem condição de apurar, de produzir uma matéria dentro do seu espaço restrito e não conciliável, se os recursos de que dispõe o jornal permitem a realização da matéria, se o tema é “pautável”. E quanto mais recente for o evento, mais chances tem de ser noticiado (ELIA, 2008: 24 e 25).

E, mesmo fragmentados, os eventos pontuais e que já foram concluídos, ou estão em vias de conclusão, facilitam a apresentação em uma narrativa com início, meio e fim. Daí eles serem sempre priorizados, em detrimento daqueles que ainda estejam em desenvolvimento ou suspensos. Por esse motivo, dificilmente a abordagem jornalística focará nos processos sociais e em sua análise (ELIA, 2008).

Sobre os critérios referentes ao público, Wolf (apud ELIA, 2008) destaca a falsa ideia que os jornalistas tentam passar que sabem, “por experiência” e pela sua prática, os temas pelos quais os seus leitores se interessam e do que necessitam.

E os critérios de concorrência relacionam-se diretamente ao que foi abordado no subitem 2.2.1, ao mencionar-se que a construção da pauta jornalística leva em conta o que os veículos concorrentes abordaram e como o fizeram. A consequência desse efeito comparativo é a repetição de temas nos principais meios de comunicação. Outro fator que contribui significativamente para essa pasteurização dos media é a origem de uma quantidade substancial de notícias, provenientes de agências que vendem pautas e matérias prontas (ELIA, 2008).

Por sua vez, os “valores-notícia” referem-se a “combinações que definem a relevância de um assunto e constituem a noticiabilidade do fato” (ELIA, 2008: 21). Eles respondem à seguinte questão: “quais acontecimentos são considerados suficientemente interessantes, significativos, relevantes, para serem transformados em notícias” (WOLF, 2005: 202) e estão presentes em todo o processo de produção da notícia, desde a decisão do que será notícia, passando pela seleção do material disponível para redação, até a apresentação deste no texto final. No entanto, o próprio Wolf (2005) ressalta que os “valores-notícia” não são imutáveis e se modificam à medida que a própria sociedade passa por transformações.

Os valores-notícia devem fazer parte da rotina do jornalista e serem aplicáveis de maneira fácil e rápida, evitando que profissional “perca tempo” com reflexões. Esses critérios chegam a ser detalhadamente definidos:

Flexíveis a fim de poder se adaptar à variedade sem-fim de eventos disponíveis; [...] relacionáveis e comparáveis, visto que a conveniência de uma notícia depende sempre de quais outras estão disponíveis. [...] Os critérios devem ser também facilmente racionalizados, de modo que, se uma notícia for substituída por outra, haja sempre um motivo aceitável para fazê-lo. Por fim, mas não menos importante, os critérios são orientados para a eficiência, a fim de garantir o fornecimento necessário de notícias adequadas, com o

mínimo dispêndio de tempo, esforço e dinheiro (GANS apud WOLF, 2005: 204).

Entre as estratégias adotadas pelas empresas jornalísticas para definir os valores que devem ser considerados para avaliar a noticiabilidade de um fato, estão:

1) territorialidade geográfica – as empresas jornalísticas dividem o mundo em áreas de responsabilidade territorial; 2) a especialização organizacional – as empresas jornalísticas estabelecem “sentinelas” em certas organizações que, do ponto de vista dos valores-notícia, produzem acontecimentos julgados com noticiabilidade; 3) a especialização em termos de temas – as empresas jornalísticas de autodividem por seções, que enchem certas “rubricas” do jornal (TUCHMAN apud TRAQUINA, 2001: 95 e 96).

As seções entre as quais as empresas jornalísticas se dividem são as “editorias”, especializações temáticas encaradas por Carvalho (2007) como uma segmentação mercadológica. De acordo com essa lógica, os leitores (no caso do jornalismo impresso) são consumidores divididos em grupos, cada qual com a sua preferência, inclusive de seção de interesse no jornal, o que facilita o posicionamento de peças publicitárias direcionadas ao público-alvo ao qual se pretende atingir, de maneira eficiente.

Portanto, se por um lado, os critérios de noticiabilidade e os valores-notícia são essenciais para que o veículo realize cotidianamente a cobertura informativa da maneira mais simultânea possível¹¹, mesmo considerando a superabundância de acontecimentos, por outro lado, ao privilegiarem determinados aspectos, em detrimento de outros, dificultam a compreensão dos fatos apresentados como notícias, por levarem a uma fragmentação excessiva, a ponto de dificultar qualquer tipo de conexão entre causa e consequência.

O que, em geral, é transmitido ao público é a localização dos acontecimentos, os indivíduos envolvidos com eles, e detalhes como os nomes geográficos, das personagens públicas, de indústrias etc. Com frequência, esses elementos ocupam automaticamente o primeiro lugar na memória dos destinatários, enquanto as causas e as consequências dos eventos permanecem em segundo plano. O resultado global é uma lembrança fragmentária, em que os indivíduos conservam detalhes isolados, mas não o contexto (FINDHAL-HÖIJER apud WOLF, 2005)

¹¹ Um dos principais objetivos e desafios do jornalismo é a simultaneidade, ou seja, transmitir a informação exatamente no momento em que ela acontece, o que nem sempre é possível.

Tal fragmentação da notícia, sua desvinculação do seu fundo histórico e social e seu surgimento nos veículos de comunicação como um dado imediato, para Costa (1994), é uma técnica mercadológica que “sugere, de certa maneira, uma permanente sensação de transitoriedade dos fatos, como se fossem mercadorias que logo devem ser consumidas ou substituídas” (COSTA, 1994: 139) e impede que os temas sejam tratados com profundidade e como processos sociais da ordem da complexidade¹².

Essa fragmentação reflete-se, ainda, na construção do jornal e na distribuição dos temas em editorias, que muitas vezes não dialogam entre si, contrariando a forma complexa através da qual os fatos se relacionam na realidade.

¹² A complexidade e o pensamento complexo serão abordados no Item 4.3 deste trabalho.

3. O JORNALISMO AMBIENTAL

O Jornalismo Ambiental enquanto modalidade editorial apresenta uma série de especificidades técnicas e conceituais. Sua emergência no cenário jornalístico acompanhou os questionamentos e a necessidade pelo entendimento da realidade e dos problemas ambientais que se colocavam e que não eram respondidos sob a ótica fragmentária do pensamento positivista e cartesiano.

Daí a importância, ao se buscar uma compreensão mais aprofundada do que se trata o Jornalismo Ambiental, em analisar sua relação com o Movimento Ambiental que ganha força a partir da década de 1970 e os paradigmas da complexidade de Edgar Morin e a ecosofia de Félix Guattari.

3.1. Movimento Ambiental e Jornalismo Ambiental

Para a compreensão da maneira como o Jornalismo Ambiental está organizado, não apenas no Brasil, mas na maior parte dos países, faz-se necessária a realização de um breve resgate histórico do momento em que as questões ambientais passaram a fazer parte das preocupações da sociedade, até os dias atuais, quando se observa um crescimento no número de veículos interessados neste tipo de abordagem, concentrados, em especial, na Internet.

E, diante de tal crescimento, nota-se a demanda por parte de autores como Bueno, de definições e conceitos específicos da área que se convencionou denominar “Jornalismo Ambiental”, e de parâmetros técnicos que forneçam subsídios para a elaboração de reportagens voltadas ao tema, a exemplo do que propõe a obra de Nelson e suas “Dez dicas práticas para reportagens sobre meio ambiente”.

A partir da década de 1950, com a realização do primeiro congresso “A Natureza e o Homem”, organizado pelas Sociedades Protetoras dos Animais, surgem movimentos ambientalistas em partes do mundo como Europa e Estados Unidos. Contudo, somente a partir de 1968, com a Conferência da Biosfera realizada em Paris pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, UNESCO¹³, a imprensa mundial passa a tratar da temática ambiental. No mesmo ano, surge

¹³ Na ocasião, foi criado o Programa Homem e a Biosfera (MaB – Man and Biosphere), lançado em 1971, com o objetivo de promover a cooperação científica internacional, o conhecimento, a prática e os valores humanos sobre as interações entre as populações e o meio ambiente em todo planeta (Disponível em: http://www.rbma.org.br/mab/unesco_01_oprograma.asp, Acesso em: 29 de março de 2011).

igualmente na França, a primeira entidade dedicada ao jornalismo ambiental (BELMONTE, 1997¹⁴).

No Brasil, a questão ambiental/ecológica ganha destaque em função de alguns acontecimentos, entre os quais a prisão em 1968 do repórter Randau Marques, considerado o primeiro jornalista brasileiro a se especializar em meio ambiente no país. Segundo Belmonte (1997), Marques foi visto como subversivo pelo Regime Militar vigente no país entre 1964 e 1985, por ter escrito em jornal do município paulista de Franca, conhecido como “berço dos curtumes”, reportagens sobre a contaminação por chumbo de gráfcos e sapateiros que trabalhavam nesta atividade. Marques também questionava a expressão “defensivos”, utilizada para denominar os agrotóxicos empregados na agricultura e responsáveis pela contaminação de agricultores e pela mortandade de peixes nos rios e córregos situados próximos às plantações onde eram aplicados.

Uma de suas principais reportagens foi realizada em 1973 sobre os impactos causados pela fábrica de celulose Borregaard (atual Riocell), localizada às margens do rio Guaíba, em Porto Alegre (RS), responsável por exalar um forte mau cheiro que provocava danos à saúde da população local. Dessa maneira, Marques causou a primeira polêmica ambiental envolvendo uma grande indústria, a ponto de mobilizar a população em torno do seu fechamento, o que realmente aconteceu entre os anos de 1973 e 1974. O fato atraiu a atenção de jornalistas brasileiros e estrangeiros e fez com que os responsáveis pela fábrica instalassem filtros para eliminar o mau cheiro (BELMONTE, 2004).

Em 1975, outro acontecimento amplamente noticiado pelos principais jornais gaúchos e brasileiros foi o primeiro ato ambientalista do país, encabeçado pelo estudante da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Carlos Dayrell, que subiu em uma árvore em frente à Faculdade para impedir seu corte pela Prefeitura Municipal por conta da construção de um viaduto. O fato gerou mais de 30 páginas em jornais nacionais e internacionais (MASSIERER, 2007).

Ressalta-se que durante o período em que o Regime Militar esteve instaurado no Brasil, as pautas ambientais, em especial aquelas que apontavam explicitamente o conceito de Ecologia como algo da ordem do social, passaram a ser amplamente utilizadas pela imprensa para criticar as condições sociais em que viviam os brasileiros.

¹⁴ Disponível em: www.agirazul.com.br/artigos/joriental.htm, Acesso em: 29 de março de 2011.

Tais pautas, na maior parte das vezes, sequer eram percebidas pelos censores como mecanismos de protesto contra o Regime (RYGAARD apud ALVARENGA, 2005). O melhor exemplo deste período foi o especial elaborado e publicado pela revista “Realidade”¹⁵ sobre as cidades brasileiras, onde estavam expostos os principais problemas – inclusive ambientais – enfrentados pelas metrópoles de então, São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador e Recife (BELMONTE, 2007).

Na década de 1980, “com a descoberta do buraco na camada de ozônio”¹⁶ e as primeiras hipóteses sobre o impacto das atividades humanas no aumento do aquecimento global¹⁷” (BELMONTE, 1997)¹⁸ e a crescente preocupação com o desmatamento na Amazônia, surgiram uma série de veículos alternativos, altamente críticos e especializados na temática ambiental, como o jornal da Associação Gaúcha de Proteção à Natureza (AGAPAN). Contudo, esses mesmos veículos tiveram vida curta, por carecerem de recursos financeiros e esbarrarem nos interesses comerciais das grandes indústrias que se instalavam no Brasil (RYGAARD apud ALVARENGA, 2005).

Em 1989, ocorreu em São Paulo o Seminário “A Imprensa e o Planeta”, realizado pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT) e pela Associação Nacional de Jornais (ANJ). No mesmo ano, houve em Brasília o encontro de maior relevância para o jornalismo ambiental brasileiro naquele momento, o “Seminário para Jornalistas sobre População e Meio Ambiente”, que contou com a participação de renomados especialistas brasileiros e estrangeiros qualificados de áreas como comunicação, agronomia, física, educação, planejamento urbano, entre outras (BELMONTE, 1997).

Mas foi no ano de 1992 que a questão ambiental ganhou uma relevância inédita no Brasil, com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) realizada na cidade do Rio de Janeiro (RJ) pela Organização das Nações Unidas (ONU), e popularmente conhecida como “ECO-92” ou

¹⁵ Revista publicada entre os anos de 1966 e 1974 pela Editora Abril, caracterizada por uma forma de escrita crítica e aprofundada sobre assuntos os quais se propunha a abordar, aproximando-se, assim, do Jornalismo Literário e do *new journalism* surgido nos Estados Unidos na época.

¹⁶ “Parte da atmosfera superior, situada entre 20 km e 35 km de altitude, na camada estratosférica, com elevada concentração de ozônio e que absorve grandes proporções da radiação solar na faixa do ultravioleta, evitando que a mesma alcance a Terra em quantidades consideradas perigosas. Ozonósfera (IBGE, 2004: p. 58)”.

¹⁷ “Elevação da temperatura média anual do planeta Terra causada pelo aumento das concentrações na atmosfera dos chamados gases estufa, incremento este provocado, sobretudo, pelas atividades antrópicas” (IBGE, 2004, p. 32).

¹⁸ Disponível em: www.agirazul.com.br/artigos/joriental.htm, Acesso em: 29 de março de 2011.

“Rio-92”. Na ocasião, estiveram reunidos 100 chefes de Estado e representações de 170 países, entre presidentes e primeiros-ministros, além de vinte mil representantes da sociedade civil (SCHARF, 2004 apud ALVARENGA, 2005).

Um dos destaques do evento foi a definição das medidas que compõem a Agenda 21¹⁹, entre as quais interessa especialmente aos profissionais de Comunicação o Capítulo 40, “Informação para tomada de decisões”.

No desenvolvimento sustentável, cada pessoa é usuário e provedor de informação, considerada em sentido amplo, o que inclui dados, informações e experiências e conhecimentos adequadamente apresentados. A necessidade de informação surge em todos os níveis, desde o de tomada de decisões superiores, nos planos nacional e internacional, ao comunitário e individual. As duas áreas de programas seguintes necessitam ser implementadas para assegurar que as decisões se baseiem cada vez mais em informação consistente:(a) Redução das diferenças em matéria de dados;(b) Melhoria da disponibilidade da informação²⁰.

Como afirma Trigueiro (2003), durante a ECO-92 foram credenciados mais de nove mil jornalistas de diversos países e os veículos de comunicação do Brasil rapidamente criaram novos cadernos e suplementos com o objetivo de explicar ao grande público a pauta complexa do evento. E, na falta de jornalistas especializados nos temas relacionados à questão ambiental, técnicos de várias áreas passaram a ter o papel de colunistas e articulistas desses veículos. De acordo com o jornalista “uma verdadeira operação de guerra mudou a rotina das redações, onde uma montanha de pautas até então solenemente desprezadas, mais por ignorância do que por má-fé, justificaram coberturas espetaculares” (TRIGUEIRO, 2003: 81).

No entanto, para pesquisadores como Scharf, a cobertura da conferência feita pela imprensa brasileira ficou aquém do que se esperaria de evento de tamanha importância mundial.

[...] o grosso da cobertura concentrou-se no pitoresco, na coincidência de cores das roupas dos garis cariocas e dos monges tibetanos, no militante que emitiu passaportes como forma de protesto contra a existência de fronteiras, nas conferências das atrizes hollywoodianas Shirley Mc Laine e Jane Fonda. Pois sobre os documentos gerados

¹⁹ De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (Disponível em: <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18>, Acesso em: 29 de março de 2011), a “Agenda 21” pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica”.

²⁰ Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18>, Acesso em: 29 de março de 2011.

pela conferência, como a Agenda 21 e a Convenção da Biodiversidade, pouco se escreveu (SCHARF apud ALVARENGA, 2005: 29),

RYGAARD (apud ALVARENGA, 2005) destaca que, após a ECO-92, as redações das empresas de comunicação voltaram à sua rotina, ou seja, houve novamente redução drástica na veiculação de matérias sobre meio ambiente. Para o autor, isso acontece porque a abordagem da grande imprensa baseia-se no factual – desde que atendendo aos critérios de noticiabilidade²¹ – em detrimento da apuração e da pesquisa.

[...] o espaço encolheu, as abordagens tornaram-se esporádicas e somente diante de problemas de grande impacto. A inclusão da problemática verde, quando trabalhadas [sic] pela grande mídia, não tem o tratamento adequado, o que provoca um desvio da informação correta, responsável e respaldada sobre o que ocorre com o meio ambiente (RYGAARD apud ALVARENGA, 2005: 29).

Embora Trigueiro (2003) admita que os assuntos ligados ao meio ambiente voltaram a ser cobertos, em sua maioria, pelas editorias de ciências dos grandes veículos de comunicação, ele não considera que tenha havido um retrocesso. Isso porque, mesmo sem a estrutura montada exclusivamente para a Conferência, as mídias impressa e eletrônica passaram a dar mais espaço para assuntos relacionados ao meio ambiente, enquanto novas gerações de jornalistas encontraram um mercado em crescimento, apesar de algumas dificuldades. Entre essas, Trigueiro (2003) aponta o desinteresse de algumas empresas de jornalismo em investir na capacitação da temática ambiental para seus funcionários, tendo em vista que o jornalismo ambiental, quando conduzido de maneira responsável e aprofundada, ameaça os interesses das empresas públicas ou privadas que agem de modo oposto aos preceitos da sustentabilidade.

Atualmente, boa parte dos veículos de comunicação que se volta para as questões ambientais de forma crítica e engajada, não apenas no Brasil, mas em outros países, faz parte do circuito alternativo e pode ser acessada através da Internet. Entre esses, merecem menção a Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental, que existe desde 1998, e a Federação Internacional dos Jornalistas Ambientais (IFEJ), fundada em 1993 (TRIGUEIRO, 2003), presente em mais de 28 países e concentrando mais de 7.500 jornalistas²².

²¹ Para Wolf (2003), a noticiabilidade é o conjunto de critérios, operações e instrumentos que fazem parte do cotidiano dos aparatos de informação e através dos quais é feita a escolha de indefinidos acontecimentos, que darão origem a uma quantidade finita e estável de notícias.

²² Disponível em: http://www.ifej.org/about/IFEJ_History.htm, Acesso em: 29 de março de 2011.

Destaca-se, ainda, a Lei 10.650/03 que, embora não diga respeito diretamente à atividade do Jornalismo Ambiental, dispõe sobre o acesso público aos dados e informações ambientais existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – Sisnama²³, que se tornam obrigados a permitir o acesso público aos documentos, expedientes e processos administrativos referentes ao meio ambiente e a fornecer todas as informações sob sua responsabilidade, em meio escrito, visual, sonoro ou eletrônico, sobre:

(I) qualidade do meio ambiente; (II) políticas, planos e programas potencialmente causadores de impacto ambiental; (III) resultados de monitoramento e auditoria nos sistemas de controle de poluição e de atividades potencialmente poluidoras, bem como de planos e ações de recuperação de áreas degradadas; (IV) acidentes, situações de risco ou de emergência ambientais; (V) emissões de efluentes líquidos e gasosos, e produção de resíduos sólidos; (VI) substâncias tóxicas e perigosas; (VII) diversidade biológica; (VIII) organismos geneticamente modificados²⁴.

Embora consideráveis avanços tenham sido feitos na área do Jornalismo Ambiental, no cenário atual, um dos principais desafios dos editores de veículos especializados na temática e, até mesmo, dos grandes veículos que se propõem a abordar a questão, é encontrarem profissionais preparados para lidar com a complexidade que dos temas ambientais. Alvarenga (2005) pontua que, ainda hoje, o jornalista que se envereda pela questão ambiental se forma dentro das próprias empresas jornalísticas e em outras editorias, como internacional, nacional, política, ciência etc, já que são poucos os cursos de graduação em Jornalismo que tratam do assunto.

3.2. Principais conceitos e particularidades

Assim como para Trigueiro (2003), para Bueno (2007), a cobertura em meio ambiente no Brasil tem aumentado desde a década de 1990, sobretudo diante da importância que temas relevantes e controversos, como transgênicos, mudanças climáticas, biodiversidade e biopirataria, conhecimento popular, segurança alimentar,

²³ Instituído através da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 e composto por órgãos como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e órgãos ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental, entre outros.

²⁴ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L6938.htm>. Acesso em: 29 de março de 2011.

consumo consciente e a expansão desordenada do agronegócio, entre outros, adquiriram.

Todavia, o mesmo autor considera que falta à prática uma base teórica consolidada.

a prática não tem sido acompanhada por um esforço sistemático de definir os limites desta área e de refinar os conceitos; pela realização de pesquisas para avaliar, qualitativa e quantitativamente, o perfil desta cobertura ou mesmo pela validação deste esforço pelo meio publicitário, que insiste, equivocadamente, em ignorar as mídias ambientais (BUENO, 2007: 25).

De acordo com Bueno (2007), as singularidades presentes no jornalismo ambiental e nas múltiplas mídias onde o mesmo se desenvolve (rádio, televisão, Internet, jornal impresso) exigem uma orientação de maneira diferenciada em relação ao processo jornalístico de produção da notícia em que baseia, por exemplo, a imprensa de informação geral ou de negócios.

Para compreender essas singularidades, o autor faz a diferenciação entre “Comunicação Ambiental” e “Jornalismo Ambiental”. Bueno (2007: 30) ressalta que ambos devem ser entendidos como processos cujo objetivo é “a circulação e a troca de experiências, emoções, informações e conhecimentos”. Porém, enquanto a “Comunicação Ambiental” é considerada por Bueno como “todo um conjunto de ações, estratégias, produtos e esforços de comunicação destinados a promover a divulgação/promoção da causa ambiental” (BUENO, 2007: 30 e 31), o “Jornalismo Ambiental” diz respeito exclusivamente às manifestações jornalísticas, ou seja, faz parte do processo jornalístico de produção da notícia.

Outra diferença entre os dois campos é o caráter de atualidade, forma e os profissionais que neles atuam. No caso da “Comunicação Ambiental”, ao contrário do “Jornalismo Ambiental”, não há um compromisso com a atualidade e com um formato definido, sendo, por isso, realizada por qualquer profissional – jornalista, comunicador, biólogo, agrônomo, advogado, pescador, etc – que tenha familiaridade com o tema. O “Jornalismo Ambiental”, por sua vez, além de obedecer aos padrões impostos pelo meio através dos quais a informação jornalística transitará, é “o reduto de profissionais de imprensa que têm se organizado, para qualificar a informação e incrementar o debate ambiental, em redes e núcleos e promovido encontros, como os Congressos Brasileiros de Jornalismo Ambiental” (BUENO, 2007: 32).

Um dos preceitos básicos do Jornalismo Ambiental é a abordagem de maneira inter, multi e transdisciplinar dos temas, que vai além dos limites definidos pelos cadernos especializados e pelas editoriais, a partir do momento em que busca a percepção da realidade de modo mais abrangente, com foco na qualidade de vida no planeta e do planeta (TRIGUEIRO, 2003).

A “fragmentação imposta pelo sistema de produção jornalística fragiliza a cobertura dos temas ambientais” (BUENO, 2007: 29), visto que os sistemas vivos de onde surgem as questões ambientais – desde uma floresta, até uma comunidade popular ou uma cidade – “são organizados de tal modo que formam estruturas de múltiplos níveis, cada nível dividido em subsistemas, sendo cada um deles um ‘todo’ em relação a suas partes, e uma ‘parte’ relativamente a ‘todos’ maiores” (CAPRA, 1982: 40). Esta noção é denominada pelo próprio Capra de “visão sistêmica”, que prega o pensar em termos de relações, padrões e contexto e aproxima-se do conceito de “pensamento complexo” desenvolvido por Morin e detalhado no Item 4.3 deste trabalho.

Para o jornalista ambiental, isso significa ir além da breve descrição de cenários, contextualizando e buscando relações.

o meio ambiente é o complexo de relações e influências que permitem a criação e a sustentação da vida em todas as suas formas. Ele não se limita apenas ao chamado meio físico ou biológico (solo, clima, ar, flora, fauna, recursos hídricos, energia, nutrientes etc), mas inclui as interações sociais, a cultura e expressões/manifestações que garantem a sobrevivência da natureza humana (política, economia etc) (BUENO, 2007: 33).

A partir dessa perspectiva, um dos principais desafios frente ao modelo de jornalismo vigente é justamente a quebra do que Bueno (2007) denomina “lattelização das fontes”, ou seja, a preferência pelos atores sociais da Academia, do universo político (as autoridades) e da comunidade empresarial.

De acordo com Bueno, “este processo sistemático de exclusão afronta não apenas a democratização do debate, mas o próprio “ethos” do jornalismo ambiental porque marginaliza protagonistas importantes, que são incorporados como objetos ou reduzidos a meros espectadores ou vítimas do processo de degradação do ambiente” (BUENO, 2007: 44). Para o autor, o protagonismo do Jornalismo Ambiental, não é apenas do cientista ou do pesquisador, mas de todos os cidadãos a partir do momento em que estabelecem relações com o seu meio.

Diante da complexidade da questão ambiental, é essencial a multiplicidade de vozes, as falas e experiências dos cidadãos comuns, como os representantes dos povos das florestas, agricultores, pescadores artesanais, integrantes de nações indígenas etc, de modo a transformar os espaços midiáticos em verdadeiros fóruns onde atores sociais dos mais diversos segmentos têm voz. E assim, possibilitar ao espectador o desenvolvimento de um pensamento crítico próprio. Afinal, para Bueno (2007), o Jornalismo Ambiental desempenha inúmeras funções na sociedade, sendo as mais importantes as funções informativa, pedagógica e política.

A função informativa do Jornalismo Ambiental está atrelada à “necessidade que os cidadãos têm de estar em dia com os principais temas que abrangem a questão ambiental” (BUENO, 2007: 35), diante da importância dos mesmos sobre o seu cotidiano. Por sua vez, a função pedagógica relaciona-se à exposição das causas dos problemas ambientais e à indicação de soluções para superá-los. Por fim, a função política, para além de uma postura partidária, equivale à mobilização dos cidadãos contra os interesses que agravam a questão ambiental e à postura de vigilância permanente dos governantes e demais representantes que devem adotar e fazer valer políticas públicas que evitem a degradação ambiental, garantindo a preservação do meio socioambiental no seu sentido mais amplo.

Outro problema enfrentado pelo Jornalismo Ambiental, na visão de Bueno (2007), é a “síndrome do *zoom* ou do olhar vesgo”, que ocorre quando o jornalista fecha o foco da matéria, confinando-a em um espaço específico – como uma editoria – e não a inter-relaciona com outras temáticas e questões. Nesse sentido, ignora-se completamente a multi e a transdisciplinaridade, essenciais para o entendimento das questões ambientais.

Bueno também considera a despolitização do debate ambiental – que ele denomina de “síndrome do muro alto” – um grave problema, à medida que se privilegia a dimensão técnica do debate ambiental, em detrimento das dimensões econômica, política e sociocultural.

Por fim, o autor destaca a espetacularização da tragédia ambiental, a “síndrome da baleia encalhada”, como algo a ser evitado pelos jornalistas que se dedicam à aos temas ambientais. Isso porque se trata de uma abordagem que beira o sensacionalismo a partir de fatos isolados, como acidentes ambientais isolados, a exemplo do vazamento de óleo na Baía de Guanabara analisado no Capítulo 5 deste trabalho.

Uma tentativa de sistematização de técnicas direcionadas ao Jornalismo Ambiental é a obra de Nelson, “Dez dicas práticas para reportagens sobre meio ambiente”, de 1994. O livro foi produzido através de parceria entre o Centro para Jornalistas Estrangeiros (CFJ) e o Fundo Mundial para a Natureza (WWF) e descreve aspectos importantes a serem considerados nas notícias de meio ambiente, que para Nelson (1994), são diferentes das demais.

são abrangentes, pois discorrem sobre a própria vida. São interdependentes, pois estão relacionadas com outros campos, como a política, a cultura e a economia. São complexas e, portanto, incompatíveis com explicações e fórmulas simplistas. São técnicas, o que significa que exigem uma certa especialização. As reportagens sobre o meio ambiente são imprecisas, porque a ciência do meio ambiente é imprecisa – nas suas fontes, nos seus dados, na metodologia científica e nas soluções. E são carregadas de emoção, por causa do efeito que exercem nas pessoas (NELSON, 1994: 7 e 8).

Com a primeira dica, “Escreva reportagens originais”, o autor (1994) atenta para a cautela que um jornalista deve ter com os *releases*, sobretudo os enviados pelas empresas. Ele sugere que os jornalistas, antes de darem prosseguimento a uma pauta iniciada a partir de um *release*, discutam com seus colegas de profissão o que está por trás daquele assunto, se é algo para apenas promover a empresa ou o cliente do assessor de comunicação responsável, ou se ele realmente pode dar origem a uma pauta de acordo com os interesses sociais.

A segunda, “Crie e preserve boas fontes”, destaca a importância do profissional em ter uma lista de fontes legitimadas que garantam credibilidade ao seu trabalho, sobretudo diante dos temas complexos que envolvem a questão ambiental.

A terceira dica, “Prepare-se com antecedência”, ressalta que o preparo do jornalista antes de começar a escrever sobre o assunto é essencial. Daí a importância da pesquisa, por exemplo, que deve extrapolar os limites do assunto que está sendo coberto, e enveredar-se pela compreensão dos conceitos básicos da área ambiental, que, se abordados de maneira equivocada, podem comprometer um trabalho.

A quarta é “Traduza o jargão ambiental” e está diretamente relacionada à maneira como o jornalista passa a informação para o público. É fundamental que ele se coloque na condição do leitor/espectador, no momento da apuração, esclareça todas as suas dúvidas com os especialistas nos assuntos, e quando escrever, simplifique a linguagem usada, mas evitando empobrecer conceitos, que muitas vezes podem ser chaves para o entendimento de determinado tópico.

A quinta, “Torne a reportagem viva e atraente”, também diz respeito à forma como o público recebe a reportagem. Ou seja, além do jornalista investir em uma linguagem clara, ele também deve primar pela completude das informações que pretende publicar, de modo a não deixar questões sem resposta ao longo do seu texto. Isso se torna ainda mais relevante quando se trata de reportagens publicadas em veículos destinados ao grande público.

A dica seis, “Repense as estatísticas”, alerta para o uso das estatísticas, feito em vários casos para garantir credibilidade à informação. No entanto, se utilizado fora do contexto a partir do qual foi gerado dado e se não for verificada sua procedência, corre-se o risco de, até mesmo, veicular informações falsas.

Com a dica sete, “Cuidado com os conceitos científicos”, Nelson (1994) diz que os jornalistas não devem se prender apenas à descoberta ou ao acidente, pois dessa maneira, assumem que as notícias em meio ambiente dizem respeito apenas aos acontecimentos aleatórios e às previsões de catástrofes. Tendo em vista que surgem quase que o tempo todo informações sobre o que tem sido feito por uma área científica em relação a algum problema ambiental, vale a elaboração de reportagens gerais que mantenham o público informado sobre o assunto. Ainda sobre os conceitos científicos, Nelson (1994) alerta para o fato de que poucos são os conceitos aceitos em consenso pela comunidade científica. A maior parte deles está sujeita a aprovações e reprovações por determinados grupos. E essas diferenças devem ficar claras para o leitor/espectador.

A oitava dica, “Examine as informações com espírito crítico”, destaca que, diante das implicações políticas e econômicas das reportagens sobre meio ambiente, o jornalista deve sempre ter cuidado na hora de apurar as informações e de sistematizá-las no formato da reportagem. Isso porque dificilmente os atores sociais envolvidos no fato terão uma visão isenta do mesmo. Pelo contrário. O que acontece, na maior parte das vezes, é a tentativa por parte desses atores de que suas visões prevaleçam em detrimento das demais.

A nona dica, “Procure o equilíbrio”, está igualmente relacionada às múltiplas opiniões com as quais o jornalista deparar-se-á durante a sua apuração. O profissional deve superar suas próprias concepções e estar aberto inclusive àquelas que entrem em conflito com os seus pensamentos enquanto cidadão. Por outro lado, ele deve ter sensibilidade suficiente para determinar o destaque que cada ator deve ter na questão ambiental abordada por ele.

E, com a dica de, “Não esqueça a repercussão”, Nelson (1994) conclui ressaltando que as pautas ambientais, tamanha a sua importância, nunca se esgotam, devendo por isso, serem resgatadas de tempos em tempos, no intuito de manter o leitor sempre bem informado, e não apenas no momento imediatamente posterior ao acontecimento. Maneiras de fazer isso são a busca por pautas sobre meio ambiente em outras editorias, como ciência, política, economia, cidades, e o estabelecimento de conexões entre acontecimentos mais recentes e aqueles que ficaram no passado.

4. O JORNALISTA DE MEIO AMBIENTE

O profissional de jornalismo que, porventura, buscar enveredar-se pela temática ambiental deverá estar ciente de todas as especificidades que a envolvem e que vão além da adoção e aplicação de técnicas que costumam ser transmitidas nos bancos das universidades e reproduzidas durante o cotidiano da profissão.

A forma como o jornalista lida com a questão ambiental é fortemente influenciada pela sua postura enquanto cidadão que deve procurar em sua atividade profissional posicionar-se de forma crítica e engajada, indo além do factual e do descritivo, levantando questões que muitas vezes ficarão sem resposta, mas que merecem total atenção dos *media* e da sociedade.

Para isso, as questões ambientais devem ser tratadas ainda no ambiente escolar, e, posteriormente, no espaço da universidade. No caso específico dos cursos de Jornalismo, não é suficiente apenas a introdução de uma disciplina que trate especificamente do assunto, que deve ser incorporado em todos os âmbitos da vida daquele educando/cidadão.

A forma como tais questões são apresentadas e discutidas também deve passar por transformações. É urgente a superação do modelo de pensamento clássico e baseado na ciência positivista e cartesiana, para um paradigma da ordem do complexo, que, se não dá conta das questões que se colocam na atualidade, ao menos busca a problematização constante. E é nesse sentido que autores como Edgar Morin e Félix Guattari apresentam suas contribuições, ao questionarem esta sociedade e proporem alternativas, como o paradigma da complexidade e a ecosofia, que se mostram bastante úteis ao Jornalismo Ambiental que se pretende engajado, crítico e propositivo.

4.1. Engajamento político e social como premissa

O jornalismo brasileiro, fortemente influenciado pelo modelo estadunidense, ainda baseia-se nos princípios da objetividade e da neutralidade para conquistar legitimidade perante a sociedade. Todavia, pesquisadores como Mário Mesquita (2005) entendem que não se trata de princípios, mas sim de “mitos”, uma vez que a objetividade e a neutralidade nunca poderão ser plenamente alcançadas, considerando-se o jornalista enquanto sujeito detentor de uma subjetividade que influencia a sua atividade profissional.

Esses dois princípios estão relacionados à teoria do espelho, já abordada no Capítulo 2 deste trabalho, e que, em linhas gerais, concebe a notícia enquanto um relato fiel do acontecimento em questão e o jornalista como um narrador-observador, sem qualquer interesse que pudesse afetar a forma pura e direta através da qual retrataria uma realidade.

Diante da necessidade de se alcançar a objetividade jornalística e a neutralidade visando a reprodução das notícias tal como elas ocorreram na realidade e de forma menos tendenciosa possível, os profissionais que se dedicaram, e até hoje se dedicam, à prática jornalística buscaram estabelecer um “conjunto de regras processuais e estilísticas fixadas pela tradição corporativa nos manuais de redação, nas escolas de jornalismo ou nos códigos de conduta” (MESQUITA, 2005: 14), a saber:

o confronto de pontos de vista divergentes; a apresentação de “provas”, corroborando o que é sustentado; o recurso a “citações” das partes em conflito ou das fontes; a estrutura externa do texto jornalístico, baseada na estrutura do “lead” e da regra da importância decrescente dos elementos, usualmente designada por “pirâmide invertida” (TUCHMAN apud MESQUITA, 2005: 14).

O educador Paulo Freire, embora não tenha chegado a formular em suas obras conceitos específicos sobre a questão da Comunicação e do Jornalismo, apontou em várias passagens algumas reflexões sobre o assunto. Uma delas diz respeito à neutralidade, impossível de ser atingida tanto na área da Educação – à qual Freire dedicou seus estudos – como na Comunicação. Para Freire, não apenas a neutralidade não auxilia na objetividade jornalística, como afasta o profissional do ideal da atividade: a busca pela verdade e pelo novo (MEDITSCH & FARACO, 2003).

Freire vai além ao dizer que o Educador e o Jornalista possuem um “compromisso com o mundo, que deve ser humanizado para a humanização dos homens, e que não pode se realizar através do palavreiro, só existe no engajamento com a realidade” (FREIRE apud MEDITSCH & FARACO, 2003: 5).

Especificamente sobre o Jornalismo Ambiental, pesquisadores como André Trigueiro e Wilson da Costa Bueno admitem que os profissionais dedicados à área não devem, necessariamente, seguir tais preceitos. Ambos enxergam o Jornalismo Ambiental como uma área que exige do profissional comprometido com a mesma um engajamento político, social e cultural.

O jornalista ambiental (e é isso que precisa ser trabalhado nas escolas e nas redações junto aos profissionais de imprensa do futuro) tem um compromisso que se estende além da jornada de trabalho. Consciente e capacitado, ele será militante sempre. Qualquer outra alternativa, conduz, inevitavelmente, à capitulação (BUENO, 2007: 30).

Bueno ressalta que o jornalismo ambiental não pode estar comprometido com a isenção, pois faz parte de um jogo amplo de interesses e pressões de governos, empresas, institutos de pesquisa e, até mesmo, das universidades. E Trigueiro complementa ao defender que o Jornalismo Ambiental deve tomar partido, sem qualquer tipo de constrangimento, em favor da:

sustentabilidade, do uso racional dos recursos naturais, do equilíbrio que deve reger as relações do homem com a natureza, do transporte coletivo, da energia limpa, dos três “erres” do lixo – reduzir, reutilizar e reciclar – e de tudo aquilo que remeta à ideia de um novo modelo que não seja predatório e suicida, onde o lucro de poucos ainda ameaça a qualidade de vida de muitos e os interesses dos consumidores se sobrepõem aos interesses dos cidadãos (TRIGUEIRO, 2003: 88, 89).

Contudo, uma mudança mais profunda na forma como o Jornalismo Ambiental é conduzido na atualidade passa, obrigatoriamente, pelo sistema de ensino formal, tanto superior, como fundamental e médio. Trigueiro entende a escola como “um dos últimos refúgios do pensamento crítico e da reflexão” (TRIGUEIRO, 2005: 263), e como tal, deve ser um espaço de questionamento do modelo de sociedade baseado no capitalismo e no mercado consumidor, em que os sujeitos tornam-se cidadãos e consumidores, e que, na visão do jornalista, tem sido a principal causa de boa parte dos problemas ambientais enfrentados pela humanidade. Afinal, o despertar do espírito crítico é uma das principais finalidades a que a educação se destina, e que vai além do acúmulo de conhecimentos, desembocando, pois, na formação da capacidade de julgar (BLANCHET, 2001).

E é dessa maneira que Trigueiro (2005) acredita que a questão ambiental deva ser incorporada na escola: crítica, propositiva – pois não basta ao cidadão apontar os problemas, ele deve também buscar e propor soluções – e na dimensão da complexidade, atualmente a única abordagem que até então tem dado conta das respostas e da formulação de problemáticas em relação às questões ambientais.

No entanto, o cenário atual do ensino formal no Brasil, para além de todos os problemas estruturais enfrentados pelas escolas da rede pública, como carência de professores, de materiais, de infraestrutura física, é composto por um ensino, em geral, tradicional, baseado no paradigma fragmentário, uma herança do pensamento cartesiano

e expresso na divisão dos temas por disciplinas, que raramente dialogam entre si. A abordagem desses temas costuma ser limitada à transmissão de conteúdo por parte do educador, que se coloca em uma posição de “detentor do conhecimento” e pouco atrativa para os educandos, que cada vez mais perdem o interesse pelo espaço da sala de aula e todas as suas possibilidades de diálogo e debates.

Tal fato foi observado pelo jornalista Pedro Campos em pesquisa feita no ano de 2005 com 48 estudantes²⁵, a maior parte do curso de Comunicação Social da Universidade Estadual Paulista (Unesp), do campus situado no município de Bauru. De acordo com as respostas obtidas, Campos percebeu que se torna cada vez mais urgente que o tema “meio ambiente” esteja presente em todos os segmentos do ensino formal, na mídia e em qualquer lugar onde possa ser discutido, tendo em vista que para muitos dos estudantes que chegam às faculdades de Comunicação Social, o Jornalismo Ambiental não passa de uma novidade e o discurso ambiental dos estudantes, em sua maioria, é aquele repetido pelos grandes *media*, de caráter superficial e pouco problematizador.

Quando perguntados a respeito de quais seriam os maiores problemas ambientais da atualidade, a maior parte respondeu os temas mais recorrentes na mídia, como poluição e risco de escassez de água, desmatamento, lixo, aquecimento global, entre outros, o que confirma a teoria do *agenda-setting*, já exposta no Capítulo 2 deste trabalho, em que está formulada a ideia de que os meios de comunicação da grande mídia são os principais responsáveis por pautar os assuntos a serem discutidos pela sociedade nos mais diversos âmbitos. Apenas uma estudante deu a seguinte resposta, totalmente de acordo com o paradigma da complexidade: “Não há maiores problemas ou problema de maior relevância, todos afetam o ambiente como um todo” (CAMPOS, 2006: 69).

O pesquisador registrou, ainda, uma falha sistêmica nos estudantes, por não terem conseguido estabelecer relações coerentes entre problemas ambientais que os afetam, o que pode ser exemplificado na resposta de outra estudante que citou o “excesso de carros nas ruas” como o fator de poluição, mas na mesma avaliação,

²⁵ Foram impressos 100 questionários, dos quais, 48 foram respondidos. A principal pergunta a ser respondida era: “Os estudantes de jornalismo conseguem ter uma visão integrada, ou sistêmica, do problema ambiental?”. Para além desta, foi perguntado aos estudantes como eles qualificariam o noticiário de meio ambiente na mídia (suficiente, insuficiente, mais ou menos); quais os maiores problemas ambientais da atualidade e em qual grau cada um desses problemas afetaria o estudante; que temas o estudante sugere para uma disciplina em jornalismo ambiental e como essas aulas poderiam ser mais criativas e diferenciadas, entre outras.

atribuiu nota 3 – em escala de 1 a 10 – ao item “resíduos industriais e do trânsito” e 2 ao “aquecimento”. Nesse sentido, Campos sugere que a abordagem dos grandes veículos de comunicação não deva ser restrita a apontar os problemas ambientais existentes, mas sim, de modo conectado, abordando o contexto em que se desenvolvem, suas causas e consequências, e propondo possíveis soluções.

Ao mesmo tempo, os estudantes reconhecem o papel educativo do jornalismo de formador e informador, sobretudo em um país como o Brasil diante das falhas do sistema formal de ensino, e compreendem a importância de tratar o tema ambiental no espaço da universidade. Em algumas das respostas transcritas por Campos, nota-se que os estudantes urgem por um maior aprofundamento das temáticas ambientais e por maneiras de abordagem que permitam o entendimento dos temas ambientais por parte de um grande público.

Nesse sentido, os estudantes apontam a importância de disciplinas voltadas ao Jornalismo Ambiental, que não fiquem restritas à sala de aula, mas que os coloquem em interação com múltiplas realidades, através de idas a campo e de contatos com a população. Eles consideram essas importantes ferramentas para fugir da forma, ora superficial, ora ininteligível, com que têm sido abordadas as questões ambientais atualmente pelos *media*.

Os dados obtidos na pesquisa feita por Campos em 2005 podem ser analisados sob a ótica de outros autores, como Trigueiro (2005), que destaca que a formação acadêmica do jornalista só será completa se na grade curricular forem incluídos, de alguma maneira, temas como os impactos causados pelos atores que agem de acordo com o atual modelo de desenvolvimento baseado no consumo (pessoas, empresas, governos) sobre os recursos naturais, a qualidade de vida e a desigualdade social.

Sobre o caráter educativo do jornalismo, Freire (apud MEDITSCH & FARACO, 2003) também considera a prática jornalística como uma prática educativa e de diálogo, com base na ideia de que informar é educar, pois, ao ser informado de algo, o indivíduo, internamente, processa aquela informação com base nas suas experiências e conhecimentos anteriores, e assim, cria um novo conhecimento. Trata-se, assim, de promover um trabalho transformador, que estimule também outras pessoas a atuarem em prol do meio ambiente, no caso específico do Jornalismo Ambiental.

Somente o diálogo, que implica num pensar crítico, é capaz, também, de gerá-lo. Sem ele, não há comunicação e sem esta, não há verdadeira educação (...) A

educação autêntica não se faz de A para B ou de A sobre B, mas de A com B, mediatizados pelo mundo (FREIRE apud MEDITSCH & FARACO, 2003: 2).

Em um sentido mais amplo, os estudantes de Comunicação Social, em especial os de Jornalismo, devem ter em mente que a comunicação, na era da informação que vigora na atualidade, “não pode ser um simulacro, um fantasma, uma ausência, uma recusa, uma quase impossibilidade. Deve ainda, e sempre, manifestar-se o sujeito da contestação, o homem da alteridade, o ser da exclusão” (MORIN apud SILVA, 2007: 18). Freire complementa esta noção de comunicação, ao concebê-la como um encontro de Sujeitos.

Comunicação [é] co-participação dos Sujeitos no ato de pensar (...) [ela] implica uma reciprocidade que não pode ser interrompida (...) comunicação é diálogo na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de Sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados (FREIRE apud MEDITSCH & FARACO, 2003: 2)

Para além de transmissão de informações, o estudante e o profissional de jornalismo não devem perder a noção de que a comunicação é também um processo de produção de sentidos sociais e a linguagem presente nos discursos que permeiam a vida em sociedade, nessa mesma lógica, é um espaço de lutas, de negociações e de disputa do poder simbólico para a construção de um real (ARAÚJO & CARDOSO, 2007).

Uma vez que as notícias acontecem em um espaço que vai além da superfície terrestre, pois também é construído pelas interações entre os sujeitos que nele se estabelecem que, por sua vez, constroem esses mesmos sujeitos, o futuro jornalista e o profissional já atuante não podem perder de vista as três principais proposições em relação a este espaço: como produto de inter-relações, ou seja, constituído através de interações; como a esfera da multiplicidade, onde diferentes trajetórias coexistem, e em permanente construção, por ser uma “simultaneidade de histórias-até-agora” (MASSEY, 2009: 29). E Moreira completa que “o espaço não é o *a priori* de Kant²⁶ ou o receptáculo da história de Descartes-Newton, mas coincide com a própria construção da vida humana na história, de vez que é construindo a sociedade que o homem constrói seus espaços e assim dialeticamente” (MOREIRA, 2006: 41).

²⁶ Para Kant, o espaço é uma categoria do conhecimento sensível, é um “já dado”, e, por esse motivo, um *a priori*. A noção de *a posteriori* significa a forma como esse espaço foi apreendido e compreendido pelo indivíduo.

Todas as noções apresentadas exigem uma ruptura de um paradigma fragmentário e classificador, para um modelo de pensamento complexo, que considera os sujeitos como produtores da sociedade e ao mesmo tempo, por ela produzidos. Exige do indivíduo um pensamento que vai além das aparências e que busca estabelecer conexões entre os acontecimentos que se sucedem na realidade.

Tais noções devem ser incorporadas no ensino em todas as suas dimensões: desde o ensino fundamental e médio, até o superior, e não apenas nas escolas de Jornalismo, mas em todas as graduações, de todas as áreas do conhecimento. Essas noções devem extrapolar o ambiente formal de ensino, permeando a vida do estudante, do cidadão e do futuro profissional.

Por esse motivo, para Campos (2005), é necessário que os estudantes tenham desde cedo seu senso crítico estimulado, no sentido de, inclusive, questionarem aspectos da vida acadêmica e da sua futura vida profissional, para assim começarem a agir sistematicamente, já que aprender a “pensar o todo” é mais do que uma disciplina, é um método que pode e deve ser aplicado, não apenas em relação ao meio ambiente, mas em relação aos demais aspectos da vida. Nesse sentido, o autor, assim como Trigueiro e Bueno já citados, não condena o engajamento do jornalista – sobretudo o ambiental – e seu comprometimento com o assunto do qual tratará.

Tanto na vida acadêmica – ao questionar o modo como as disciplinas são aplicadas, como elas estão distribuídas na grade curricular, qual a participação dos alunos na formação do currículo, qual a disponibilidade de laboratórios, quais os projetos de extensão que interconectam a escola com a sociedade, quais as pesquisas em andamento etc – como na vida profissional – no seu relacionamento dentro da redação, nas relações com as fontes de informação, em qualquer tipo de cobertura jornalística – o estudante, depois o profissional, estará sempre agindo sistematicamente. Ele produzirá um trabalho com mais qualidade se souber fazer as relações certas e não abrir mão da emoção, da vida, do amor que o leva a ser ele no outro, a entregar-se ao jornalismo de corpo e alma, com fé, com o desprendimento de um Camilo Torres no seu amor à causa revolucionária (CAMPOS, 2006: 66).

O ensino de jornalismo, na visão de Campos (2005), deve ser pensado no sentido de romper os padrões estabelecidos na produção e nas linguagens do jornalismo. Como por exemplo, o *lead*, que por si só, restringe o jornalista. Segundo Trigueiro, qualquer curso que se disponha a tratar do Jornalismo Ambiental terá um grande desafio para “compatibilizar o exercício da visão sistêmica (ampla, integradora, que enxerga o universo como um conjunto de fenômenos interdependentes, que interagem o tempo todo) com o *lead* (reducionista, sintético, supra-sumo da notícia, extrato objetivo do fato)” (TRIGUEIRO, 2005: 279).

Uma das maneiras propostas por Trigueiro (2005) para evitar este reducionismo é a abordagem dos temas ambientais em diversas editorias, não apenas na dedicada ao meio ambiente, mas também em política, economia, cultura, esportes, turismo, cada qual com seu enfoque, porém sempre de forma integrada, crítica e problematizadora. O jornalista ambiental deve, ainda, expor os temas ambientais de forma crítica, criativa e participativa, no intuito de atrair o grande público às discussões relacionadas aos temas, sem utilizar um tom alarmista ou linguagem agressiva, comum, por exemplo, aos ambientalistas de caráter mais ortodoxo (ESPOSITO, 2008).

O jornalista também deve ter em mente ao elaborar a sua narrativa em forma de notícia a dimensão espacial e relacional da história e da forma como os acontecimentos se desenrolam na sociedade.

A história não é apenas temporal ou cronológica, mas também espacial e relacional. A condição para a possibilidade de conceber a história como uma série linear e evolucionária de incidentes jaz em sua não tematizada relação com outras histórias, com outras temporalidades *coexistentes* (SAKAI apud MASSEY, 2009: 108).

Portanto, diante da afirmação feita por Morin (apud SILVA, 2007), que a universidade deve formar homens voltados para a liberdade, reforça-se a importância de se introduzir a temática ambiental e todos os assuntos relacionados a ela na vida acadêmica, de modo interdisciplinar, para que tais temáticas sejam, posteriormente, consolidadas por estes estudantes e futuros jornalistas em suas práticas profissionais e cotidianas.

4.2. A abordagem fragmentada e o Jornalismo Ambiental

À medida que as questões ambientais se colocam para a sociedade, percebe-se a dificuldade em entendê-las sob o viés do paradigma cartesiano e positivista que extrapolou o campo científico e passou a reger as relações sociais, a partir do século XIX. Trata-se de uma extrema fragmentação do conhecimento, da “redução dos fenômenos a um conteúdo físico e a um encadeamento, que faz as ciências interagirem ao redor desse conteúdo físico ao passo que as fragmenta por seus conhecimentos em diferentes campos de objetos e métodos específicos” (MOREIRA, 2006: 27).

Esta ciência cartesiana e positivista, que deu origem ao paradigma da simplificação, separou o sujeito pensante (*ego cogitans*) e a coisa entendida (*res*

extensa), fez com que a ciência deixasse de pensar sobre ela mesma e isolou, radicalmente, uns dos outros, os três grandes campos do conhecimento científico, ciências biológicas, ciências físicas e ciências humanas.

Assim, esta ciência consolidou-se como a única forma válida de chegar à verdade por trás dos fenômenos, baseada na tríade especulação, observação e experimento como a metodologia de pesquisa a ser seguida, independentemente do objeto de estudo. Tal rigor metodológico renegou qualquer tipo de conhecimento que não pudesse ser mensurado, como os saberes populares, religiosos e artísticos.

E, uma vez que cada área do conhecimento deveria delimitar o seu objeto de estudo principal, as diversas ciências que surgiram durante os séculos XIX e XX pouco ou nada dialogaram entre si, negando a transdisciplinaridade e chegando a visões parciais dos fenômenos. Segundo Morin (2007), isso deu origem a uma “inteligência cega”, que destrói os conjuntos e a totalidade.

Paralelamente, é neste contexto que o jornalismo impresso, e posteriormente, o audiovisual (rádio e televisão), se consolida como um instrumento de transmissão de informações a uma população que pouco ou nada saberia sobre a realidade que a cercava. O jornalismo passou a ter o papel de “intermediador e construtor das relações nas sociedades modernas através de uma representação do espaço público” (MASSIERER & GIRARDI, 2008: 2). E Morin (2007) completa que nesta sociedade, o conhecimento, quando gerado, não é concebido para ser refletido ou discutido, mas sim, para ser registrado.

A influência desse modelo fragmentário nos jornais está expressa de várias formas, como na sua divisão em editorias temáticas e nas rotinas que fazem parte do processo jornalístico de produção da notícia – fortemente influenciado pelos valores-notícia – desde a escolha do acontecimento que vira pauta, até a publicação da matéria no espaço que lhe for destinado no jornal.

Como agravante a essa fragmentação, encontra-se o pouco tempo disponível para os profissionais que atuam nos jornais diários apurarem e elaborarem suas matérias de modo mais aprofundado. E, mesmo quando o jornalista consegue superar essa dificuldade, em muitos casos é tolhido pelo pouco espaço disponível na edição do jornal para o seu texto. Dessa maneira, uma boa matéria acaba por se transformar em um espaço de recortes superficiais, dependendo da forma como é editada.

A divisão dos jornais impressos em editorias e as coberturas em caráter especializado passaram a figurar no jornalismo brasileiro a partir da década de 1960,

com a popularização da televisão, uma vez que as possibilidades visuais oferecidas pelo novo veículo obrigaram os jornais a buscarem alternativas para manter o seu público. Dessa forma, foi iniciada uma série de melhorias visuais nos jornais, que passaram ter seu conteúdo organizado de maneira mais aprofundada (CARVALHO, 2007).

Por outro lado, a proliferação de editorias no jornal criou nichos específicos de mercado, segmentando o público de acordo com os seus interesses em relação a determinados assuntos e facilitando aos jornais a venda de espaços específicos para a propaganda altamente direcionada. Considerando-se que esta é, atualmente, a principal fonte de renda dos jornais, nota-se como a divisão em editorias tem sido importante para a estrutura do jornal enquanto empresa.

Todavia, esta divisão, de certa maneira, fragmenta ainda mais a forma como as notícias são apresentadas no jornal diário e prejudica, particularmente, a abordagem dos temas ambientais, de natureza complexa e, portanto, difíceis de serem tratados sob apenas um aspecto. Trigueiro²⁷ considera as editorias como um “sinal de esquiteamento da realidade”, e tal como Bueno (2007), ressalta que os assuntos ligados ao meio ambiente estão presentes em todas as editorias, e não devem ser restritos a uma, apenas, sob a condição de abordarem as questões de maneira incompleta e, até mesmo, equivocada.

O saber ambiental tem sido penalizado pelo chamado mosaico informativo que caracteriza a produção midiática, que lhe retira a perspectiva integrada e a sua dimensão histórica, contemplando-o a partir de fragmentos de cobertura que descartam o contexto, as conexões e, portanto, o verdadeiro “ethos” deste campo. Por este motivo, o cidadão (leitor, radiouvinte, telespectador, internauta etc) muitas vezes tem dificuldade para entender a amplitude e a importância de determinados conceitos, e geralmente, vislumbra o meio ambiente como algo que lhe é externo (BUENO, 2007; 17 e 18).

Por sua vez, o processo jornalístico de produção da notícia, que reduz esta a um produto perecível a ser consumido por determinado público, também contribui para a maneira fragmentada, superficial e pouco relacional como os fatos são apresentados nas páginas dos jornais. Para COSTA (1994), esta fragmentação, na realidade, é uma técnica de mercado, totalmente vinculada ao modo de produção capitalista.

²⁷ Em palestra realizada no dia 09 de abril de 2011, pelo Ciclo de Palestras Diferentes Visões sobre Natureza e Sustentabilidade, promovida pelo Departamento de Artes & Design e pela Coordenação Central de Extensão, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), no Campus Gávea da PUC-RJ, na cidade do Rio de Janeiro (RJ).

A desvinculação da notícia de seu fundo histórico-social e o seu surgimento nos veículos de comunicação como um dado imediato sugere, de certa maneira, uma permanente sensação de transitoriedade dos fatos, como se fossem mercadorias que logo devem ser consumidas ou substituídas (COSTA, 1994: 139).

Em diversos momentos do processo de produção, os acontecimentos, para serem transformados em fatos jornalísticos que serão utilizados para a construção da notícia, são retirados do seu contexto de ocorrência, de uma “complexidade concreta de relações”, perdendo assim, a dimensão da totalidade e adquirindo uma “falsa uniformidade e coerência” (COSTA, 1994: 145).

A construção da notícia pressupõe um processo contínuo de seleção e exclusão, a começar pela escolha dos assuntos que merecem a atenção dos veículos de comunicação a ponto de se tornarem pautas a serem investigadas; das fontes indicadas para serem consultadas; das informações que serão utilizadas pelo jornalista para a elaboração do seu texto, que, na maior parte dos veículos segue o modelo da pirâmide invertida o que, por si só, já provoca uma ruptura na linearidade temporal dos fatos, ao privilegiar o que é considerado mais importante e deixar para o final que se considera de menor relevância; se o texto do jornalista terá o devido espaço na edição do jornal e o quanto de informação deverá reelaborado ou excluído para caber nesse espaço limitado.

Isto posto, reforça-se a ideia de que a notícia é uma reconstrução parcial da realidade, que aparece, nesse sentido, simplificada. Ainda assim, é uma reconstrução baseada em um modelo que se pretende racional, daí a importância de princípios como a objetividade e a neutralidade, expostos no subitem anterior, mas que, na realidade, levam a um fetichismo²⁸ dos fatos jornalísticos, assim como acontece com as demais mercadorias produzidas pelo sistema capitalista. Este mesmo fetichismo acaba por conceber a notícia como algo inquestionável e um retrato fiel da realidade, e o sujeito/leitor, como um ser passivo, que pouco ou nada sabe sobre a sua realidade, e que por esse motivo, depende do jornal para manter-se informado.

A informação, vista como finalidade suprema deste final de milênio, acaba por esconder ou negligenciar o sujeito da troca de signos. Informação para quê? Informação para quem? Os meios de comunicação não podem tornar-se sujeitos de si mesmos. A informação fetiche desconsidera a humanidade dos homens. Simplificar não pode mais ser a palavra-chave da mídia (SILVA, 2007: 18).

²⁸ Costa (2005) entende este fetichismo como algo associado a poderes mágicos e sobrenaturais, da dimensão da irracionalidade, o que para o autor, é um contrassenso diante da ciência positiva, que se pretendia racional, mas que se colocou em posição de “verdade absoluta” e serviu de respaldo para todo um modelo produtivo que elevou as mercadorias à categoria de projeção da auto realização do sujeito.

A simplificação a que Silva se refere é justamente um dos objetivos a ser alcançado e o resultado final obtido pelo processo jornalístico de produção da notícia, por ser mais rentável para os *media*, que por sua vez, na visão de Morin, querem distância da complexidade, por esta “[implicar] afrontar as verdades caseiras, as certezas confortáveis e, por vezes, até mesmo os ideais mais caros e aparentemente generosos” (MORIN apud SILVA, 2007: 19). Porém, é esta mesma simplificação, obtida através das escolhas que permeiam o processo, que leva às perdas de informação durante a construção da notícia.

Nesse sentido, devem ser levados em consideração os valores-notícia, critérios de relevância observados em toda a cadeia de construção da notícia e que contribuem para a hierarquização das matérias, a sua posição na edição do jornal e o enfoque da reportagem (MASSIERER, 2007).

Um dos critérios considerados na escolha do que se tornará ou não notícia é a sua ocorrência de acordo com o tempo das redações, ou seja, se o acontecimento insere-se em um período de tempo que permita ao jornalista apurar os fatos e redigir o texto. Isso porque, a todo o momento as assessorias de imprensa encaminham *releases* aos jornalistas e os acontecimentos externos às redações tornam-se públicos. Além disso, muitas vezes, o jornal não dispõe de infraestrutura para cobrir determinados acontecimentos ou não possui equipe disponível. Contudo, caso a notícia seja dada pela concorrência e de forma a causar certa comoção popular, as lideranças do veículo mudam totalmente de atitude e dão espaço para tal assunto (MASSIERER, 2007)²⁹.

Quando se trata dos assuntos ambientais, Trigueiro (2005) ressalta que muitos, como por exemplo, o aquecimento global, são considerados “frios”, pelo seu desenvolvimento ocorrer em uma escala de tempo que extrapola os limites do tempo presente, porém isso em nada anula sua extrema relevância. Por esse motivo, para o jornalista, os assuntos ambientais não podem aparecer nas páginas dos jornais apenas em momentos de catástrofes ou de acontecimentos extremos, uma vez que tais temas fazem parte da vida cotidiana e exigem um acompanhamento permanente. E, quando aparecerem desta maneira, Trigueiro atenta que cabe ao jornalista ir além do factual e da descrição dos acontecimentos. Ele deve tratar do contexto, ampliar a sua abordagem e criar um espaço de discussão e debate entre as fontes e o público, na busca por soluções

²⁹ Para chegar a essas conclusões, Massierer realizou pesquisa etnográfica nas redações dos jornais “Zero Hora” e “Correio do Povo”, ambos de circulação no estado do Rio Grande do Sul, com o objetivo de compreender como as rotinas inerentes ao processo jornalístico de produção da notícia afetam a cobertura dos temas voltados ao meio ambiente realizada por esses jornais.

que beneficiem a sociedade como um todo. Do contrário, a informação ambiental será esvaziada do seu teor político e crítico.

Segundo Bueno (2007), a pauta jornalística tradicional, enquanto ponto de partida para a construção da notícia, deve ser repensada no caso do Jornalismo Ambiental. Isso porque a natureza deste tipo de pauta é o seu comprometimento com os problemas e desafios a serem enfrentados diante das questões ambientais que se colocam na sociedade. A pauta ambiental deve ser concebida a partir de uma militância cívica, de acordo com a sua importância e poder de mobilização popular em prol de uma causa comum e nunca perdendo de vista as relações de poder e os interesses econômicos e políticos que estão nas origens dos problemas ambientais.

Este tipo de pauta não se restringe a uma abordagem superficial, descritiva e acabada dos assuntos ambientais, pelo contrário. Daí a sua complexidade, por não se reduzir a uma instância meramente técnica ou científica, mas também acrescentar as perspectivas econômicas, políticas e socioculturais, evitando o reducionismo de pautas que não contemplem as conexões entre meio ambiente, economia, cultura, política e sociedade (BUENO, 2007).

Por esse motivo, o jornalista ambiental precisa ter uma visão mais ampla do tema ao qual se dedicará, pois, caso contrário, corre o risco de restringir as suas fontes e ficar à mercê de informações ou dados que colaborem com os interesses de determinados grupos sociais, em detrimento de outros, além de não conseguir dar conta da complexidade da cobertura ambiental, que envolve ir além das fontes oficiais e ouvir os atores sociais diretamente relacionados e afetados pelos acontecimentos.

Bueno (2007) defende, ainda, que ao jornalista ambiental, cabe, para além de traduzir para a linguagem leiga as informações altamente especializadas fornecidas por determinadas fontes, a mediação e a contextualização das falas – evitando, assim, o esvaziamento político do discurso – e ele próprio colocar a sua opinião, desde que devidamente demarcada.

Porém, no jornalismo diário, destaca-se que a escolha das fontes também é diretamente influenciada pelo fator tempo. Em geral, pela falta dele, buscam-se pessoas que sejam legitimadas pelo poder e que já detenham certa credibilidade instituída na sociedade. Contudo, a pluralidade de vozes no jornalismo ambiental, além de primordial para o entendimento o mais completo e crítico possível do acontecimento abordado, enriquece o discurso. O profissional de jornalismo não deve buscar uma verdade absoluta diante dos fatos, pois ela simplesmente não existe. Ele deve, pois, retratar as

várias verdades profundas que coexistem na sociedade, para, então, fomentar a transformação necessária e dar voz aos diversos atores envolvidos nos acontecimentos, sejam eles fontes oficiais, sejam eles membros de grupos populares e comunidades tradicionais, por exemplo.

Novamente, recorre-se à Massey (2009) e à noção de espaço defendida pela geógrafa como algo em permanente construção, por ser uma “simultaneidade de histórias-até-agora”, tendo em vista que a notícia se coloca enquanto a representação de um espaço delimitado e que, em sua essência, também é entendido pelo modelo de pensamento vigente como uma representação de processos sociais. Mas tal percepção de “espaço enquanto representação” não dá conta da multiplicidade coexistente, da “simultaneidade de histórias-até-agora”. E esse pode ser um dos motivos pelos quais a notícia quase nunca representa a pluralidade de vozes.

Já para Morin, a falta de múltiplas vozes no espaço público Ocidental relaciona-se diretamente a uma “lógica homeostática, destinada a manter o equilíbrio do discurso pela expulsão da contradição e do erro” (MORIN, 2007: 55), que permeou e ainda permeia, tanto o pensamento científico, como as relações sociais. Ainda assim, não basta simplesmente o jornalista apresentar ao longo de uma matéria jornalística as vozes dos vários atores sociais envolvidos em um acontecimento. Ele deve fazê-lo integrando este sujeito ao seu metassistema, levando em conta que a própria noção de sujeito só possui sentido quando inserido em um ecossistema (familiar, natural, social) (MORIN, 2007).

Outra maneira de contornar essa falta tempo e a necessidade de fontes está na publicação de falas obtidas em *releases* encaminhados pelas assessorias, como relatado pelo editor do “Correio do Povo” a Massierer (2007), e em entrevistas às fontes por telefone. Na visão de Trigueiro³⁰, esses métodos, embora bastante eficientes se considerada a “correria” das redações dos jornais diários, não devem ser os únicos, pois para a realização de uma boa matéria jornalística em meio ambiente é necessária a experiência sensorial do jornalista, a forma como ele próprio apreende em sua subjetividade, o acontecimento no seu local de ocorrência, ainda que isso represente custos financeiros mais elevados e leve mais tempo para se elaborar a matéria.

³⁰ Palestra realizada no dia 09 de abril de 2011, pelo Ciclo de Palestras Diferentes Visões sobre Natureza e Sustentabilidade, promovida pelo Departamento de Artes & Design e pela Coordenação Central de Extensão, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), no Campus Gávea da PUC-RJ, na cidade do Rio de Janeiro (RJ).

Outro fator que contribui significativamente para a abordagem fragmentária do jornalismo são os constrangimentos organizacionais a que estão submetidos os jornalistas inseridos no jornal empresa. Para além da política editorial do veículo, muitas vezes aprendida na prática por não constar em qualquer tipo de manual, o jornalista depara-se com os interesses políticos e econômicos do veículo de comunicação ao qual se dedicam.

A chefe de reportagem do Correio do Povo entrevistada por Massierer (2007) admitiu que, caso a empresa envolvida em algum tipo de acidente ambiental, por exemplo, for anunciante do jornal, dificilmente seu nome será citado nas notícias. É dessa maneira que os *media* contribuem para a manutenção do discurso capitalista e mercadológico e que interessa às empresas que são suas anunciantes, ainda que as mesmas estejam envolvidas em polêmicas.

Esposito (2008) e Bueno (2007) destacam que se tratando do tema ambiental, a preocupação das empresas, sobretudo daquelas que desempenham atividades altamente impactantes ao meio ambiente, faz com que as mesmas pressionem em muitas ocasiões os veículos de comunicação, e consequentemente, os jornalistas e os seus superiores, a não publicarem determinada informação, ou para modificarem o enfoque das notícias.

Essas mesmas empresas utilizam-se dos seus setores de assessoria de comunicação para veicularem na imprensa ações que em vários casos fazem parte de obrigações legais e que, portanto, não deveriam ser noticiadas como iniciativas de preservação socioambiental, na tentativa de realizarem um *marketing* verde e, assim, conquistarem a confiança do público consumidor (BUENO, 2007; ESPOSITO, 2008). Este conceito surgiu na década de 1970 em *workshop* realizado pela American Marketing Association (AMA) para discutir o impacto do *marketing* sobre o meio ambiente e expressa a resignificação da natureza sob a lógica do mercado.

Marketing Verde ou Ambiental consiste em todas as atividades desenvolvidas para gerar e facilitar quaisquer trocas com a intenção de satisfazer os desejos e necessidades dos consumidores, desde que a satisfação de tais desejos e necessidades ocorra com o mínimo de impacto negativo sobre o meio ambiente (POLONSKY apud TEIXEIRA, 2008)³¹.

³¹ Disponível em:

http://www.marketing.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=121:marketing-verde&catid=39:ambientalhttp://www.marketing.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=121:marketing-verde&catid=39:ambiental&Itemid=88. Acesso em: 14 de maio de 2011.

Dessa forma, nota-se uma série de dificuldades a serem enfrentadas pelo jornalista – especializado ou não – que porventura for designado a cobrir uma pauta ambiental. Entre essas dificuldades, Trigueiro destaca as seguintes:

preconceito com os assuntos relacionados a meio ambiente (porque este seria um assunto “menor” ou porque ameaçaria injustificadamente o desenvolvimento econômico); eventuais pudores do veículo para o qual trabalha em relação a assuntos que possam causar constrangimento aos patrocinadores; falta de cultura e de visão de mundo de colegas que ocupam cargos superiores, e que se sentem ameaçados por novas ideias ou modelos de cobertura. Ser jornalista e buscar alguma formação na área ambiental significa ingressar em um movimento que demanda cuidados e estratégias (TRIGUEIRO, 2005: 283 e 284).

Diante do cenário de fragmentação exposto do jornalismo, e que atinge e prejudica o Jornalismo Ambiental em sua essência, torna-se necessário pensar em outras metodologias nas quais a atividade jornalística possa se basear. Morin (2007) reconhece que estamos, atualmente, em um planeta de comunicações, diante das possibilidades de conexão em tempo real proporcionadas pela tecnologia informacional. No entanto, Morin alerta que de nada adianta tal comunicação intensa, se não existe a compreensão do que está sendo comunicado.

Esta falta de compreensão está expressa na dificuldade em se alcançar soluções para os problemas ambientais que atingem todo o planeta, sendo necessária toda uma mudança de paradigmas na forma como pensamos este planeta. De acordo com Morin, “é preciso contextualizar e não apenas globalizar. Conceber não unicamente as partes, mas o todo”, para assim, “desenvolver o mundo do conhecimento, através das relações e dos contatos globais” (MORIN, 2007: 49), admitindo uma totalidade aberta, circular, precária e em intercâmbio permanente. Precariedade esta que não deve ser vista como algo negativo, mas sim, como a possibilidade permanente de mudanças quando estas forem necessárias.

Para isto, torna-se fundamental o entendimento das ambivalências expostas por Morin (2007), que prega a superação de um pensamento binário e a adoção de um pensamento dialógico, considerando-se, de maneira simplista, que nem tudo é bom ou mau na sua totalidade, mas sim, que de um extremo ao outro existem nuances e que tais nuances devem ser consideradas.

Trata-se do paradigma da complexidade, proposto por Morin e presente em outros autores contemporâneos e que será abordado com maior detalhamento no Item 4.3 deste trabalho como uma das formas possíveis para se conceber o entendimento da

questão ambiental na atualidade e de conduzir o Jornalismo Ambiental. Como o próprio autor destaca, este paradigma, assim como os demais já elaborados pela humanidade, possui suas limitações. Todavia, ao contrário da maior parte, reconhece os seus limites e faz deles objetos de aprendizado e superação.

O Jornalismo Ambiental, embora ainda não tenha encontrado na grande mídia um espaço adequado para o seu pleno desenvolvimento, tem se valido das mídias especializadas ambientais, que se disseminaram com a popularização da Internet e se encontram em franco crescimento (BUENO, 2007), mas que ainda necessitam do respeito do próprio meio jornalístico. Esse tipo de mídia alternativa, diferentemente da grande mídia, mantém a sua cobertura em relação a determinado assunto, mesmo após a perda de visibilidade do mesmo, denunciando os culpados e cobrando os resultados (PURWIN, 2008).

Ainda assim, isso não exclui a importância dos grandes *media*, sobretudo se for considerada a necessidade de democratização da informação ambiental para o desenvolvimento da cidadania também ambiental e da tendência ao aumento do interesse pelos temas ambientais por parte do grande público, que passarão a integrar cada vez mais o cotidiano da humanidade e os veículos de comunicação (BERNA e VIA apud PURWIN, 2008).

Tampouco aponta para um cenário de extrema especialização do Jornalismo Ambiental. Embora seja necessário que determinados profissionais que se comprometerem com a temática tenham um aprofundamento maior no tema, todos os profissionais da área jornalística, independente da editoria à qual pertencem, devem, enquanto cidadãos, ter o conhecimento das principais questões ambientais em pauta e como podem tratá-las em seus domínios, de maneira engajada politicamente, rica em termos de conteúdo e relações, mas ao mesmo tempo, atraente para o público ao qual se dirigem.

4.3. Pensamento complexo: possibilidades teóricas e prática possível

Como alternativa para o entendimento das questões ambientais em sua totalidade, não apenas no âmbito do Jornalismo e da sua prática cotidiana, mas também na educação, na política, na economia, e em todos os domínios que permeiam a sociedade, recorre-se ao paradigma da complexidade proposto por Edgar Morin e à ecosofia de Félix Guattari.

Sobre o paradigma da complexidade, faz-se essencial o entendimento de que “complexo” não é, necessariamente, o “complicado”. Na leitura de Silva, “na complexidade abriga-se o simples traduzido de maneira profunda” (SILVA, 2007: 22). E Morin (2007) completa que a complexidade não é complicação, sendo esta uma das constituintes da complexidade.

A um primeiro olhar, a complexidade é um tecido (*complexus*: o que é tecido junto), de constituintes heterogêneas inseparavelmente associadas: ela coloca o paradoxo do uno e do múltiplo. Num segundo momento, a complexidade é efetivamente o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem nosso mundo fenomênico. Mas então a complexidade se apresenta com os traços inquietantes do emaranhado, do inextricável, da desordem, da ambiguidade, da incerteza... Por isso o conhecimento necessita ordenar os fenômenos rechaçando a desordem, afastar o incerto, isto é, selecionar os elementos da ordem e da certeza, precisar, clarificar, distinguir, hierarquizar... Mas tais operações, necessárias à inteligibilidade, correm o risco de provocar a cegueira, se elas eliminam os outros aspectos do *complexus* (...) (MORIN, 2007: 13 e 14).

Para facilitar o entendimento desta concepção da complexidade, Morin (2007) enumerou três princípios: o dialógico, a recursão organizacional e o hologramático. Por princípio dialógico, Morin entende a associação de dois termos, ao mesmo tempo complementares e antagônicos, porém totalmente necessários e dependentes um do outro, como, por exemplo, a ordem e a desordem, que, embora um suprima o outro, podem, simultaneamente, produzir organização e complexidade.

Já o princípio da recursão organizacional baseia-se no fato de que “os produtos e os efeitos são, ao mesmo tempo, causas e produtores do que os produz” (MORIN, 2007: 74), tal como a relação entre sociedade e indivíduo. Ao mesmo tempo em que a sociedade produz o indivíduo, é produzida por ele, em um processo permanente de retroalimentação. Este princípio rompe com a ideia racionalista e linear de causa e efeito, instituindo uma noção cíclica dos fenômenos.

E o princípio hologramático trata da relação entre a parte e o todo. Ao contrário do paradigma racionalista, para o qual “o todo é a soma das partes”, na complexidade, a parte está no todo e o todo está na parte. Ou seja, “um todo é mais do que a soma das partes”, “o todo é menor do que a soma das partes” e “o todo é ao mesmo tempo, mais e menos do que a soma das partes” (MORIN, 2007: 85).

A partir destes três princípios, percebe-se que, ao contrário do paradigma racionalista, a complexidade aceita a contradição, que não é vista como um erro, mas como um momento em que se alcançou um patamar tão profundo da realidade e que, justamente por isso, não consegue ser interpretada sob a lógica vigente. A crítica e a

crise são necessárias, pois é através delas que se chega à evolução do pensamento. “Vive-se da crise, não para a crise, embora pela crise” (SILVA, 2007: 23).

Vale ressaltar que uma das essências do paradigma complexo está em admitir suas limitações e que a própria complexidade não é a resposta para as questões que se colocam na contemporaneidade, mas sim, o desafio, uma vez que “a ideia de complexidade comporta a imperfeição já que ela comporta a incerteza e o reconhecimento do irreduzível” (MORIN, 2007: 102).

Outro ponto crucial do pensamento de Morin (2007) é a defesa da transdisciplinaridade, através da unidade de ciência, um conceito difícil de ser entendido considerando-se o quadro atual de compreensão da realidade dividido em grandes disciplinas – física, biologia e antropologia – que supostamente dariam conta da realidade, mas que, sem qualquer tipo de articulação, levam a entendimentos e concepções equivocadas. Esta articulação deve ser feita respeitando as particularidades dessas disciplinas, levando em conta, simultaneamente, a unidade e diversidade, as continuidades e as rupturas.

Ainda sobre a ciência, Morin (2007) atenta para o fato de que esta, ao longo dos séculos, perdeu a dimensão do seu papel social, ao isolar-se na academia, nos laboratórios e nos gabinetes e ao construir o seu objeto retirando-o do seu contexto complexo e realocando-o em um contexto de experimentações simples, para a elaboração de propriedades e leis. Na realidade, a ciência, independente da sua especialidade, é feita por seres humanos, de acordo com motivações específicas e interesses que nunca serão anulados, por mais que a própria ciência tente transmitir tal aura de neutralidade.

Morin (2007) também entende que o pensamento e as ações geradas por este pensamento estão totalmente interligadas. Assim, “um pensamento mutilador conduz necessariamente a ações mutilantes” (MORIN, 2007: 15). E foram essas ações que levaram a humanidade à crise ecológica planetária, que por sua vez tem ocasionado a deterioração progressiva dos modos de vida humanos, diante da criação de um mercado mundial que “lamina os sistemas particulares de valor, que coloca num mesmo plano de equivalência os bens materiais, os bens culturais, as áreas naturais etc” e “que coloca o conjunto das relações sociais e das relações internacionais sob a direção das máquinas policiais e militares” (GUATTARI, 2009: 10).

Esta crise ecológica iniciou-se na Primeira Revolução Industrial, no século XVIII, aprofundou-se na Segunda Revolução Industrial no século XIX e permanece

desde então, quando a natureza deixou, em definitivo, de ser algo da ordem do sagrado e passou a existir enquanto um recurso. Ou seja, ela perdeu a sua essência e sua existência por si mesma, para ser utilizada pela sociedade e a satisfação de suas necessidades e desejos, ocorrendo, assim, a separação entre natureza e sociedade, que se tornaram antagônicas.

Por outro lado, Irving³² aponta para a tendência ao resgate do antigo valor de natureza, ainda presente em algumas comunidades tradicionais, como determinadas tribos indígenas, para a sobrevivência da própria humanidade. Todavia, este resgate não tem ocorrido, necessariamente, diante do entendimento da importância em se mudar os padrões como os de consumo, mas sim, a partir de um sentimento de culpa global, motivado, em grande parte, pelos meios de comunicação.

Este sentimento de culpa leva os indivíduos/consumidores a modificarem seus hábitos de consumo, não no sentido de uma redução, mas sim, comprando produtos classificados como “verdes”, sob a ótica do *marketing* verde.

Para além deste, Irving destaca a visão preservacionista que orientou e ainda orienta na atualidade a criação das reservas e parques ecológicos como outra forma de a sociedade se redimir diante da natureza. A principal crítica a esta visão reside no fato de que, mais uma vez, o ser humano é separado da natureza, por ser considerado prejudicial à mesma e, portanto, deve permanecer longe dos domínios destes parques. No entanto, o preservacionismo não reconhece a existência de grupos humanos que, não apenas vivem inseridos nos ecossistemas, como também contribuem para sua manutenção.

Como exemplo deste tipo de interação, merecem menção as comunidades caiçara, grupos formados a partir da miscigenação entre indígenas, portugueses e negros, cuja cultura é totalmente baseada em atividades ligadas à agricultura itinerante, à pesca, ao extrativismo vegetal e ao artesanato e que se fixaram nas zonas costeiras dos estados brasileiros de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro.

Graças aos seus conhecimentos sobre a fauna e a flora, e seus sistemas tradicionais de manejo dos recursos naturais, essas populações têm contribuído de forma significativa à conservação da biodiversidade dos pontos que ocupa. Esses grupos têm enfrentado grandes dificuldades em manter as suas formas de vida, por conta do

³² Palestra realizada no dia 06 de abril de 2011, pelo Ciclo de Palestras Diferentes Visões sobre Natureza e Sustentabilidade, promovida pelo Departamento de Artes & Design e pela Coordenação Central de Extensão, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), no Campus Gávea da PUC-RJ, na cidade do Rio de Janeiro (RJ).

crescimento das cidades próximas aos seus locais de moradia, e a consequente especulação imobiliária e degradação do ecossistema onde vivem³³.

Para lidar com a crise ambiental, Guattari (2009) propõe uma profunda mudança comportamental expressa através “de uma autêntica revolução política, social e cultural reorientando os objetivos da produção de bens materiais e imateriais” (GUATTARI, 2009: 9). E, como forma de se chegar a esta revolução, o autor sugere a “ecosofia”, “uma articulação ético-política (...) entre os três registros ecológicos (o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana)” (GUATTARI, 2009: 8). Dessa maneira, Guattari vai além da necessidade de redução do consumo e do preservacionismo, ao admitir a necessidade urgente de mudanças nas relações humanas e na forma como os indivíduos se relacionam entre si e com o espaço que os cerca.

As ecosofias sugeridas por Guattari (2007) são duas: a social e a da mente. Por ecosofia social, o autor entende as relações sociais, em cujos domínios deverão ser desenvolvidas “práticas específicas que tendam a modificar e a reinventar maneiras de ser no seio do casal, da família, do contexto urbano, do trabalho etc” (GUATTARI, 2009: 15).

A questão será literalmente reconstruir o conjunto das modalidades do ser-em-grupo. E não somente pelas intervenções “comunicacionais” mas também por mutações existenciais que dizem respeito à essência da subjetividade. Nesse domínio, não nos ateríamos às recomendações gerais mas faríamos funcionar práticas efetivas de experimentação tanto nos níveis microssociais quanto em escalas institucionais maiores (GUATTARI, 2009: 16).

E a ecosofia da mente relaciona-se ao campo psíquico do sujeito e diz respeito à reinvenção da “relação do sujeito com o corpo, com o fantasma³⁴, com o tempo que passa, com os ‘mistérios’ da vida e da morte” (GUATTARI, 2009: 16). É nessa dimensão que Guattari prevê a relação entre o sujeito e a “uniformização midiática e telemática, o conformismo das modas, as manipulações da opinião pela publicidade, pelas sondagens etc” (GUATTARI, 2009: 16). É, de certa forma, a dimensão na qual é possível se compreender os efeitos da sociedade de consumo no sujeito.

De acordo com o pensamento ecosófico de Guattari, embora o autor deixe clara a distinção entre a ordem do social e a ordem do sujeito, ambos estabelecem interações constantes expressas no espaço enquanto esfera da multiplicidade coexistente, da

³³ Disponível em: http://www.rbma.org.br/anuario/mata_05_populacao.asp. Acesso em: 14 de maio de 2011.

³⁴ “Fantasma” inconsciente, no sentido psicanalítico (Nota do autor).

simultaneidade de “estórias-até-agora” (MASSEY, 2009), de fixos e fluxos que estabelecem uma relação dialógica, à medida que os fixos determinam os fluxos, que por sua vez, determinam os fixos³⁵ (SANTOS, 1988).

Por esse motivo que não é possível separar natureza³⁶ e cultura. Para Guattari “precisamos aprender a pensar ‘transversalmente’ as interações entre ecossistemas, mecosfera e Universos de referência sociais e individuais” (GUATTARI, 2009: 25). No âmbito da ciência, Morin também contribui com reflexões sobre a relação entre os seres humanos e o meio onde vivem, ao definir a etnoecologia.

[Etnoecologia é] o campo de pesquisa (científica) transdisciplinar que estuda os pensamentos (conhecimentos e crenças), sentimentos e comportamentos que intermedeiam as interações entre as populações humanas que os possuem e os demais elementos dos ecossistemas que os incluem, bem como os impactos ambientais daí decorrentes (MORIN apud ESPOSITO, 2008: 21).

E Costa (2009) completa, ao alertar para a necessidade de se diferenciar a “ética meioambiental”³⁷ da “ética ecológica”. Segundo a “ética do meio ambiente”, a natureza deve ser preservada unicamente para servir à humanidade, de modo a melhorar a sua qualidade de vida e das gerações futuras. É o pensamento que conduz o conceito de “desenvolvimento sustentável”, para o qual a natureza continua a ser valorizada de acordo com atributos econômicos.

Já a “ética ecológica” valoriza a interação entre o ser humano e a natureza de forma integrada, ao admitir os seres humanos como integrados em um meio, onde compartilha a sua vida com outras espécies e com um substrato físico que suporta e torna possível esta própria vida. “É ‘ecológica’ porque visa a *oikia*, o *oikós*, a casa grande, a casa de todos. Não a casa ocidental ou a casa do Norte. Nem sequer somente a casa humana, mas sim a casa universal, planetária” (BALLESTEROS apud COSTA, 2009: 114)³⁸. E é a partir desta ética que deve ser redefinido o conceito de progresso. Pois somente dessa forma será possível uma mudança profunda no modelo de sociedade

³⁵ Para o geógrafo Milton Santos, o espaço composto pelos objetos tal como relações que se estabelecem entre os sujeitos resulta de um conjunto de fixos e fluxos. Enquanto os fixos são da ordem do econômico, do social, do cultural, do religioso e são visíveis no espaço, os fluxos são a circulação, a distribuição e o consumo.

³⁶ Natureza no sentido de meio físico e biológico, apropriado de formas variadas pelos sujeitos sociais enquanto espaço onde fixaram suas formas sociais, ao mesmo tempo em que estas foram determinadas por essa natureza.

³⁷ Traduzido do espanhol “ética medioambiental”.

³⁸ Traduzido do espanhol: “Es ‘ecológica’ porque mira a la *oikia*, al *oikós*, a la casa grande, a la casa grande, a la casa de todos. No a la casa occidental, o a la casa del Norte. Ni siquiera solamente a la casa humana, sino a la casa universal, planetária” (BALLESTEROS apud COSTA, 2009: 114).

vigente, calcado no consumo, para um modelo menos predatório onde é possível aliar qualidade de vida a um meio ambiente saudável.

Nesse sentido, vale mencionar a teoria ecodesenvolvimentista, que defende a conjugação entre preservação ambiental e desenvolvimento socioeconômico. De acordo com este paradigma, não se trata de elevar o padrão de vida dos países considerados subdesenvolvidos ao nível dos classificados como desenvolvidos, tampouco de estabelecer um modelo de desenvolvimento único, mas sim, promover modelos de desenvolvimento diferenciados e que respeitem as particularidades locais, sem, necessariamente, isolar os lugares entre si (ESPOSITO, 2008).

Ao compreender a existência de particularidades e individualidades, admite-se também a multiplicidade de sujeitos e a pluralidade de vozes, ao contrário do modelo de sociedade atual, onde poucos possuem legitimidade de fala, restrita aos meios oficiais e acadêmicos. Deve-se, dessa maneira, valorizar a sabedoria popular desenvolvida pelas comunidades tradicionais, como os caiçara exemplificados neste item, bem como reconhecer o valor da religião, da arte e dos mitos. Afinal, “não há humanidade sem imaginário. O sonho também move o homem” (MORIN apud SILVA, 2007: 16).

Diante do exposto, percebe-se a complexidade e a ecosofia como caminhos de pensamento e de metodologia a serem seguidos pelo jornalista, especialmente aquele que se dedicar aos assuntos relacionados ao meio ambiente. Este profissional deve partir do pressuposto de que o processo comunicacional desencadeado por ele, desde a apuração com as fontes, até a publicação do texto final, nunca começa do zero. Na realidade, os outros já dispõem de todo um repertório de informações e saberes que se articularão ao do jornalista, sendo o receptor um “interlocutor, um co-produtor de sentidos, sentidos que de fato só se constituem no ato da interlocução” (ARAÚJO & CARDOSO, 2007: 58), e a cena social, composta por uma pluralidade de vozes, que ora estão em concordância, ora entram em conflito.

A prática adotada pelo Jornalismo Ambiental deve ser baseada na visão sistêmica da realidade, fundamental para a descoberta constante de novas pautas e na abordagem mais completa dos mesmos assuntos, visto que as discussões em torno da questão ambiental e da sua pluralidade de temas nunca se esgotam. Não deve ser uma postura meramente denunciista, de apontar falhas e problemas, mas também propositiva, de modo a sinalizar rumos e perspectivas para a sociedade à qual escreve (TRIGUEIRO, 2005).

É essencial o entendimento de que as questões ambientais, embora, em sua maioria, aconteçam e sejam percebidas na escala local e regional, sua abordagem deve ser realizada a partir de uma perspectiva global, evitando, assim, o isolacionismo, que por si só, leva a um reducionismo e ao entendimento parcial das questões, que deve ser combatido.

Ainda que a realidade atual seja marcada pela profunda crise ambiental, Morin acredita que “a era da teoria aberta, multidimensional e complexa já começou” (MORIN apud CAMPOS, 2006: 65). Morin também demonstra total otimismo sobre a espécie humana, reafirmando “o homem como uma maravilhosa obra exposta à criatividade, ao devir, à emoção, a todas as infinitas possibilidades do desconhecido, o homem neguentrópico, o *demens* criativo que complementa o *faber* operoso” (CAMPOS, 2006: 65). E Freire complementa, ao afirmar que “diferentemente dos animais que são apenas inacabados, mas não são históricos, os homens se sabem inacabados (...) daí que a educação seja um quefazer permanente” (FREIRE apud CAMPOS, 2006: 65).

Prova dessa necessidade por informações e pela sua transformação em conhecimento no que tange, especificamente, a questão ambiental, pode ser vista na pesquisa de opinião “O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável”, realizada em 2001 pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Instituto de Estudos da Religião (ISER), realizada com duas mil pessoas nas cinco regiões brasileiras sob coordenação da cientista social Samyra Crespo. A maior parte dos entrevistados declarou sentir-se mais ou menos informada sobre meio ambiente e ecologia, embora reconheça a importância do assunto em seu cotidiano.

Os meios de comunicação, em especial os que fazem parte da grande mídia e que, portanto, são os detentores das maiores audiências, deveriam repensar o tratamento que dispensam às questões ambientais, que ganham destaque cada vez maior na sociedade. Todavia, não se trata de fazê-lo de modo alarmista e pontual, apenas diante da ocorrência de catástrofes, naturais ou provocadas pelos seres humanos. Ao contrário, o jornalista e o veículo de comunicação em questão devem assumir um compromisso perante a sociedade que tratarão do tema meio ambiente considerando toda a sua complexidade de temas e de abordagens, evitando, dessa forma, comprometer a sua credibilidade diante do público.

5. ESTUDO DE CASO: A COBERTURA DO JORNAL O GLOBO SOBRE O VAZAMENTO DE ÓLEO OCORRIDO EM 2000 NA BAÍA DE GUANABARA

Como forma de entender a cobertura ambiental feita pelos veículos da grande imprensa, tal como o jornal “O Globo”, optou-se por abordar neste estudo de caso a cobertura realizada por este jornal do ocorrido em 2000, quando um duto de óleo sob responsabilidade da Petrobras se rompeu em uma área de manguezal na Baía de Guanabara (Rio de Janeiro, RJ), despejando cerca de 1.3 milhão de litros de óleo.

O período considerado esteve compreendido entre os dias 19 de janeiro de 2000³⁹, dia do derramamento, e 25 de novembro de 2000, quando foi publicada a última matéria em referência ao assunto. Optou-se por este período, tendo em vista um dos preceitos para a cobertura ambiental, o de continuidade das notícias, que nunca devem se esgotar em si mesmas, mas sim, gerar sempre novos desdobramentos.

E, especialmente o caso ocorrido na Baía de Guanabara mereceu atenção, diante dos danos causados a um dos principais cartões-postais do país, pelos setores prejudicados, como a pesca e o turismo, e por ter ocorrido em um ecossistema profundamente prejudicado, porém de grande resistência, como é o caso da Baía de Guanabara e por ter tido forte influência na revisão e mudança de procedimentos de segurança adotados pela Petrobras em suas operações em todo o mundo.

Dessa forma, foram analisadas, no total, 123 matérias – entre reportagens, artigos assinados e notas – de editorias, como “Rio”, “País”, “Segundo Caderno”, “Opinião”, “Economia”, entre outras. Algumas destas matérias, cujas abordagens apresentaram elementos de destaque, serão mencionadas, devidamente analisadas, e encontram-se em anexo.

Ressalta-se que no mesmo ano, aconteceram vazamentos em outras localidades do país, sob responsabilidade da mesma empresa, tendo sido um deles, no rio Barigui (Paraná) em julho, maior do que o desastre da Baía em termos de quantidade de óleo

³⁹ O vazamento ocorreu na madrugada do dia 18 para o dia 19 de janeiro. De acordo com laudo técnico elaborado pelo CREA/RJ, o acidente foi causado por falhas no projeto de instalação do duto PE-2, que não considerou as particularidades de um terreno como o manguezal, além do descuido dos técnicos de plantão naquele momento, que mesmo tendo constatado um problema no *software* de monitoramento do duto, optaram por fazer os cálculos de forma manual, o que gerou erros e fez com que o vazamento não fosse imediatamente detectado, tendo duração de 30 minutos. Este foi o tempo suficiente para o derramamento de 1.3 milhão de litros de óleo, que rapidamente se espalharam em uma mancha de 50 km² e atingiram as praias dos municípios de Magé, Guapimirim, Itaboraí, São Gonçalo e Rio de Janeiro (Ilha de Paquetá e Ilha do Governador), além da Área de Proteção Ambiental (APA) de Guapimirim (MONTEIRO, 2003).

despejada. Alguns desses textos foram considerados nesta análise por fazerem alusão ao caso do Rio de Janeiro, tanto comparativamente, como no sentido de trazer os desdobramentos que se davam em relação à Baía de Guanabara.

A escolha do jornal “O Globo”, um veículo que faz parte da grande mídia, ao invés de um veículo especializado, foi proposital. Isso porque, à época, “O Globo” tinha uma circulação média diária considerável, de 334.098 exemplares, concentrada, sobretudo, no município e no Estado do Rio de Janeiro, embora o jornal fosse – e ainda seja – distribuído por outras praças do país. Os dados mais recentes da Associação Nacional dos Jornais⁴⁰, referentes ao ano de 2010, apontam que a circulação média “d’O Globo” reduziu para 262.435 exemplares.

À época do acidente, não havia no jornal “O Globo” uma editoria especializada em meio ambiente, cujas temáticas eram, em sua maioria, abordadas na seção “Ciência e Vida”, atrelada ao caderno de “Economia”. Ainda hoje, o jornal não dispõe de editoria diária específica para a temática, embora disponha de dois cadernos especiais, o “Planeta Terra”, criado em março de 2010, de caráter mensal e publicado na quarta terça-feira de cada mês, e o “Razão Social”, de publicação bimensal.

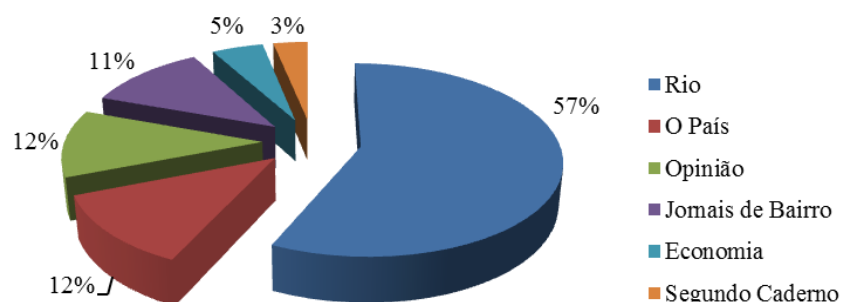
Diante do número elevado de matérias levantado, a abordagem adotada para esta análise será feita, inicialmente, através de um panorama geral, para, em seguida, serem apontadas algumas questões que merecem destaque.

5.1. Caracterização da cobertura do vazamento

A primeira característica a ser apontada quanto à cobertura realizada pelo jornal “O Globo”, foi a predominância do assunto na editoria “Rio”, que trata especificamente dos assuntos relacionados à cidade. Ainda assim, o assunto figurou nas páginas de outras editorias, como “O País”, “Opinião”, “Jornais de Bairro” (Ilha do Governador, Zona Sul, Niterói e Baixada), “Economia” e “Segundo Caderno”. No gráfico abaixo, elaborado a partir do levantamento das editorias onde foram alocadas as 123 matérias consideradas neste estudo, visualiza-se o percentual de matérias publicadas no período de referência, por editoria.

⁴⁰ Disponível em: <http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornais-do-brasil/>. Acesso em: 25 de maio de 2011.

**Matérias publicadas sobre o vazamento de óleo entre
19/01/2000 e 25/11/2000**



Embora 57% das matérias estivessem alocadas na editoria “Rio”, a diversidade de editorias em que o assunto foi inserido demonstra o quão difícil é classificar os temas voltados à questão socioambiental. Até mesmo na parte dedicada à cultura, o “Segundo Caderno”, houve algumas linhas que mencionassem o assunto. Para Trigueiro (2005), a alocação dos temas ambientais em diversas editorias, não apenas em uma específica, demonstra ao leitor a multiplicidade de enfoques que uma mesma questão pode ter.

Entre estas, destacam-se as notas publicadas por Hildegard Angel em sua coluna, como por exemplo, as do dia 27 de janeiro de 2000⁴¹. A colunista aproveitou a assinatura de autorização para o início da instalação do Polo Gás Químico a ser implantado em Campos Elíseos (Duque de Caxias) para abordar a reunião entre os prefeitos dos municípios atingidos pelo vazamento com o presidente da Petrobras, realizada no intuito discutir os programas de recuperação ambiental e a verba a ser destinada a cada um dos municípios. Hildegard também fez menção à reunião entre o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA-RJ), Movimento de Cidadania pelas Águas e o SENGE-RJ, promovida para discutir formas de preservação da Baía de Guanabara.

Por se tratar de uma coluna, a jornalista demonstrou com maior clareza sua opinião, ao dar o título “Ainda vai rolar muita água sobre o óleo...”, sinalizando que o assunto ainda teria desdobramentos que poderiam ser polêmicos, bem como ao afirmar ser urgente a apuração das responsabilidades pelo acidente para evitar que outros aconteçam.

Também merecem destaque as matérias publicadas nos jornais de bairro, todas caracterizadas como reportagens. Embora contem com um espaço reduzido para a

⁴¹ Anexo 1, página I.

publicação de textos, que por sua vez, dividem espaço com diversas propagandas direcionadas aos moradores dos bairros aos quais abrangem, notou-se nas matérias desta editoria uma abordagem com teor mais crítico e próximo ao público leitor, em comparação às demais⁴², ao relacionar, por exemplo, que a falta de pescado elevou os preços do peixe nos mercados situados no entorno da Baía de Guanabara⁴³.

Em outra reportagem, foi mencionado que a poluição da Baía de Guanabara, composta por dejetos residenciais e industriais e agravada pelo vazamento de óleo, se estende até o município de Maricá⁴⁴, distante aproximadamente, 60 km da cidade do Rio de Janeiro. Ou seja, a mensagem captada é a de que a poluição, a princípio localizada, pode se estender e atingir outros lugares distantes.

Nos jornais de bairro, os jornalistas coletaram depoimentos para além dos oficiais – no caso, os presidentes de colônias de pesca – dando voz aos próprios pescadores. Todavia, estes foram mostrados, não como sujeitos ativos e pertencentes a uma categoria de profissionais cuja atividade foi gravemente afetada pelo vazamento, mas sim, como vítimas e que como tal, mereciam todo tipo de assistência social⁴⁵.

Tampouco foram levados em conta os conflitos internos existentes entre esta categoria de profissionais, que podem ter influenciado a maneira como os seus representantes se portaram diante dos jornalistas, tampouco a ocorrência de particularidades da própria atividade pesqueira realizada na Baía de Guanabara. Nesse sentido, nota-se que ocorreu uma homogeneização da categoria, o que não possibilitou ao leitor do jornal ter uma visão do todo.

Por outro lado, percebeu-se no caderno veiculado no município de Niterói que o vazamento de óleo em decorrência do rompimento do duto alertou para outro grave problema existente na Baía de Guanabara: o chamado “cemitério de navios”. Trata-se de embarcações sem uso abandonadas na Baía de Guanabara, nas proximidades dos municípios de Niterói e São Gonçalo e sujeitas a intempéries, como a ação da maresia, que corrói os seus cascos e pode acarretar no vazamento do óleo ainda existente em seu interior, além de toda a liberação de metais tóxicos decorrente desta corrosão. No total, no período considerado, foram publicadas no caderno “Jornal de Bairro – Niterói” três

⁴² Exceto em relação à seção de Opinião, como será analisado adiante, onde foi aberto espaço para posicionamentos favoráveis e contrários à postura adotada pela Petrobras para lidar com o caso.

⁴³ Anexo 2, página II.

⁴⁴ Anexo 3, página III.

⁴⁵ Anexo 4, página V.

matérias sobre o assunto, entre os meses de maio e julho⁴⁶, e feitas inserções pontuais sobre o assunto em algumas reportagens na editoria “Rio”.

Na editoria de Economia, o vazamento de óleo apareceu tanto em colunas, especificamente na Coluna Panorama Econômico e na de George Vidor, como em reportagens. No geral, entre as matérias analisadas, notou-se que a preocupação maior estava na forma como a fiscalização ambiental atuaria nestes casos, na medida em que o país à época estava abrindo a exploração de hidrocarbonetos para empresas estrangeiras e um acidente de tais proporções e sem as devidas punições poderia vir a prejudicar a sua imagem internacionalmente.

O vazamento também foi citado em matéria publicada no dia 17 de agosto de 2000 sobre o fato de a Petrobras, no primeiro semestre de 2000, ter registrado o maior lucro de sua história, apesar de ter gasto milhões em multas ambientais aplicadas em função do vazamento na Baía de Guanabara e no vazamento de óleo no Paraná, ocorrido em julho. A reportagem não aborda de forma aprofundada as consequências desses dois vazamentos para a Petrobras, por focalizar nos altos lucros obtidos pela empresa, nos motivos que levaram a tal e nas perspectivas para os meses seguintes⁴⁷.

Na editoria “País”, não houve uma reportagem específica sobre o vazamento na Baía de Guanabara, pois o mesmo já estava inserido na editoria “Rio”. No entanto, são feitas várias referências a este caso para fins de comparação em relação a outros vazamentos ocorridos no Brasil durante o ano 2000, destacando-se, entre esses, o que atingiu o rio Barigui, no Paraná, em julho do mesmo ano⁴⁸.

Outra seção do Jornal onde o vazamento de óleo na Baía de Guanabara foi mencionado é a parte de Opinião, composta por editoriais escritos pelos próprios jornalistas “d’O Globo” e artigos assinados por convidados. Neste espaço, o jornal possibilitou a pessoas como Marina Silva, Gilberto Gil, Alfredo Sirkis, Juca Ferreira, entre outros, expressarem suas opiniões e a cobrarem explicações da Petrobras para o acontecimento, além de apresentarem toda uma contestação da forma como os cidadãos brasileiros se relacionam com o meio ambiente e ao modelo de desenvolvimento adotado pelo país, que desconsiderou durante anos os problemas ambientais que poderiam ser gerados.

⁴⁶ Anexo 5, página VI.

⁴⁷ Anexo 6, página VII.

⁴⁸ Anexo 7, página VIII.

Especificamente Marina Silva trouxe à discussão a importância de se analisar criticamente a postura da Petrobras, que na ocasião do vazamento, optou por canalizar boa parte dos seus investimentos à publicidade, em uma tentativa de reduzir os danos causados à sua imagem perante a sociedade, bem como de cobrar mais fiscalização por parte do Governo. Marina ainda questiona o modelo “civilizatório” adotado pelo sul e sudeste, e que não teve o mesmo “sucesso” na Amazônia, onde mostrou sua face altamente predatória, desrespeitando o equilíbrio do meio ambiente e a cultura da população local⁴⁹.

Indiretamente, ao abordar a questão da publicidade, Marina toca em um ponto que nunca é questionado pelos leitores do jornal. Afinal, como poderia um jornal, enquanto empresa, veicular notícias tão negativas a respeito de um anunciante, tal como a Petrobras? Alguns jornais, como foi o caso dos jornais “Zero Hora” e “Correio do Povo” analisados por Massierer (2007), simplesmente não veiculam os nomes de determinadas empresas, até que esteja comprovada juridicamente sua responsabilidade diante de algum fato.

Por outro lado, o jornal também cedeu espaço para que algumas pessoas defendessem a Petrobras, a exemplo do artigo assinado por Armando Guedes Coelho, ex-presidente da empresa e à frente do Grupo Suzano na data do vazamento. Nestes artigos, observa-se que, embora as falhas da empresa sejam admitidas, elas são minimizadas diante do que a Petrobras representaria para o desenvolvimento econômico e social do país e pelos projetos socioambientais mantidos pela mesma⁵⁰. Tenta-se, assim, estimular no leitor um sentimento de orgulho da companhia, apesar dos seus erros que não se repetiriam, ao menos diante das promessas feitas pelo presidente da Petrobras na época, Henri Reichstul.

Entre todas as editorias nas quais foram publicadas matérias relativas ao assunto, a editoria “Rio” foi a que apresentou o maior número de reportagens desde o dia do vazamento, até o final do período considerado, um total de 70. Em geral, a cobertura do caso pode ser caracterizada como pautada no factual, ou seja, o jornal buscou publicar qualquer tipo de novidade sobre o caso, mesmo que na edição do dia seguinte fosse necessário reformular aquela informação, por estar incompleta, ou até mesmo, equivocada. Isso fez com que, em muitas matérias, as informações se tornassem

⁴⁹ Anexo 8, página X.

⁵⁰ Anexo 9, página XII.

repetidas, já que, em alguns momentos, o fato novo não foi sustentado por um desenrolar mais aprofundado.

Outra característica observada foi o levantamento de uma série de questões que poderiam ter sido alvo de intensos debates por parte da população, como por exemplo, a falta de licenciamento ambiental para a operação da Refinaria Duque de Caxias (REDUC), os desdobramentos do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara, os usos feitos do óleo produzido pela REDUC e alternativas menos poluentes para substituí-lo, a eficácia das leis ambientais da época, os procedimentos de segurança existentes em outras refinarias do país e nos demais empreendimentos com alto potencial de impactos ao ambiente, o estado anterior de degradação da Baía, a começar pelo elevado índice de poluição dos rios que fazem parte da sua bacia hidrográfica, entre outros. Esses assuntos, embora tenham sido mencionados, não foram levados adiante.

Na primeira reportagem publicada sobre o caso, de 19 de janeiro de 2000⁵¹, constata-se a predominância de fontes oficiais, como representantes da Petrobras, da Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, da Feema (Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente, hoje Inea, Instituto Estadual do Ambiente) e o deputado estadual Carlos Minc, conhecido por legislar em favor de causas ambientais. Diante das poucas informações disponíveis sobre o caso – ainda não havia consenso sobre a quantidade de óleo derramada – o jornal buscou preencher o espaço da página inteira dedicada à reportagem com um infográfico mostrando a localização do duto rompido e dois *boxes* explicativos sobre casos de vazamentos ocorridos anteriormente no Estado do Rio de Janeiro e no mundo.

Já a reportagem do dia 20 de janeiro de 2000⁵² mostra outros atores sociais impactados diretamente pelo vazamento de óleo, como os pescadores do município de Magé e os comerciantes da Ilha de Paquetá, que tiveram naquele ano seus negócios bastante prejudicados, por dependerem do turismo que foi fortemente afetado em função do acidente. Também se recorreu a um oceanógrafo para explicar as consequências do ocorrido para as espécies de animais e micro-organismos que habitam a Baía de Guanabara. Mais uma vez, foi mencionado o fato de a REDUC operar sem licença, porém sem explicações dos motivos pelos quais isso acontece, as consequências disso e o que deve ser feito para mudar.

⁵¹ Anexo 10, página XIV.

⁵² Anexo 11, página XV.

Na mesma publicação, o jornal destaca as possíveis punições que a Petrobras poderia sofrer, citando uma série de leis e regulamentações, porém de forma confusa e sem questionar se aquela legislação realmente cobriria os prejuízos causados pelo vazamento para o ecossistema da Baía de Guanabara. Prejuízos estes impossíveis de serem mensurados em termos financeiros, na medida em que algumas espécies de animais e vegetais poderiam ter sido extintos, a exemplo dos caranguejos-uçá, que tiveram seu período de reprodução altamente comprometido, e, consequentemente, a sua existência⁵³.

Todavia, há que se destacar o uso do recurso do infográfico para demonstrar a dimensão do acidente e suas consequências para o manguezal. Este tipo de recurso, quando bem elaborado, facilita consideravelmente o entendimento do leitor em relação ao assunto abordado, como foi o caso do que acompanhou esta matéria.

No dia 21 de janeiro de 2000⁵⁴, diante da “invasão” da mancha de óleo ao manguezal da Área de Proteção Ambiental (APA) de Guapimirim, “O Globo” dedicou uma reportagem de página inteira ao acontecimento. A esta altura, dois dias após o vazamento, ficava claro que o sistema de contenção utilizado pela empresa não estava alcançando os resultados esperados. Ainda assim, a Petrobras não admitiu que a mancha havia atingido a APA, mesmo com todas as evidências que apontavam para tal.

Nesta reportagem, foram levantadas duas questões relevantes, porém não desenvolvidas de modo satisfatório. A primeira é a importância do manguezal para a manutenção da vida marinha, que foi abordada superficialmente. A segunda refere-se ao desastre social e econômico acarretado pelo vazamento às comunidades que vivem da pesca na Baía. Em nenhuma das matérias analisadas houve qualquer tipo de contextualização sobre esta atividade secular, sua importância econômica e social e a forma como era conduzida antes do vazamento.

No dia 25 de janeiro de 2000, foi publicada a reportagem “Baía terá plano contra poluição”⁵⁵, em que foi exposta a criação do Grupo Gestor da Baía, que teria como atribuições, mapear os rios, redes de esgoto, aterros sanitários e demais fontes de poluição que contribuem para a degradação da Baía. Outra iniciativa anunciada foi o mapeamento das empresas que mais poluísssem a Baía e a exigência para as mesmas se adequarem. Ambos os assuntos foram retomados poucas vezes nos dias posteriores, e de

⁵³ Anexo 12, página XVI.

⁵⁴ Anexo 13, página XVII.

⁵⁵ Anexo 14, página XVIII.

maneira pontual, o que impediu que o leitor acompanhasse os desdobramentos do levantamento feito pelo Grupo Gestor, e quais as empresas que se encontravam na categoria de maiores poluidoras da Baía de Guanabara.

Outra reportagem que se destacou entre as analisadas foi elaborada, na realidade, a partir de um desdobramento da cobertura do vazamento. Trata-se da reportagem “Um lixão na Baía de Guanabara”, publicada no dia 05 de fevereiro de 2000⁵⁶, em um momento em que os olhos do Rio de Janeiro, e até mesmo do país, voltavam-se a ela. A intenção de se discutir um tema trazido à tona em decorrência de outro é totalmente aceitável e recomendável por um Jornalismo Ambiental que busca dar conta da realidade e suas múltiplas facetas.

A matéria trouxe à discussão outra grave causa da poluição da Baía de Guanabara, o lixo que diariamente é despejado em seu espelho d’água, levado pelos rios que fazem parte da sua bacia hidrográfica. Contudo, a abordagem utilizada para o seu desenvolvimento é totalmente atrelada a números e a maneiras de traduzi-los de uma forma inteligível para o público-leitor. Destaca-se que esta “tradução”, beirando um didatismo, é fundamental para se passar para o leitor uma ordem de grandeza real, mas a matéria deveria ir além, apontando, também as causas da existência de tamanha quantidade de lixo.

Que o problema se agrava por conta das chuvas, todos sabem e muitos sentem. A questão que deveria ter sido levantada é que, por trás de tamanha quantidade de lixo, encontra-se um modelo de sociedade totalmente baseado no consumo e que não entende a dimensão deste ato aparentemente tão simples, mas que pode trazer graves consequências. Também se encontra uma população que não tem acesso à coleta de resíduos e que, por este motivo, acaba por descartá-los nos rios e mares. Por isso, não bastaria a educação ambiental como solução para o problema, como apontou um dos entrevistados. É preciso que outras providências sejam tomadas. A reportagem também aborda algumas possíveis soluções que estão em estudo pelo Governo. No entanto, não aprofunda nenhuma delas e, por esse motivo, não questiona sua eficácia, seus pontos positivos e pontos a melhorar.

Mais uma vez, percebe-se a urgência em se promover no jornalismo – e entre os jornalistas – a importância da abordagem da ordem do complexo em suas matérias. Pois apenas desta forma que será possível transmitir ao leitor/espectador/internauta as

⁵⁶ Anexo 15, página XX.

múltiplas – e por vezes infinitas – questões que envolvem um mesmo fato, sendo o próximo passo o estímulo ao leitor a um pensamento crítico, problematizador e propositivo.

Nas matérias mencionadas anteriormente, foram constatados alguns problemas com relação à forma como os assuntos foram abordados e à sua continuidade, ou falta de. Porém, a matéria publicada no dia 30 de janeiro de 2000⁵⁷, “Óleo derramado ameaça 40% da vida na baía”, é um exemplo de que é possível a um jornal diário, mesmo com todas as dificuldades impostas pelos fatores tempo de apuração e espaço para desenvolver as matérias, levar ao leitor uma leitura próxima à do paradigma da complexidade.

A reportagem em questão aborda a ameaça ao manguezal provocada pelo vazamento, demonstrando através de infográfico e do depoimento de biólogos e representantes da Organização Não-Governamental (ONG) Baía Viva e do Instituto Baía de Guanabara (IBG), de maneira simplificada, como é o funcionamento de um sistema altamente complexo tal como o manguezal e a interação entre todos os seres que fazem parte do mesmo, até chegar ao ser humano, no caso, os pescadores e catadores de caranguejo que tiram o seu sustento deste ambiente. Ainda assim, faltou o depoimento dos pescadores e catadores de caranguejo que poderiam discorrer sobre a maneira racional como utilizam os recursos da Baía de Guanabara, de modo a garantir a sua sobrevivência e preservar o ecossistema.

Em termos de quantidade de matérias, constatou-se que estas se concentraram entre o final do mês de janeiro, quando aconteceu o vazamento, e o mês de abril, quando ainda estavam sendo definidas as formas de indenização que a Petrobras deveria pagar aos prejudicados, como os pescadores e os comerciantes que dependiam do turismo na Baía de Guanabara, às prefeituras dos municípios afetados e ao Governo Estadual. Após o mês de abril, o assunto continuou a ser abordado, porém de forma mais pontual ou em associação a outros vazamentos que ocorreram ao longo do ano de 2000, como já mencionado.

⁵⁷ Anexo 16, página XXI.

5.2. Uma análise crítica sob os conceitos do Jornalismo Ambiental

Nota-se que boa parte das matérias veiculadas pelo jornal “O Globo” não conseguiu dar conta de maneira plenamente satisfatória das nuances que envolvem a questão ambiental, a começar pela própria abordagem do tema. Isso porque os problemas existentes na Baía de Guanabara, em decorrência da poluição causada pelas indústrias que se instalaram ao seu redor, do despejo de esgoto residencial sem tratamento em suas águas e nos rios que fazem parte da sua bacia hidrográfica, das várias ocupações irregulares compostas por comunidades carentes às suas margens, não foram suficientes para colocar a Baía em destaque no jornal. Apenas após a ocorrência de tamanho desastre ambiental que a Baía foi mencionada na pauta da sociedade.

É o que Bueno (2007) entende como a “síndrome da baleia encalhada”, considerando-se que o meio ambiente só se torna pauta diante de algum fato que foge à “normalidade”. Mas, a questão que vem à tona é: seria também “normal” todo o processo de degradação ambiental desencadeado na Baía de Guanabara devido à maneira como ocorreu a ocupação do seu entorno?

Outro ponto a ser analisado foi a prevalência de fontes oficiais do Governo e da própria Petrobras, de membros da Academia, como biólogos e oceanógrafos, de integrantes de ONGs e das lideranças dos grupos afetados, a exemplo dos presidentes de algumas das colônias de pesca existentes na Baía e da Associação Comercial de Paquetá. Por outro lado, poucos foram os pescadores ouvidos, para além das lideranças das colônias, e sequer foram mencionadas as Associações de Moradores dos bairros situados à beira da Baía e que também foram prejudicadas com o vazamento.

Esta opção pode ser explicada diante do pouco tempo disponível para apuração da matéria, que muitas vezes é feita apenas na redação e de acordo com indicações recebidas na pauta jornalística. Uma vez que o jornalista não tem sempre a possibilidade de ir ao local do acontecimento, a ele restam as entrevistas realizadas por telefone e essas fontes consideradas “oficiais”, que além de já deterem respaldo pela posição que ocupam, também são mais facilmente encontradas para prestarem o seu depoimento por meios como o telefone.

As consequências da apuração feita no ambiente da redação são diversas. Entre as quais, opta-se por uma abordagem técnica do assunto, eliminando o teor político que outras vozes poderiam fornecer de forma a enriquecer o debate. Além disso, o jornalista perde a dimensão sensorial do acontecimento, não sendo possível demonstrar as suas

próprias impressões do fato, que se torna desprovido de experiências, meramente descritivo e esvaziado enquanto produto de um jornalismo que se pretende ambiental.

Quanto às dimensões crítica e política do fato, estas ficaram restritas às páginas de opinião do jornal, o que faz sentido, até certo ponto, diante da proposta “d’O Globo” de seguir um modelo tradicional de jornalismo como “espelho da realidade”, cabendo ao veículo de imprensa apenas registrá-la em suas páginas. Todavia, diante de tal acontecimento e das suas consequências socioambientais, o jornalista não deve mostrar-se isento e como um mero narrador. Tampouco deve adotar postura denunciante, disparando acusações, muitas vezes agressivas, contra a empresa, o que também esvazia o debate. Nesses casos, recomenda-se que o jornalista investigue de forma profunda os acontecimentos, buscando ir além das fontes oficiais, coletando opiniões de especialistas consagrados na área, ao mesmo tempo em que dá voz aos atores que cuja rotina está atrelada ao objeto da investigação jornalística.

Sob a ótica do pensamento complexo de Edgar Morin e da ecosofia de Félix Guattari, discutidos neste trabalho como alternativas para se conceber a questão ambiental na atualidade, constata-se que poucos foram os momentos da abordagem realizada pelo jornal “O Globo” em se conseguiu apresentar ao leitor do jornal, de forma minimamente inteligível, a importância de se preservar a Baía de Guanabara, não apenas para aqueles que dependem dela como fonte de renda, a exemplo dos pescadores e catadores de caranguejo, mas, principalmente, para toda a população que vive nos municípios do seu entorno e para a humanidade.

Este fato é um reflexo do modelo educacional vigente, baseado no paradigma cartesiano e positivista, caracterizado pela fragmentação extrema do todo em partes que pouco se relacionam entre si. Perde-se, nesse sentido, a noção de todas as ações efetuadas localmente terão reflexos em termos globais, uma vez que o planeta é um só. No âmbito do jornalismo, ao retirar o acontecimento do seu contexto original e recontextualizá-lo no âmbito da notícia, o jornalista corre o risco de fragmentá-lo de tal forma que as relações que o fundamentaram perdem-se e, mais uma vez, ocorre o esvaziamento político do fato.

Isso ocorreu, por exemplo, nas matérias onde foram expostas as possíveis punições às quais a Petrobras estaria sujeita de acordo com a legislação ambiental existente na época. O que se observou foi a menção a uma série de leis aplicadas por diversas instituições, que em nenhum momento demonstraram qualquer tipo de articulação que as fortalecesse perante a empresa e a própria sociedade. Também não

foram explicados, de forma consistente, os critérios a serem levados em consideração para a aplicação de tais punições.

Em partes, isso pode ser atribuído à forma como a temática ambiental é tratada na área jurídica. De acordo com Carlos Teodoro José Hugueney Irigaray, Procurador do Estado de Mato Grosso e professor da área de Direito Público e Ambiental da Universidade Federal do Estado de Mato Grosso⁵⁸, esta temática tem sido abordada de maneira fragmentada, em uma disciplina eletiva, que não faz parte da grade regular do curso e privilegiando o seu caráter estritamente legal, ao invés de se pensar e discutir a realidade sobre a qual este direito será aplicado.

Na opinião de Irigaray, o meio ambiente deveria fazer parte de todas as disciplinas jurídicas, considerando-se o seu conteúdo transdisciplinar e envolvendo atividades de campo, palestras com profissionais de outras áreas (antropólogos, ecólogos etc), levando em conta a aplicação concreta da legislação ambiental, que Irigaray considera quase inexistente, e por esse motivo, investigando as razões pelas quais este direito apresenta pouca efetividade.

Há que se destacar, ainda, a falta de continuidade na abordagem de assuntos relacionados à Baía de Guanabara que foram levantados ao longo da cobertura realizada entre janeiro e novembro de 2000, mas que não foram retomados. Em suma, o leitor deixou de ficar a par de uma série de decisões que envolvessem novas ações de preservação da Baía prometidas após o vazamento, se é que estas foram realmente levadas adiante, a exemplo do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG)⁵⁹, que até 2011, apresentou poucos avanços. Trigueiro (2005) ressalta que, em geral, as pautas ambientais são assuntos considerados “frios”, diante do seu desfecho que, em geral, sequer pode realmente acontecer, e que apenas quando ocorre um acontecimento totalmente fora do comum elas são veiculadas nos grandes *media*.

Isto posto, ficou claro na análise feita das matérias selecionadas que a cobertura do assunto levada pelo jornal “O Globo” aos seus leitores deixou a desejar em vários

⁵⁸ Em entrevista realizada por *e-mail*, em 18 de maio de 2011, relacionada na íntegra no Anexo 17, página XXII.

⁵⁹ O PDBG foi iniciado em 1994 a partir de um contrato firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Japonês para Cooperação Internacional (JBIC) para a implantação de ações voltadas para a racionalização e uso das águas dos rios da Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara, melhoria dos serviços de coleta de lixo e controle das inundações, no intuito de garantir a recuperação da Baía. Contudo, poucas obras do projeto original foram concluídas, destacando-se, entre estas, a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) do Caju, zona portuária do município do Rio de Janeiro. (Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2010/05/17/programa-de-despoluicao-da-baia-de-guanabara-completa-16-anos-com-poucos-avancos/>. Acesso em: 30 de maio de 2011).

pontos, sobretudo ao se considerar os conceitos estabelecidos para uma cobertura de qualidade e crítica da temática ambiental. Como solução para tal, deve-se repensar todo o modelo de educação e de jornalismo adotados na atualidade, que nada mais são do que reflexos da sociedade de consumo, onde tudo e todos se tornam mercadorias produzidas única e exclusivamente para a satisfação pessoal daqueles que podem adquiri-las.

6. CONCLUSÃO

O modelo tradicional de construção da notícia tal como um produto e uma narrativa meramente descritiva da realidade mostra-se totalmente ultrapassado, diante das questões ambientais que emergem na contemporaneidade e que devem ser levadas ao grande público pelos *media*.

Em paralelo, o modelo de sociedade predominante, calcado no sistema capitalista, que transforma a tudo e todos em produtos e estimula o consumo desenfreado de bens, tem demonstrado sinais de desgaste. E a crise socioambiental apontada por Guattari e pela qual as sociedades ocidentais passam, é a maior prova deste enfraquecimento.

Nesse sentido, torna-se imprescindível repensar o papel dos *media*, que, apesar de buscarem a sua legitimidade perante o senso comum como “vigilantes do poder”, na realidade, servem à consolidação do mesmo. No entanto, ao exercerem tal papel de fortalecimento dos poderes instituídos, os *media* deixam de trazer à tona discussões fundamentais para o redirecionamento da sociedade em busca de um modelo inclusivo e não predatório.

Para além dos *media*, é essencial uma mudança de postura no que tange ao sistema educacional, desde o ensino básico, até o ensino superior, que há séculos encontra-se limitado por um modelo de pensamento fragmentado e pouco relacional. Este pensamento simplesmente não consegue dar conta de toda a complexidade que envolve a questão ambiental.

Isto porque falar em meio ambiente é ir além da noção que há muito tem sido instituída de que meio ambiente equivale à natureza, e esta, por sua vez, é igual a fauna e flora. O elemento humano é praticamente excluído e posto em posição, ora de dominador, ao conceber a natureza como um recurso a ser utilizado sem qualquer tipo de preocupação com os demais seres, tampouco com as futuras gerações, ora como subserviente diante de catástrofes naturais, como terremotos e furacões.

E esta é justamente a imagem que o jornalismo baseado em um modelo fragmentado de (re)produção da realidade, consolida perante a sociedade. Esta, por sua vez, não se vê como parte do meio ambiente e não consegue estabelecer relações de causa e efeito dos seus atos, o que ficou claro na pesquisa realizada pelo jornalista Pedro Campos entre os estudantes de jornalismo da Unesp, que, em sua maioria, foram

incapazes de estabelecer relações coerentes entre os problemas ambientais que os afetam.

Por outro lado, emerge na sociedade o entendimento de que a questão ambiental e toda sua riqueza temática não pode mais ser deixada de lado e deve fazer parte das discussões cotidianas. Para tal, é de fundamental importância o papel do Jornalismo Ambiental, que se baseia em uma nova maneira de pensar a atividade jornalística em si, ao romper com os preceitos básicos do jornalismo tradicional de neutralidade e imparcialidade.

De acordo com os pesquisadores que buscaram conceituar a área, para então, legitimá-la no âmbito acadêmico, é básico que o jornalista que queira enveredar-se pela área ambiental não deixe, em momento algum, de transparecer suas impressões e experiências para o público, seja ele leitor, espectador ou “internauta”. Ele não deve ser um militante em defesa de um discurso apaixonado, mas sim, firme o bastante para demonstrar que se tratando de questões como o aquecimento global e a poluição nas grandes cidades (isso para citar apenas alguns), não existe “contra” ou “a favor”.

Ao jornalista ambiental, é essencial o olhar sob a perspectiva da complexidade por conta do caráter multi e transdisciplinar que envolve as questões ambientais, não devendo este profissional, de forma alguma, limitar o seu olhar. Daí a importância de uma leitura crítica da realidade, considerando todos os aspectos relacionados à mesma, inclusive os políticos e culturais, de modo a não se deixar levar por discursos que, a uma primeira vista, parecem interessantes, mas que escondem interesses perversos, como é o caso do *marketing* verde.

O jornalista ambiental deve ser o promotor de um debate plural, ao dar voz a todos os membros da sociedade, independentemente da sua posição. Atualmente, nos *media*, apenas as chamadas “fontes oficiais” possuem o devido espaço. Tais fontes são importantes e devem manter o seu destaque. Porém, o jornalista não pode se esquecer de que todos os indivíduos que pertencem a um grupo social são fontes em potencial. Ao promover tal debate, não basta o jornalista adotar uma postura denunciante. Ele deve, pois, estimular a busca por soluções que atendam a um maior contingente da sociedade.

De fato, graças às facilidades de trocas de informações proporcionada pela Internet, alguns grupos como a Rede Brasileira de Jornalistas Ambientais (REBJA), têm organizado discussões bastante interessantes do ponto de vista técnico e político. No entanto, estas discussões, muitas vezes, sequer alcançam o grande público.

No modelo de imprensa vigente na atualidade, fortemente concentrado nas mãos de alguns poucos conglomerados de comunicação, toda essa mudança de atitude não parece tarefa simples, sobretudo se for considerado que uma das principais mudanças propostas pelo Jornalismo Ambiental é a participação de todos no processo de construção da notícia. Destaca-se que isto em nada anula o papel do jornalista enquanto mediador e promotor das discussões.

Tal como foi verificado no estudo de caso escolhido para compor este trabalho, os chamados “constrangimentos organizacionais” aparecem, ainda que de forma sutil, ao optar-se por uma abordagem restrita à transmissão de fatos, “jogados” de tal forma que a poucos foi dada a devida continuidade.

É importante destacar a importância da empresa em questão, a Petrobras, no quadro de anunciantes do jornal, o que, de certa forma, limita o jornalista a ir além do factual, como, de certa forma, apontou Marina Silva em um dos artigos assinados e publicados “n’O Globo”, ao questionar os elevados gastos da Petrobras em publicidade após a ocorrência do vazamento de óleo. E a empresa também teve sua imagem de “promotora do progresso” reforçada em matéria publicada no caderno de “Economia”, destacando os elevados números de sua lucratividade no primeiro semestre de 2000, apesar dos desastres ambientais provocados por ela no Rio de Janeiro e no Paraná.

Percebe-se que os desafios impostos ao Jornalismo Ambiental para se consolidar enquanto abordagem são muitos, a começar pela sua conceituação no espaço da universidade, geralmente restrito a uma disciplina, por vezes sequer obrigatória. O principal desafio está no fato de que a abordagem ambiental não deve ser de responsabilidade apenas do professor de determinada cadeira, mas sim, permear todas as discussões acadêmicas.

E, no espaço das redações e publicações, o meio ambiente não deve ser associado unicamente aos cadernos ambientais, pois dele emergem questões importantes para a economia, política, cultura, esporte, cidade e todas as editorias que compõem os jornais impressos da atualidade.

Afinal, não se trata exclusivamente de mais um tema do jornal, mas sim, do tema, por estar diretamente atrelado à vida e a todas as relações existentes entre os seres vivos e os outros seres vivos e entre estes e o meio onde vivem. Neste sentido, muito ainda deve ser feito, a começar pela necessidade de aprofundar os estudos relacionados ao Jornalismo Ambiental, aos seus conceitos e todas as práticas que o dizem respeito, sendo este trabalho uma pequena contribuição para esta discussão.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARENGA, Rogério Almeida de. *Jornalismo Brasileiro e Meio Ambiente: O tratamento das questões ambientais pelas revistas "Isto é" e "Época"*. Monografia de Graduação em Jornalismo. Faculdade de Comunicação. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007. Orientadora: Simone Bortoliero.

ARAÚJO, Inesita Soares de & CARDOSO, Janine Miranda. *Comunicação e saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

BELMONTE, Roberto Villar. Menos catástrofes e mais ecojornalismo. In: BOAS, Sergio Vilas (org). *Formação & Informação Ambiental: jornalismo para iniciados e leigos*. São Paulo: Summus, 2004.

BLANCHET, René. O conhecimento da Terra e educação. In: MORIN, Edgar. *A religação dos saberes: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BUENO, Wilson da Costa. *Comunicação, Jornalismo e Meio Ambiente: teoria e pesquisa*. São Paulo: Mojoara, 2007.

_____. *Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito*. In: *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. N. 15, jan./jun. Curitiba: Editora UFPR, 2007.

CAMPOS, Pedro Celso. A percepção do tema ambiental na universidade: Por um ensino de jornalismo capaz de romper paradigmas. In: LEMOS, André *et. al.* (eds). *Comunicação e Espaço Público*. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação: A Ciência, a Sociedade e a Cultura emergente*. São Paulo: Cultrix, 1982.

CARVALHO, Carmen. Segmentação do jornal, a história do suplemento como estratégia de mercado. In: V Congresso Nacional de História da Mídia. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. São Paulo, 31 de maio a 02 de junho de 2007.

COSTA, Carlos Alberto Franco da. ¿Ética ecológica o medioambiental? In: ACTA Amazonica, v. 39 (1). Manaus: INPA, 2009.

COSTA, Belarmino Cesar G. da. Jornalismo Impresso: Conceito de Notícia e a Técnica de Fetichização dos Fatos. In: MARQUES DE MELO, José (org.). *Transformações do Jornalismo Brasileiro: ética e técnica*. São Paulo: Intercom, 1994.

CRESPO, Samyra. *O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável*. Pesquisa Nacional de Opinião. Brasília: MMA/ISER, 2001.

ELIA, Mariana Duba Silveira. *O que é Notícia e não está na Pauta: Apagamentos constitutivos na grande mídia*. Monografia de Graduação (Habilitação em Jornalismo). Escola de Comunicação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Orientador: William Dias Braga.

ESPOSITO, Patrick Bolonha Ferreira. *Comunicação Ambiental para o Desenvolvimento Local*. Monografia de Graduação (Habilitação em Jornalismo). Escola de Comunicação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Orientador: Mohammed ElHajji.

GARCIA, Luiz. *O Globo: Manual de Redação e Estilo*. São Paulo: Globo, 2005.

GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide – para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre: Tchê, 1987.

GUATTARI, Félix. *As três ecologias*. Campinas: Papirus, 2009. 20ª Edição.

HERBELÊ, Antônio Luiz Oliveira & SAPPER, Sady Macedo. Mídia, produção de notícias e significação. In: UNIREvista, v. 1, n. 3, Julho de 2006. São Leopoldo: UNISINOS.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Vocabulário Básico de Recursos Naturais e Meio Ambiente*. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

KOVACH, Bill & ROSENSTIEL, Tom. *Os elementos do Jornalismo: O que os jornalistas devem saber e o público exigir*. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

LIPPMANN, Walter. *Public Opinion*. New Brunswick: Transaction Publishers, 1998.

LUZ, Cristina Rego Monteiro da. *A pauta jornalística e suas mediações*. Tese (Doutorado em Comunicação). Escola de Comunicação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. Orientador: José Amaral Argolo.

MASSEY, Doreen. *Pelo Espaço: Uma Nova Política da Espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

MASSIERER, Carine. *O olhar jornalístico sobre meio ambiente: um estudo das rotinas de produção nos jornais Zero Hora e Correio do Povo*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação (PPGCOM). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Orientadora: Ilza Maria Tourinho Girardi.

_____ & GIRARDI, Ilza Maria Tourinho. Como o campo do jornalismo auxilia na construção dos problemas ambientais. In: VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo. UMESP (Universidade Metodista de São Paulo), novembro de 2008.

MEDITSCH, Eduardo & FARACO, Mariana Bittencourt. O pensamento de Paulo Freire sobre Jornalismo e Mídia. In: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v. XXVI, n. 1, Janeiro/Junho de 2003. São Paulo: Sociedade Brasileira dos Estudos Interdisciplinares da Comunicação.

MESQUITA, Mário. Teorias e práticas do jornalismo – da era do telégrafo ao tempo do hipertexto. In: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v. XXVIII, n. 2,

Julho/Dezembro de 2005. São Paulo: Sociedade Brasileira dos Estudos Interdisciplinares da Comunicação.

MONTEIRO, Aline Guimarães. *Metodologia de Avaliação de Custos Ambientais provocados por vazamento de óleo: o estudo de caso do Complexo REDUC-DTSE*. Tese (Doutorado em Planejamento Energético e Ambiental). COPPE. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003. Orientador: Maurício Tiomno Tolmasquim.

MOREIRA, Ruy. *Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

MORIN, Edgar. *Introdução ao Pensamento Complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Por uma antropologia da notícia. In: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v. XXV, n. 2, Julho/Dezembro de 2005. São Paulo: Sociedade Brasileira dos Estudos Interdisciplinares da Comunicação.

NELSON, Peter. *Dez dicas práticas para reportagens sobre o meio ambiente*. Reston: Centro para Jornalistas Estrangeiros, Fundo Mundial para a Natureza, 1994.

NOGUEIRA, Silvia Garcia. O meio jornalístico e a reunião de pauta: quando a parte expressa o todo. In: ALCEU Revista de Comunicação, cultura e política, v. 3, n. 5, Julho a Dezembro, 2002. Rio de Janeiro: Departamento de Comunicação Social PUC Rio.

PURWIN, Stéphanie. *O discurso ambiental na mídia: A cobertura jornalística do meio ambiente*. Projeto Experimental (Habilitação em Jornalismo). Escola de Comunicação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Orientador: Mohammed ElHajji.

RABAÇA, Carlos Alberto & BARBOSA, Gustavo Guimarães. *Dicionário de Comunicação*. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: EdUSP, 1988.

SILVA, Juremir Machado da. Pensar a vida, viver o pensamento. In: MORIN, Edgar *et. al.* (orgs). *As duas globalizações: complexidade e comunicação, uma pedagogia do presente*. Porto Alegre: Sulina, EDIPUCRS, 2000.

SILVA, Luiz Martins. Jornalismo, Espaço Público e Esfera Pública Hoje. In: LEMOS, André *et. al.* (eds). *Comunicação e Espaço Público*. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

TRAQUINA, Nelson. *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo: UNISINOS, 2001.

TRIGUEIRO, André. *Mundo Sustentável: abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação*. São Paulo: Editora Globo, 2005.

_____. Mídia. In: TRIGUEIRO, André (coord.). *Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

VIZEU, Alfredo. *Decidindo o que é notícia. Os bastidores do telejornalismo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

WOLF, Mauro. *Teorias das comunicações de massa*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Sítios acessados:

Agir Azul. Disponível em: www.agirazul.com.br/artigos/jorental.htm.

CORREIA, João Carlos. *O Poder do Jornalismo e a Mediatização do Espaço Público*. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação da Universidade da Beira Interior – Covilhã – Portugal, 1995. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/jcorreia-poder-jornalismo.html>.

International Federation of Environmental Journalists (IFEJ). Disponível em: http://www.ifej.org/about/IFEJ_History.htm.

Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L6938.htm>.

Ministério do Meio Ambiente (MMA). Disponível em: <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18>.

Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Disponível em: http://www.rbma.org.br/mab/unesco_01_oprograma.asp.

8. ANEXOS

Anexo I

Produto: O Globo
Data de Publicação: Quinta-Feira 27 Janeiro 2000
Página: 3
Edição: 1
Editoria: Segundo Caderno: SC
Caderno: Segundo Caderno: SC
Coluna/Seção: Hildegard Angel
Fonte:
Crédito: Hildegard Angel
Tipo de matéria: Coluna
Chamada:
Série:

Ainda vai rolar muita água sobre o óleo...

A BOLA esteve nos pés dos governadores Moreira Franco, Brizola, Marcelo Alencar e só o governador Garotinho conseguiu chutar e fazer o gol. O ato do Pólo Gás Químico do Rio foi finalmente assinado no Palácio do Planalto por ele, FH e o presidente da Petrobras, Henri Philippe Reichstul. Com investimento de 900 milhões de dólares e geração de cinco mil empregos diretos e oito mil indiretos, o pólo é o maior empreendimento do estado, vai ser construído em Campos Elíseos, em Duque de Caxias, em área de cerca de meio milhão de metros quadrados, e começa a funcionar em 2003...

CONDE, PREFEITO do Rio, Zito, de Duque de Caxias, Jorge Roberto Silveira, de Niterói, Nelson do Posto, de Magé, e Edson Ezequiel, de São Gonçalo, cujos municípios foram atingidos pelo vazamento de óleo, se reuniram ontem com o presidente da Petrobras, na sede da estatal, para discutir os programas de recuperação ambiental a serem executados e a verba destinada a cada região para o desenvolvimento de projetos complementares...

O CREA-RJ, o Movimento de Cidadania Pelas Águas e o SENGE-RJ promovem reunião com entidades ambientalistas, serviços públicos envolvidos com a questão ambiental e a Petrobras hoje. É lamentável que o esforço de muitos e os milhares de dólares aplicados nos últimos dez anos, por diversas entidades, na melhoria da qualidade das águas da Baía de Guanabara tenham ido para o lixo, ou melhor, para o óleo, em apenas três ou quatro horas. Previsões iniciais apontam 20 anos para que o ecossistema da baía volte às condições anteriores ao derrame. É urgente apurar responsabilidades para evitar futuros acidentes...

Anexo 2

Produto: O Globo
Data de Publicação: Domingo 23 Janeiro 2000
Página: 6 7
Edição: 1
Editoria: Jornais de Bairro
Caderno: Niterói:NI
Coluna/Seção:
Fonte:
Crédito: Alan Gripp, Leonardo Valente
Tipo de matéria: Reportagem
Chamada:
Série:

Sete mil pescadores desempregados

Desastre ecológico na baía pára colônia em Niterói e em São Gonçalo

A imensa mancha de óleo que tomou conta da Baía de Guanabara vai deixar um rastro de destruição e desemprego em Niterói e em São Gonçalo. Segundo Gilberto Alves, presidente da colônia de pescadores Z-8, que abrange as duas cidades, o vazamento de óleo refinado da Reduc destruiu completamente o ecossistema de praias, mangues e rios, principalmente em São Gonçalo, acabando com o sustento de sete mil pescadores da colônia. Desde quarta-feira, quando ocorreu o acidente, as atividades da Z-8 estão paralisadas. De acordo com Alves, o recesso forçado deve seguir pelos próximos seis meses.

Não há mais vida em toda a orla de São Gonçalo. Os peixes e os caranguejos estão morrendo e os camarões já não são encontrados. A baía ainda não havia se recuperado do último vazamento de óleo, há três anos - diz ele.

Pescadores planejam fechar a entrada da baía

A Z-8 se unirá a outras colônias para exigir que os pescadores afetados pela poluição sejam indenizados. Alves quer que a Petrobras pague um salário-mínimo e uma cesta básica a cada desempregado até que o ecossistema se restabeleça. Os pescadores também vão exigir uma ação

efetiva da Petrobras para a limpeza e a recuperação dos manguezais. Para sensibilizar a opinião pública, cerca de 500 embarcações deverão participar, depois de amanhã, de um protesto que pretende bloquear a entrada de navios na Baía de Guanabara.

Há anos a baía sofre com a poluição de cinco mil indústrias instaladas ao seu redor e os pescadores são os mais afetados. Desta vez temos de fazer com que seja diferente - diz Alves.

Os reflexos do desastre ecológico também já atingiram o consumidor. No Mercado São Pedro, no Centro, os comerciantes foram obrigados a importar de outros estados peixes de pequeno porte como anchova, sardinha e corvina, pescados até então normalmente encontrados na baía. Com isso, os preços já subiram, em média, 15%.

Na Secretaria de Meio Ambiente de Niterói, o clima é de alerta total. Biólogos do município estão monitorando o trabalho da Feema e informando à secretaria, em esquema de plantão, tudo o que acontece.

Isso nos permite traçar estratégias em conjunto com a Petrobras - explica o secretário Fernando Guida.

Anexo 3

Produto: O Globo
Data de Publicação: Domingo 26 Março 2000
Página: 8
Edição: 1
Editoria: Jornais de Bairro
Caderno: Niterói:NI
Coluna/Seção:
Fonte: Local
Crédito: Alan Gripp
Tipo de matéria: Reportagem
Chamada:
Série:

ÁGUAS TURVAS: Pescadores da Colônia Z-8 denunciam que santuários ecológicos também estão sendo atingidos

Sessenta quilômetros de litoral sob ameaça

Poluição chega a Maricá e dezenas de espécies de peixes desaparecem a cada ano, afetando a economia na região

A poluição da Baía de Guanabara ultrapassou os limites da Boca da Barra e ameaça praias e ilhas da Região Oceânica de Niterói e Maricá. O lixo químico e domiciliar despejado na baía se alastrou por mais de 60 quilômetros de litoral, transformando o cenário de verdadeiros santuários ecológicos. Segundo os pescadores da Colônia Z-8 (Itaipu), a situação se agravou após o vazamento de óleo da Petrobras, há dois meses.

Todas as ilhas, que já foram adequadas à pesca submarina, encontram-se atingidas pela poluição. Não há um só lugar até Ponta Negra, em Maricá, que não esteja ameaçado - alerta o pescador submarino Otto Ribeiro Sobral.

Dois meses depois do maior vazamento de óleo da história da Baía de Guanabara, cerca de 350 pescadores denunciaram ontem que a Petrobras reduziu pela metade o valor da ajuda de custo de R\$ 500. Pouco depois das 6h, os pescadores de Magé chegaram à sede da estatal na Avenida Chile com faixas e cartazes. Por volta das 11h, sem conseguirem ser recebidos, os manifestantes fecharam as duas pistas da Avenida Chile por dez minutos, até a chegada de policiais do Batalhão de Choque. Em seguida iniciou-se um confronto que deixou duas mulheres feridas. Um pescador detido foi levado preso para a 5ª DP (Mem de Sá), mas liberado em seguida.

A gente está sem dinheiro, sem pesca e ainda tem que apanhar da PM - desabafou Lívia Maria da Cruz.

Segundo a polícia, a tropa apenas reagiu às agressões dos pescadores. Desenganados, os pescadores caminharam pelas avenidas Rio Branco e Presidente Antônio Carlos até a Assembléia Legislativa, onde uma comissão foi recebida pelo deputado Carlos Dias (PST). Ele será o presidente de uma CPI, que deve ser instalada amanhã, para apurar o vazamento provocado pela Petrobras. Dias vai convocar a estatal e os pescadores para esclarecer o impasse sobre o dinheiro.

Petrobras alega que pescado já está liberado

A Petrobras informou que só vai pagar R\$ 250 porque a pesca foi liberada em meados deste mês. Alega que o compromisso firmado com os pescadores previa o pagamento de ajuda de custo só enquanto o pescado da baía não apresentasse "qualidade sanitária" de consumo. Como desde janeiro o Ibama já divulgou dois laudos garantindo as boas condições do pescado da baía, a estatal considera o trato cumprido integralmente.

Convido os diretores da Petrobras e do Ibama a irem pescar comigo qualquer noite dessas para ver quanto peixe eu pego - desafiou Roberto Carlos de Souza, que, sem receber um centavo da Petrobras há 49 dias, já acumula dívidas de R\$ 250. - Quando eu receber pelo mês de fevereiro, vai tudo para as dívidas.

O líder dos pescadores, Romildo Soares de Oliveira, ameaçou organizar um protesto ainda maior semana que vem caso não sejam apresentadas soluções:

Vamos fechar a entrada da baía e ruas no Centro.

O deputado Carlos Dias acusou o Ibama de precipitação ao liberar a pesca, já que a qualidade comprovada em análises não recupera a credibilidade do consumidor, tampouco a população de peixes. Depois do encontro com Dias, os pescadores rezaram de mãos dadas em frente à Alerj. Em seguida, embarcaram em sete ônibus de volta a Magé. Sem obter sequer promessas de que vão receber os R\$ 500 que estão cobrando.

PMs ganham diploma de Segundo Grau

Enquanto pescadores enfrentavam policiais do Batalhão de Choque, a dois quarteirões dali 473 PMs davam um passo largo rumo a uma nova polícia: a primeira turma da PM a concluir o Segundo Grau pelo projeto Telessalas 2000 bateu recordes de aprovação. Ironicamente, o primeiro colocado no curso - parceria entre Ministério do Trabalho, Governo estadual, Viva Rio e Fundação Roberto Marinho - foi o cabo Aristides das Candeias, do Batalhão de Choque, que recebeu o diploma do governador Anthony Garotinho. Esteve presente o ministro do Trabalho, Francisco Dornelles.

Anexo 4

Edição: 1
Editoria: Jornais de Bairro
Caderno: Baixada:BX
Coluna/Seção:
Fonte:
Crédito: Rodrigo Cerqueira
Tipo de matéria: Reportagem
Chamada: 1 página:PP:Primeira Página
Série:

Magé ainda sofre efeito da tragédia

Petrobras investirá R\$ 1,8 bilhão em planos de prevenção de acidentes

Legenda da foto: O CARANGUEJEIRO LUIZ Cláudio da Conceição mostra as mãos cobertas de óleo: prejuízo no setor

Quatro meses depois do vazamento de 1,3 milhão de litros de óleo dos dutos da Petrobras na Baía de Guanabara, os pescadores de Magé e adjacências ainda sofrem com o rastro de destruição deixado pelo segundo maior desastre ecológico da região.

Os peixes desapareceram. Estamos a ponto de passar fome - diz Romildo Soares de Oliveira, representante dos 1.300 pescadores de Magé.

A Petrobras, no entanto, já anunciou um novo Programa de Excelência em Gestão Ambiental. Será investido R\$ 1,8 bilhão até 2003. A Refinaria de Duque de Caxias (Reduc) destinará R\$ 223 milhões para a compra de equipamentos de prevenção de acidentes.

O investimento sempre existiu. Mas, devido ao acidente, a Reduc, que recebia anualmente R\$ 40 milhões, conseguiu aumentar a verba - diz o superintendente Kuniyuki Terabe.

Desastre ecológico

No dia 18 de janeiro, um vazamento de óleo dos dutos da Petrobras atingiu a Baía de Guanabara. A mancha chegou a 50 quilômetros de extensão, atingindo os municípios de Niterói, Guapimirim e Magé.

Pelo desastre ecológico, a Petrobras recebeu uma multa do Ibama de R\$ 51 milhões por danos contra o meio ambiente.

Além de destruir o meio ambiente, o vazamento afetou os pescadores. Desempregados, eles conseguiram receber num período de um mês e meio uma indenização, que variou de R\$ 150 a R\$ 500.

Apesar do impacto ambiental, a pesca foi liberada pelo Ibama. No entanto, os pescadores garantem que a população sente receio de consumir o pescado. Com isso, cerca de 300 estariam mudando de profissão.

Anexo 5

Produto: **O Globo**
Data de Publicação: Domingo, 25 Junho 2000
Página: 6
Edição: 1
Editoria: Jornais de Bairro
Caderno: Niterói:NI
Coluna/Seção:
Fonte:
Crédito:
Tipo de matéria: Reportagem
Chamada:
Série:

Cemitério de navios continua à deriva

Procuradoria prorroga prazo para relatório sobre o problema na baía

A Procuradoria Geral da República prorrogou o prazo para que a Capitania dos Portos, a Feema e o Ibama repassem um panorama completo sobre a situação dos navios abandonados na Baía de Guanabara. O prazo terminaria no final deste mês, mas, segundo o procurador Luiz Roberto Benvenuto, os órgãos precisam de mais tempo para a realização dos relatórios. A nova data ainda não foi escolhida. Amanhã, numa reunião entre o procurador e os coordenadores do Ibama, será decidido como acontecerão os trabalhos.

Precisamos agir em conjunto para que o trabalho seja feito de forma eficiente. Reconheço que o prazo inicial para a entrega do relatório foi curto. Por isso o estamos prorrogando - explica Benvenuto.

Entre os pedidos feitos pela Procuradoria está uma lista completa das embarcações abandonadas e seus respectivos donos, para que as responsabilidades possam ser cobradas.

Investigação é prioridade para a Procuradoria

Em maio, O GLOBO-Niterói divulgou com exclusividade a abertura de um inquérito civil público para apurar de quem é a responsabilidade pelos navios que estão próximos a Niterói e São Gonçalo. Cerca de 90 embarcações de grande porte, a maior parte delas em péssimo estado de conservação, fazem da região um verdadeiro cemitério. O abandono pode causar um desastre ambiental na baía, semelhante ao provocado pela Petrobras há cinco meses, pois muitas dessas embarcações guardam grande quantidade de óleo. Segundo Vilmar Berna, presidente da ONG Copernatureza, cada navio ainda tem, aproximadamente, cinco mil litros de óleo, o que representa um risco de vazamento de quase 500 mil litros de combustível.

Diversas alternativas foram apresentadas para tentar solucionar o problema. A última delas, defendida por ambientalistas, seria a de retirar o óleo dos porões e afundar os navios em alto-mar, criando arrecifes artificiais.

Outra saída, essa defendida pelo Governo estadual em 1998, seria transformar os navios desativados em presídios flutuantes. A proposta, porém, esbarrou nos protestos de advogados e entidades de direitos humanos.

Benvenuto acrescentou que verificar de quem é a responsabilidade sobre esses navios é assunto prioritário para a Procuradoria:

Precisamos evitar um novo desastre ecológico.

Anexo 7

Produto: O Globo
Data de Publicação: Terça-Feira 18 Julho 2000
Página: 8
Edição: 2
Editoria: O País:PA
Caderno: Primeiro Caderno
Coluna/Seção:
Fonte:
Crédito: Maria Tereza Boccardi
Restrição: Sim
Tipo de matéria: Reportagem
Chamada: Manchete
Série:

O pior desastre ambiental em 25 anos

Vazamento de quatro milhões de litros de óleo da Petrobras atinge rios no Paraná e ameaça abastecimento

Legenda da foto: TÉCNICOS tentam barrar o óleo no Rio Barigui, em Araucária, próximo a Curitiba. O objetivo é impedir que a mancha chegue a União da Vitória

Seis meses depois de um **vazamento** de 1,3 milhão de litros de óleo na Baía de Guanabara, quatro milhões de litros vazaram anteontem, por aproximadamente duas horas, da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), no município de Araucária, Região Metropolitana de Curitiba. É o maior acidente ambiental em mar ou bacias hidrográficas do Brasil nos últimos 25 anos. Esse **vazamento**, que ameaça a região com a destruição da flora e da fauna ribeirinhas e a suspensão do abastecimento de água potável para a população de cidades próximas, é três vezes maior do que ocorreu em janeiro no Rio.

De acordo com o superintendente da Repar, Luiz Valente Moreira, o **vazamento** de óleo foi provocado pela ruptura de uma tubulação durante o bombeamento de combustível do Terminal de São Francisco do Sul, em Santa Catarina, para a Repar. A maior parte do óleo percorreu uma extensão de 2.800 metros ainda dentro da área da refinaria entre às 13h15m e 15h15m. Depois, atingiu os rios Barigui e, em seguida, o Iguaçu, um dos principais do Paraná, que atravessa o estado numa extensão de 800 quilômetros. O Barigui é um dos principais afluentes do Iguaçu.

Mancha já tinha avançado 15km

A mancha de óleo, com cerca de cinco centímetros de espessura, já havia avançado até o fim da tarde de ontem cerca de 15 quilômetros até o distrito de Guajuvira, o que põe em risco pelo menos dez mil pessoas das regiões ribeirinhas, pois o óleo é altamente tóxico.

Segundo o presidente da Petrobras, Philippe Reichstul, as causas do acidente ainda estão sendo investigadas, mas há a possibilidade de a ruptura da tubulação ter sido provocada por envelhecimento de material, já que o duto estava em funcionamento há 23 anos. Reichstul descartou a possibilidade de sabotagem no duto.

Durante todo o dia de ontem, técnicos do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), da Petrobras e do Ibama sobrevoaram a área para tentar avaliar a extensão dos danos ambientais.

Os recursos são ilimitados para conter os riscos. O nosso pessoal já tem autorização para fazer os gastos que forem necessários para conter o **vazamento** e recuperar os rios - afirmou Reichstul, que esteve no local, sobrevoando a área atingida.

Técnicos dos EUA são chamados

Reichstul disse também que técnicos e equipamentos de uma empresa americana, que ajudou na recuperação da **Baía de Guanabara**, estavam sendo mandados para Araucária.

De acordo com o diretor da Petrobras, Albano de Souza Gonçalves, pelo menos 400 homens foram contratados pela empresa para ajudar no trabalho de contenção do **óleo**. Para conter o avanço do combustível pelos rios Barigui e Iguaçu foram instaladas quatro bóias e redes de absorção em diferentes pontos. Em dois deles foram feitos canais para direcionar o **óleo** para valas abertas por escavadeiras no solo - o que facilitaria a coleta do produto.

Outras quatro barreiras seriam instaladas ao longo do Rio Iguaçu, nos municípios de General Carneiro, Balsa Nova, Porto Amazonas e São Matheus. Técnicos do IAP estudam a região para a instalação de barreiras em outros seis pontos, na tentativa de impedir que a mancha avance ainda mais.

Acreditamos que em cerca de dez dias as águas dos rios estarão limpas - disse o superintendente de Meio Ambiente da Petrobras, Irani Varela.

A principal preocupação dos técnicos e dos ambientalistas era que a mancha de **óleo**, que avançava rapidamente com a correnteza dos rios, chegasse até o município de União da Vitória, distante cerca de 200 quilômetros de Curitiba.

Em União da Vitória há o primeiro ponto de captação de água para consumo instalado no Rio Iguaçu. Ele abastece cerca de 73 mil pessoas daquela cidade. Curitiba não corre o risco de ser afetada pelo derramamento de **óleo** porque o acidente ocorreu num trecho do rio cerca de 20 quilômetros após a capital paranaense.

Ao longo do Rio Iguaçu há cinco usinas hidroelétricas - Foz do Areia, Segredo, Salto Santiago, Salto Osório e Salto Caxias. Ele desemboca no Rio Paraná, em Foz do Iguaçu, no extremo oeste do estado, mas os técnicos da Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel) não acreditam que o **vazamento** possa afetar a produção de energia.

Ambientalista diz que caso é dramático

A coordenadora da ONG Rede Verde, Tereza Urban, que esteve ontem na área do **vazamento**, classificou a situação como dramática. Tereza disse que já há uma grande quantidade de peixes morrendo.

Vimos também aves mortas por causa de **óleo**. A situação é dramática - afirmou.

Segundo Tereza, a mancha de **óleo** já avançou pelo menos 50 quilômetros, ao contrário dos 15 quilômetros informados pela Petrobras. Ela disse que a empresa demorou a tomar providências.

Anexo 8

Produto: O Globo
Data de Publicação: Quarta-Feira 26 Janeiro 2000
Página: 7
Edição: 1
Editoria: Opinião
Caderno: Primeiro Caderno
Coluna/Seção:
Fonte: Local
Crédito: Marina Silva
Tipo de matéria: Artigo Assinado
Chamada:
Série:

Passoudos limites

De repente, como em filme de terror, a mancha de óleo avança e vai destruindo tudo: a água da baía, o manguezal, as aves, os caranguejos, as praias, os pesqueiros, as redes. Marca os barcos, marca as casas. Crianças, adultos tentam salvar os bichos lavando, escovando. Tudo fica feio, sujo, os pescadores perdem o ânimo, o mangue perde a vida. E a Petrobras, nos jornais e na TV, afirma o seu "compromisso" com o meio ambiente.

Difícil dizer se a empresa passou dos limites antes, quando não usou a prevenção adequada, ou agora, com seu discurso inaceitável diante do prejuízo que causou à população do Rio, ao patrimônio ambiental do país e a todos os brasileiros.

Vejo essa tragédia com olhos amazônicos, de quem aprendeu a importância da sustentabilidade ambiental a partir de uma realidade oposta, não urbana. O modelo "civilizatório" do Sul e do Sudeste do país, que foi visto por muitos de nós como sonho de futuro, mostrou seus equívocos na Amazônia, sobretudo a partir dos anos 70, com a invasão da colonização baseada na derrubada de floresta e pecuária extensiva, desrespeitando o equilíbrio frágil do meio ambiente e a cultura da população local.

Assim, ao me emocionar e revoltar com o que está acontecendo na Baía de Guanabara, sinto que somos de vivências e ecossistemas tão diferentes, mas nossa tragédia é a mesma: a arrogância de quem tem poder e impõe as suas próprias prioridades como se fossem do interesse de toda a sociedade.

Muitos ainda insistem em chamar o vazamento de "acidente", com a mesma impropriedade com que os desastres ambientais e humanos que se repetem ano a ano nas grandes cidades brasileiras, como as enchentes, são atribuídos à natureza quando são fruto do caos urbano, da especulação que empurra os pobres para áreas de risco conhecido e da demagogia que os deixa lá, sem enfrentar com seriedade as questões da moradia para a população de baixa renda e do equilíbrio ecológico.

O que mais chama a atenção nas reações da Petrobras é sua acentuada preocupação com a imagem da empresa. A nota oficial usa tom forte, com foto dramática de uma ave agonizante, mas a coragem é só aparente. Trata-se de uma peça de marketing - assim como as aparições do presidente da empresa - porque a realidade desmascara o que ali é dito. Na verdade, a Petrobras correu o tempo todo atrás do prejuízo. No início, quando ambientalistas experientes já diziam que o vazamento superava um milhão de litros, ela sustentava que eram 500 mil. Só reconheceu a proporção maior do dano quando a comoção social ficou evidente.

Ao mesmo tempo em que afirmava ser reconhecida internacionalmente como uma das empresas que mais se preocupam com meio ambiente, a ironia - esta sim - era que se avolumavam informações que demonstram o oposto, a persistente negligência com a proteção ambiental.

Uma empresa do porte da Petrobras, que até hoje, com a cumplicidade de autoridades estaduais e federais omissas, não tem licenciamento ambiental para operação e não cumpre a Lei estadual 1.898/91, que exige auditoria ambiental anual, não tem credibilidade para falar em compromisso ambiental. Uma empresa que deixa vazar óleo na baía durante quatro horas sem tomar providências não tem um sistema sério de prevenção e monitoramento de seu altíssimo risco ambiental.

Um gigante como a Petrobras, que só agora fala em procurar técnicas mais avançadas de preservação ambiental, deveria estar sentado num tribunal, no banco dos réus, e não na TV, tapando o sol com a peneira. Diante do impacto ambiental e do prejuízo à população, se alguém deveria ser afastado de seu cargo é o presidente da empresa, responsável maior pela ausência de uma política ambiental adequada, e não dois técnicos pegos para bode expiatório, como aconteceu.

Deve-se, ainda, apontar o que toca ao poder público estadual e federal pelo acontecido. É o Ibama sucateado, sem meios e instrumentos para fiscalizar. É o Governo estadual que talvez não use todo seu empenho para pressionar uma grande empresa a se enquadrar na legislação ambiental. É o excesso de ênfase na multa de R\$ 50 milhões, como se fosse o fecho de ouro para a história. A Lei de Crimes Ambientais precisa mesmo ser cumprida e é evidente que esses recursos devem ser totalmente dirigidos à recuperação da baía, mas o prejuízo real, em termos da cadeia de vida afetada e da desestruturação social daqueles diretamente atingidos, não tem preço e nem prazo para ser saldado.

Se a Petrobras pretende ter, a partir de agora, um compromisso real com o meio ambiente, deve aceitar uma perícia ambiental independente, com participantes e observadores de entidades da sociedade capacitadas para tal.

O que não resolve mais - e agride a inteligência e a sensibilidade de todos os brasileiros - é querer encerrar o assunto interna corporis, contratando peritos que, a rigor, fazem parte do poderoso setor petroleiro, seja nacional ou internacional.

MARINA SILVA é senadora pelo PT do Acre.

Anexo 9

Produto: O Globo
Data de Publicação: Segunda-Feira 31 Janeiro 2000
Página: 7
Edição: 1
Editoria: Opinião
Caderno: Primeiro Caderno
Coluna/Seção:
Fonte: Local
Crédito: Armando Guedes Coelho
Tipo de matéria: Artigo Assinado
Chamada:
Série:

Um olhar sobre a Petrobras

Tive a oportunidade de participar na semana passada, como diretor do Grupo Suzano, da cerimônia de assinatura dos contratos de acionista, fornecimento de matéria-prima e EPC do Pólo Gás-Químico do Rio de Janeiro. Na ocasião, o presidente Fernando Henrique Cardoso expressou de público sua solidariedade ao presidente da Petrobras, Henri Philippe Reischstul, elogiando-o pela coragem com que vem encarando o acidente ecológico na Baía de Guanabara.

Vou me associar ao presidente em suas palavras de solidariedade ao Dr. Reichstul, mas, acima de tudo, quero prestar uma solidariedade mais ampla à própria companhia.

A Petrobras, juntamente com a BNDespar, é sócia da Suzano e da Unipar no Pólo Gás-Químico do Rio de Janeiro, mas o depoimento que pretendo oferecer está acima disso. O depoimento que vou prestar é o de um ex-presidente da Petrobras, que por lá passou 27 anos e que, por isso, conhece profundamente a companhia, seus quadros e sua conduta.

Antes de mais nada, que fique clara uma coisa: não estou aqui para minimizar a gravidade do que ocorreu. O acidente na Baía de Guanabara é lamentável, causa danos efetivamente dramáticos ao meio ambiente e constitui, sob todos os aspectos, uma falha inaceitável e que merece ser punida exemplarmente. Se ainda estivesse na presidência da companhia, eu seria o primeiro a assumir o fato, exatamente como fez agora o Dr. Reichstul.

Este é um lado da questão, dos mais óbvios e incontestáveis. Mas uma coisa é reconhecer que a Petrobras errou ao permitir um grave acidente ambiental. Outra bem diferente é afirmar que a Petrobras é uma companhia que não confere prioridade à preservação do meio ambiente. Isso é falso, injusto e leviano.

Em seus 47 anos de atividades, a empresa tem se notabilizado por iniciativas inéditas e pioneiras em proteção ao meio ambiente, procurando superar exigências legais e buscar a integração com a comunidade dos locais onde atua. Seu desempenho ambiental é superior à média mundial, com ausência de ocorrências de destaque nos últimos dez anos. Ressalte-se que em Campos, de onde provém o grosso do petróleo nacional, as operações de produção são realizadas em pleno Oceano Atlântico, boa parte delas em águas profundas e atingindo até 1,9 mil metros de lâmina d'água. É algo que está muito acima da capacidade de intervenção humana e além da nossa imaginação. São, por isso, operações que se assemelham às de uma verdadeira missão espacial, com toda a complexidade e tecnologia envolvidas.

Também é preciso lembrar que não há empresa de petróleo no mundo com capacidade de proteção integral a todo nível de acidente de vazamento de óleo. Estatísticas mundiais (que têm por fonte a Oil Spill Intelligence Reports) indicam que, de 1978 a 1996, ocorreram em média 200 derrames por ano. São derrames de mais de 38 mil litros de petróleo cada, totalizando uma média anual de 380 milhões de litros e com picos de 760 milhões a 1,13 bilhão de litros (o vazamento em Caxias foi de 1,5 milhão de litros). Nas estatísticas mencionadas, o Brasil não figura no levantamento que cataloga os grandes derrames (superiores a 3,8 milhões de litros) ocorridos na América Latina e Caribe nos últimos 20 anos.

A proteção ao meio ambiente é atividade contínua e de limites infinitos caso se busque a perfeição. Sem procurar justificar o injustificável, o grave acidente ocorrido na Baía de Guanabara, com vazamento de óleo combustível durante operação regular de bombeio, embora de grande proporção, não pode, sob qualquer justificativa, colocar em dúvida o excelente histórico ambiental da Petrobras. As certificações ISO 14.000 obtidas pela companhia estão aí para prová-lo.

Pela amplitude, diversidade e complexidade de suas operações, a Petrobras encontra-se entre as maiores empresas do setor no mundo, produzindo mais de 1,2 milhão de barris/dias de petróleo e refinando 1,5 milhão de barris/dia. Só 16 países em todo o mundo produzem mais de 1 milhão de barris. A Petrobras é detentora da mais desenvolvida tecnologia para exploração de águas profundas do mundo, tendo sido premiada em 1992 pela Offshore Technology Conference (OTC). Sua atuação internacional em upstream e downstream, via Braspetro, Gaspetro BR, se espalha por países como Angola, Argentina, Bolívia, Colômbia, Cuba, Equador, Estados Unidos, Guiné Equatorial, Líbia, Nigéria, Peru, Reino Unido, Trinidad & Tobago e, recentemente, Bolívia. Isso sem considerar a necessidade de escritórios em cidades como Nova Iorque, Houston e Londres. São mais de 30 mil os funcionários que

tornam possível, a cada dia, fazer da Petrobras motivo de orgulho para os brasileiros, seja no país ou no exterior.

Nada disso - repita-se - apaga o erro cometido. Tampouco reduz sua gravidade e a exigência de ampla reparação onde ela se fizer necessária. Mas é preciso que, também quando o assunto é Petrobras, o racional prevaleça sobre o emocional.

Nelson Rodrigues afirmava que o brasileiro é um Narciso às avessas, que cospe na própria imagem. Chegou-se a dizer, nos últimos dias, que a Petrobras seria protegida porque ainda não foi privatizada. O que tem ocorrido - o ambiente criado é prova disso - é justamente o oposto. A Petrobras está, isto sim, sendo muito mais cobrada e criticada por ter o Governo como controlador. Que ela seja cobrada e criticada quando merece, mas que seja tratada com o respeito que também merece.

Quem esteve lá dentro sabe que o meio ambiente é preocupação permanente da companhia. Falhas acontecem, e a Petrobras vai pagar por isso. Mas não vamos condenar além dos limites de um acontecimento lamentável uma companhia da qual temos todos os motivos do mundo para nos orgulhar.

ARMANDO GUEDES COELHO é diretor do Grupo Suzano e ex-presidente da Petrobras

Anexo 10

16

O GLOBO

3ª edição • Quarta-feira, 19 de janeiro de 2000

RIO



A MANCHA DE ÓLEO começa a chegar à Praia do Mauá: 500 mil litros vazaram de uma das 14 linhas que ligam a Refinaria Duque de Caxias ao Terminal da Ilha D'Água, que fica próximo da Ilha do Governador

Um mar de óleo na baía

Num dos maiores vazamentos do Rio, 500 mil litros se estendem por 5 quilômetros

Eric Brucher Camara e
Laura Antunes

A Baía de Guanabara sofreu na madrugada de ontem um dos maiores derramamentos de óleo da sua história — proveniente de um duto da Petrobras — que atingiu uma área de manguezal e se estendeu por cinco quilômetros. A empresa admitiu que, durante a noite, 500 mil litros de óleo refinado vazaram de uma das 14 linhas que bombeiam óleo da Refinaria Duque de Caxias (Reduc) para o Terminal da Ilha D'Água, situado próximo à Ilha do Governador. Para a Feema, o estrago é maior: quase quatro milhões de litros de óleo.

— Vamos aplicar a multa máxima de 44 mil reais (quase R\$ 47 mil) e estudar outros tipos de punição. A Reduc, até hoje, não tem licença de operação da Feema — critica o secretário estadual de Meio Ambiente, André Corrêa.

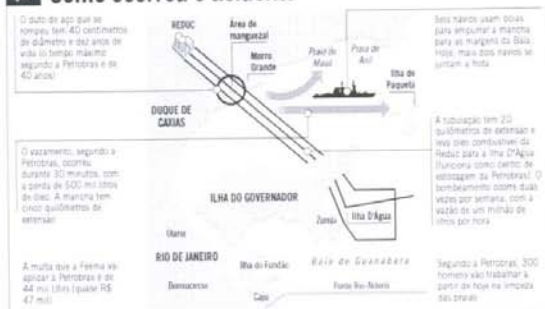
O secretário lembrou que a Reduc, assim como o estado nas próximas semanas um termo em que a empresa se comprometerá a realizar uma análise de risco de todos os dutos em 120 dias, além de pagar medidas compensatórias de mais de R\$ 1,8 milhão por ano por outras infrações. Corrêa vai sobrevoar a área atingida hoje, às 18h, com o presidente da Feema, Axel Graef.

Limpeza da baía deve levar 30 dias

• Por causa da maré vazante, logo depois do acidente a mancha se deslocou em direção à Paqueta. À tarde, com os ventos de sudoeste, ela chegou às praias de Mauá e Anil e se estendeu até a Ilha de Paqueta. De acordo com Graef, o maior risco agora é o de um temporal de verão, com ventos de norte-nordeste, que podem espalhar o óleo pela baía. Com o desastre, foi acionado o plano de emergência conjunto da Petrobras e da Feema para tentar conter o avanço da mancha. A empresa prevê que a limpeza da baía e das praias leve cerca de 30 dias. Na avaliação da Petrobras, o vazamento é de médio porte (700 mil litros). Graef descreveu a estimativa.

— Eles têm condição de calcular melhor que nós, mas, pela extensão da mancha, é difícil acreditar neste número — disse Graef, afirmando que este foi o maior desastre com óleo dos últimos 25 anos na baía. — Em volume, ele só perde para o do navio "Tank", em março de 1975. Graef disse também que este foi o pior acidente em dutos da Petrobras. Ao espalhar-se pelo mar, o óleo forma uma película que impede a troca de oxigênio com a atmosfera, dificultando a vida aquática. Se

Como ocorreu o acidente



Desastres ecológicos que marcaram o mundo

O maior deles ocorreu no Alasca, com 40 milhões de litros de óleo

• Graves desastres ecológicos ocorreram no mundo entre as décadas de 80 e 90. O maior deles foi no Alasca, em 1989, quando o navio petroleiro Exxon Valdez, que transportava 200 mil toneladas de petróleo, se chocou com uma rocha. O casco se rompeu e deixou vaziar 40 milhões de litros de petróleo, cobrindo área de mais de 250 quilômetros quadrados. O derramamento de óleo foi dez vezes maior do que o de ontem, segundo a Feema. Pelos cálculos da Petrobras, foi 80 vezes maior. No mesmo ano, nos Estados Unidos, um petroleiro grego encalhou

perlo de Rhode Island, derramando cerca de 5,5 milhões de litros de óleo. A mancha negra atingiu cinco quilômetros de extensão. Em 1993, no norte da Escócia, um petroleiro americano também encalhou causando um desastre ambiental: deixou vaziar 85 mil toneladas de óleo cru, que atingiu as Ilhas Shetland. Em Gênova, na Itália, o petroleiro cipriota Haven explodiu, em 1991, com 143 mil toneladas de óleo. Foi o maior acidente ocorrido no Mar Mediterrâneo. Além dos danos ambientais, o acidente estragou o lazer dos italianos, pois o

derramamento ocorreu em plena temporada de férias. Cinco anos mais tarde, por uma falha humana, o petroleiro Sea Empress deixou vaziar 65 mil toneladas de petróleo próximo à costa do País de Gales. Mas não foram apenas acidentes petroleiros que causaram desastres ambientais. Na Guerra do Golfo, o Governo do Iraque estorou sete milhões de barris, que cairam no mar do Kuwait. Em 1983, no confronto entre Ira e Iraque, cerca de 4,4 milhões de barris acabaram vazando depois de uma explosão, no campo de petróleo de Noruz, no Golfo Pérsico.

O presidente da Petrobras anunciou que criou uma comissão para apurar as causas do vazamento, que, pela avaliação da empresa, ocorreu durante 30 minutos. Assim que foi identificado, por volta das 2h30m, o bombeamento foi interrompido apenas nesse duto — o mesmo que se rompeu em 1997 provocando um vazamento em pleno manguezal, a apenas um quilômetro de distância do de ontem. — O vazamento não foi identificado visualmente, mas por meio de equipamentos que medem a quantidade de óleo que sai da Reduc e a que chega à Ilha D'Água — afirmou o presidente Henri Philippe Reichstul, que no fim da tarde sobrevoou a

Conheça outros casos no estado

• **MARÇO DE 1997:** Um acidente na mesma tubulação que vazou ontem desperdiçou 600 mil litros de óleo. Foram destruídos quatro mil metros quadrados de manguezal.

• **MARÇO DE 1996:** Uma mancha de óleo com 400 metros quadrados de origem desconhecida foi descoberta na Baía de Jacuquanga, em Angra dos Reis.

• **SETEMBRO DE 1991:** O petroleiro "Theomaria", de bandeira grega, provocou vazamento de 7,5 mil toneladas de óleo cru no litoral Norte Fluminense, depois de ser abastecido em um terminal da Petrobras na Baía de Campos.

• **MARÇO DE 1990:** Um acidente com um navio petroleiro no Terminal da Ilha Grande desperdiçou 40 toneladas de óleo no mar e levou o governador Moreira Franco a interdição.

• **MARÇO DE 1975:** Um vazamento de óleo no navio "Tank". Segundo a Feema, foi o maior da Baía de Guanabara, nos últimos 25 anos.

área que foi atingida pela mancha.

Admitindo prejuízos aos pescadores, ele disse que a empresa vai procurar uma forma de indenizar as pessoas prejudicadas. O deputado estadual Carlos Minc (PT), presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, criticou a Petrobras. — Nos últimos três anos aconteceram 12 vazamentos, metade no mesmo duto. Eles sempre dizem que foi um acidente e que está resolvido. A verdade é que os dutos estão velhos e têm de ser trocados — disse Minc, lembrando que é inútil investir milhões no Programa de Despoluição da Baía de Guanabara se a Petrobras não investe na prevenção de acidentes.

O deputado lembrou ainda que a Petrobras nunca cumpriu a lei que exige das empresas auditorias ambientais. Minc afirmou que a Comissão de Meio Ambiente vai exigir da empresa ressarcimento dos prejuízos que o desastre causar, além do trabalho de recomposição da fauna e flora que o óleo venha a destruir.

Dependendo das causas do acidente, o responsável pode ser processado por crime ambiental e condenado a entre um e três anos de prisão — completou. ■

Anexo 11

16

O GLOBO

Quinta-feira, 20 de janeiro de 2000

RIO

Desastre ambiental

Recuperação de áreas da baía atingidas por óleo vai levar de cinco a dez anos

Ediane Moreira, Eric Brucher Camara, Marcelo Dutra e Selma Schmidt

Serão necessários de cinco a dez anos para recuperar o ecossistema da Baía de Guanabara nas regiões afetadas pelo derramamento de óleo refinado ocorrido recentemente, de acordo com a Feema e a Secretaria estadual de Meio Ambiente. A mancha de óleo já se estendeu por uma superfície de 40 quilômetros quadrados, atingindo as ilhas de Paqueta e Jurubalva. A poluição causada pela óleo — 500 mil litros, segundo a Petrobras, de 800 mil a um milhão de litros, segundo os órgãos ambientais — ameaça, agora, o manguezal de Guapimirim, o maior do estado. Centenas de pescadores devem ficar sem trabalho pelos próximos 30 dias, tempo aproximado para que o problema seja parcialmente resolvido. A mortandade de peixes e aves assusta e já pode ser observada nas áreas das praias atingidas.

Por causa da tragédia ambiental de Guapimirim, o vazamento de toda a história da baía e o quinto acidente provocado pela empresa em apenas quatro anos — a Petrobras, responsável pela Refinaria de Duque de Caxias (Reduc), foi multada em R\$ 194 mil. Metade desse valor foi aplicado pela Feema e a outra parte, pelo Instituto Estadual de Florestas. Os Ministérios Públicos estadual e federal e as Polícias Civil e Federal abriram inquéritos para apurar responsabilidades.

Reduc nunca teve licença ambiental

• Ontem, o Governo anunciou que vai apertar o cerco à Reduc, que nunca teve licença ambiental. De acordo com o secretário estadual de Meio Ambiente, André Corrêa, a refinaria estava se dispondo a assinar um documento em que se comprometia a estabelecer um cronograma de ajustes, incluindo auditoria interna e limpeza da baía. Com o desastre, a secretaria vai exigir que a Reduc abra as portas para um auditor externo a ser indicado pelo Governo.

— Eles estão devendo uma auditoria ambiental há quatro anos — afirmou Axel Graef, presidente da Feema.

A grande preocupação da Petrobras é de que o óleo atinja o manguezal de Guapimirim. Nesse caso, pelos cálculos do superintendente de Logística e Transportes da empresa, Carlos Alberto Martins de Souza, seriam necessários três anos para a recuperação da área. Se o manguezal não ficar comprometido, ele prevê que, em um mês, todo o óleo será recolhido. Hoje, a empresa, que está usando 24 embarcações, aumentará de 500 para 700 o número de homens envolvidos na limpeza. Uma falha na montagem de um duto, que leva óleo da Reduc para o terminal da ilha de Agulhas, foi a causa mais provável do acidente. O duto tinha um uma rasgo que atingiu metade da sua circunferência.

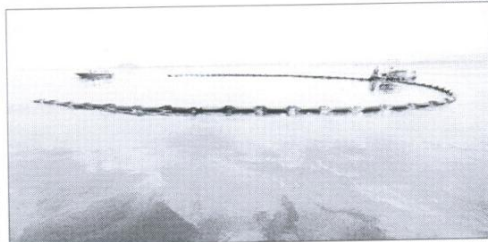
— Não houve negligência. Como já tínhamos feito a substituição de um trecho, esse era um duto acima de qualquer suspeita — disse Carlos Alberto.

De acordo com o oceanógrafo David Zee, o ciclo de vida de algumas espécies que se alimentam das ouras no fundo do mar ficará prejudicado e só deverá voltar ao normal em três anos. Além de matar a fauna e a flora, o óleo despijado deixará resíduos nas pedras da baía.

— Sem ter como se alimentar, algumas espécies morrerão.



UM HOMEM MOSTRA uma ave toda coberta pelo óleo que vazou recentemente de uma tubulação da Reduc: a poluição ameaça também o manguezal de Guapimirim



BARCOS UTILIZAM bóias de contenção para tentar evitar que a mancha de óleo avance ainda mais na Baía de Guanabara



UM MORADOR TENTA retirar o óleo que atingiu as praias da Murenhin e de José Bonifácio, as mais populares da ilha

Óleo invade oito praias de Paqueta

Comerciantes da ilha vão entrar com ação judicial contra a Petrobras

Laura Antunes

• A mancha de óleo que invadiu ontem oito das 11 praias de Paqueta trouxe com ela um rastro de danos não apenas ao meio ambiente mas ao turismo da ilha, que esperava receber pelo menos 30 mil visitantes durante o feriado prolongado. A Associação comercial de Paqueta calcula que os 30 estabelecimentos da ilha (mais de 80% deles sobrevivem do turismo) vão

anunciar um prejuízo de cerca de R\$ 300 mil nesse período. Indignados, os comerciantes decidiram entrar com uma ação de perdas e danos contra Petrobras.

— Logo agora que Paqueta vinha recuperando seu potencial turístico, acontece esse desastre, às vésperas de um feriado prolongado. Alguém vai ter que se responsabilizar por isso — protesta o presidente da associação, Domingos Madeira Neto.

As duas praias mais atingidas pela mancha negra são justamente as mais populares entre os visitantes, a da Murenhin e a de José Bonifácio, que oferece passeios de pedalinho — desde ontem interrompidos. As duas que ainda não foram invadidas são: Garvoas, Praia Grossa e Tamboos. Desde ontem, as pousadas e hotéis começaram a receber pedidos de cancelamento de reservas para o fim de semana prolongado.

Pescadores de Magé assistem à agonia do seu ganha-pão

Seiscentos homens terão que ficar, pelo menos, três meses sem pescar

Alba Valéria Mendonça

• Durante pelo menos três meses a vida em Praia de Magé — quinto distrito de Magé — estará praticamente estagnada. Este é o tempo que os pescadores acreditam ser necessário para que as praias voltem a produzir seu ganha-pão. O óleo atingiu em cheio as praias e manguezais da região, matando centenas de peixes, crustáceos e aves marinhas. A poluição está provocando uma crise no comércio e deixando os 600 pescadores da Colônia 2-3 desesperados, pois o óleo destruiu redes, embarcações e currais de peixes.

Além das redes, currais de peixes também foram destruídos pela poluição. O pescado capturado que ainda não pôde ser retirado de dentro d'água, está todo morto. Garças e mergulhões estão sendo salvos por moradores, na medida do possível. Mas a maioria agoniza nas praias e manguezais por não conseguir sequer respirar ou se mover com as penas cobertas de óleo.

Com lágrimas nos olhos, Jorge Ferreira Francisco lamentava principalmente a perda do curral onde deveriam estar lanchas, corvinas, pescadas amarelas, pescadinhas, robalos e bagres. Há oito anos instalado em Praia de Magé, ele e a mulher viviam da pesca para sustentar os cinco filhos. Agora não sabem como vão conseguir dinheiro enquanto o mar não estiver poluído.

— Vai levar tempo para retirarem toda essa sujeira. E mais tempo ainda para os peixes voltarem a aparecer — comentava Francisco.

O presidente da colônia, Amilton do Nascimento, disse que vai pedir ajuda às autoridades para conseguir indenização da Petrobras. Ele teve trabalho para conter os ânimos dos pescadores diante da notícia de que a Petrobras só indenizaria as redes perdidas com o óleo.

— A situação está caótica. Temos 600 homens de braços cruzados porque não têm onde trabalhar. De que adianta redes novas, se os peixes foram mortos e se o mar continua coberto de óleo? — indagou.

VESTIBULAR
UNIPLI 2000.
PROVAS: 30/01.

VESTIBULAR
UNIPLI 2000.
INSCRIÇÕES
ATÉ 29/01.

ÚLTIMA
CHAMADA PARA
O FUTURO.

VESTIBULAR
UNIPLI 2000.
INSCRIÇÕES
ATÉ 29/01.

ÚLTIMA
CHAMADA PARA
O FUTURO.

Anexo 13

12

O GLOBO

2ª edição • Sexta-feira, 21 de janeiro de 2000

RIO



PESCADOR MOSTRA a rede inutilizada: ele mergulhou na água para recuperar seu barco.



UM CASAL OBSERVA a Praia de José Bonifácio, em Paqueta, que ficou com a areia escurada.

Morte no berço da vida

Maré negra de óleo invade manguezal em área de proteção ambiental na baía

Eric Brucher Camara e Patricia Faria

A maré negra — que já é considerada pelo Governo estadual a maior catástrofe ambiental da história da Baía de Guanabara — invadiu ontem o manguezal da Área de Proteção Ambiental (APA) de Guapimirim, uma reserva protegida por lei. Milhares de caranguejos, aves e árvores estão ameaçadas pelo óleo, que segundo a Feema forma uma mancha de 50 quilômetros quadrados, dez mil a mais que o divulgado pela Petrobras. O secretário estadual de Meio Ambiente, André Corrêa, admitiu ontem que, em alguns casos, o dano ambiental será irreparável. Os manguezais são considerados berços da vida pelos biólogos porque são áreas de reprodução de crustáceos, caranguejos e outros animais. Cerca de dois terços dos peixes da zona costeira dependem deles para se alimentar. Para piorar, os caranguejos do mangue estão em fase de desova e todas as larvas serão intoxicadas pelo óleo.

De acordo com Vilma Cardoso da Silva, chefe da Divisão de Operação da Feema, a invasão do mangue resultou de uma falha no esquema da Petrobras para conter o óleo que vazou da Reduc há três dias.

— Na reunião de ontem (antontem), ficou acordado que eles montariam uma rede de boias na boca do Rio Surui, para impedir que o óleo entrasse com a maré alta e chegasse ao manguezal.

O biólogo Mário Moscatelli, gerente estadual da Política de Manguezais, se revoltou com o novo capítulo da tragédia. Ele afirmou que em cerca de 15 dias centenas de árvores de mangue vão morrer em decorrência da intoxicação pelo óleo. — É um desastre completo. Por que não puseram as boias para conter o óleo? Isso é um crime ambiental — afirmou Moscatelli, que recolheu dentro da APA caranguejos e até um biqui cobertos de óleo.

Petrobras diz que não houve falha

• A Petrobras não admitiu que o óleo tenha invadido a APA, embora a Feema, a Secretaria de Meio Ambiente e O GLOBO tenham constatado o fato. Carlos Alberto Martins, superintendente da Petrobras, afirma que a maré negra está apenas às margens da reserva. Martins também não reconheceu falha no processo de recuperação da baía e anunciou que hoje o grupo de limpeza chegará a mil pessoas, com o reforço de mais 300. Técnicos da Secretaria de Meio Ambiente serão em barcos para capturar animais contaminados e tentar salvá-los.

O ambientalista Sérgio Ricardo, do grupo Os Verdes, denunciou ontem que 17 dos 20 nos que desembocam na baía já foram atingidos pela maré negra. O presidente da Federação dos Pescadores do Rio de Janeiro, Gilberto Alves, alerta que o desastre ambiental será somado a um desastre econômico e social nos próximos meses, já que centenas de pescadores perderam suas fontes de renda. José Mário de Almeida, de 50 anos, há 30 pescando na baía, não sabe como vai alimentar a família nos próximos cinco meses. A si-



PESCADORES NAVEGAM nas águas poluídas por óleo do Rio Surui, com o manguezal de Guapimirim ao fundo, levando nos barcos boias para tentar conter a mancha.



Ministro manda estatal indenizar os pescadores

Petrobras também vai iniciar projeto para recuperar o ecossistema

• BRASÍLIA — RIO. O ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, afirmou ontem que a Petrobras vai tomar todas as medidas necessárias para evitar que haja novo vazamento de óleo na Baía de Guanabara. Por determinação do ministro, a companhia vai indenizar pescadores e iniciar um projeto de recuperação do ecossistema. Tourinho conversou ontem pela manhã com o presidente da estatal, Henri Philippe Reichstul, para recomendar à Petrobras que acelere o processo de ressarcimento dos prejuízos provocados pelo acidente de terça-feira.

— Foi um problema ecológico extremamente sério. A empresa tudo fará para ressarcir os prejuízos não só causados às pessoas, como também ao meio ambiente — disse, assegurando que não haverá qualquer limite de gasto.

O governador Anthony Garotinho disse que vai procurar o presidente Fernando Henrique Cardoso e pedir que o dinheiro do ressarcimento seja liberado rapidamente.

— O estado está investindo milhões de reais na depuração da baía. Acontece um acidente como esse e põe a perder tudo que vem sendo feito — protestou.

O ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, e o presidente do Ibama, Marília Marreco, vêm ao Rio hoje ver os estragos na baía e no manguezal de Guapimirim.

tuação é idêntica para os 500 pescadores da colônia de Gradim. — Estamos no buraco. Não sei o que fazer — diz Almeida, cuja família de dez pessoas vive do mar. O advogado George Telles, representando os cerca de 600 pescadores da Colônia Z-9, que vai de São Gonçalo a Caxias, afirmou que vai exigir cerca de R\$ 12 milhões de indenização. Ele calcula os prejuízos de cerca de 200 embarcações, 150 currais de peixe (armadilhas), duas mil malhas de rede, além do lucro cessante. Para garantir a sobrevivência imediata dos pescadores, ele pediu que a Petrobras pague salários entre R\$ 136 e mil reais. Moradores e comerciantes da baía

de Paqueta também contabilizam os prejuízos da maré negra. O feriado de ontem não atraía nem 10% dos esperados 16 mil visitantes. Só o comerciante Luiz Fernandes da Silva já amarga prejuízo de R\$ 9.600 em mercadorias, além dos R\$ 6 mil investidos na reforma da transeia que ficou cheia de óleo. A Petrobras anunciou ontem que vai ressarcir e cadastrar os moradores de áreas atingidas. A ideia é que eles trabalhem na limpeza do óleo recebendo R\$ 50 por dia. Quem tiver barcos receberá R\$ 130.

O Ibama estuda formas de aplicar multas no total de R\$ 30 milhões. Por determinação do ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, o

órgão vai elaborar laudos sobre o desastre, para permitir a aplicação da Lei de Crimes Ambientais. Técnicos da Petrobras devem divulgar hoje um parecer sobre a causa do vazamento. A primeira hipótese é de ter havido um desalinhamento por falta de material, mas a empresa não descarta uma falha no detalhamento do projeto de construção do duto onde houve o acidente. A estatal torce agora para que a trente fra que deve chegar ao Rio nas próximas horas não traga também um vento sudeste, que segundo especialistas pode espalhar a mancha mais rapidamente.

COLABOROU: Paulo Carvalho

Anexo 14

Produto: O Globo
Data de Publicação: Terça-Feira 25 Janeiro 2000
Página: 14
Edição: 1
Editoria: Rio:RI
Caderno: Primeiro Caderno
Coluna/Seção:
Fonte:
Crédito: Alba Valéria Mendonça, Eric Câmara, Paulo Marqueiro:Paulo Sérgio Marqueiro
Tipo de matéria: Reportagem
Chamada: 1 página:PP:Primeira Página
Série:

Baía terá plano contra poluição

Órgãos de meio ambiente vão atuar juntos para impedir acidentes como o da Reduc

Legenda da foto: UMA DAS BARREIRAS instaladas pela Petrobras contém o óleo perto da Ponte Rio-Niterói; ontem a empresa pôs outras 6 mil metros de bóias na Baía de Guanabara

O derramamento de óleo provocado pela Petrobras na semana passada levou o Governo do estado a tomar ontem uma série de medidas para fazer valer as leis contra crimes ambientais e evitar novos acidentes na Baía de Guanabara. A primeira delas é a criação do Grupo Gestor da baía, a quem caberá mapear rios, rede de esgoto e aterros sanitários que contribuem para a poluição na região. O presidente da Petrobras, Henri Phillipe Reichstul, disse ontem que já não existem mais manchas de óleo na Baía de Guanabara.

A informação foi confirmada pelo presidente da Feema, Axel Graef. Ele salientou, no entanto, que a maré negra ainda ronda as praias de Paquetá, São Gonçalo e o entorno do Rio Suruí, em Magé. Segundo Reichstul, 420 mil litros de óleo foram retirados do mar. O restante se evaporou, se espalhou em finas camadas ou ficou depositado em pedras. Já o delegado Ricardo Bechara, responsável pelas investigações do vazamento, sobrevoou a baía ontem e fotografou manchas de óleo

Petrobras instala mais barreiras

A Petrobras mantém as barreiras de contenção na Baía de Guanabara. O desafio agora é impedir que a película de óleo se espalhe. Para isso, a técnica mais eficaz é a da deflexão. Ontem à tarde, foram instalados mais 6 mil metros de bóias - 4 mil perto da Ponte Rio-Niterói e 2 mil junto aos manguezais. Reichstul informou que começará hoje a limpeza das pedras atingidas. Ele disse que a empresa fará o monitoramento da qualidade de água na baía em conjunto com outros órgãos. O relatório final sobre as causas do desastre será apresentado hoje.

Agora a gente se casou com a baía. Vamos fazer mais - afirmou.

O ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, disse ontem que voltará ao Rio até quinta-feira, assim que receber o relatório da equipe do Ibama que investiga o caso. Ele antecipou que além da multa máxima de R\$ 50 milhões de acordo com o artigo 41 da Lei de Crimes Ambientais, a Petrobras deverá ser enquadrada em outros oito artigos.

A união da Petrobras com a Fundação OndAzul, no entanto, começou a apresentar sinais de desgaste antes de ser oficializada. A ONG divulgou nota ontem esclarecendo que só colaborará com a empresa se ela assumir compromissos para evitar novos desastres como o de terça-feira. O vereador Alfredo Sirkis, que coordena a fundação, afirmou que não quer ser envolvido em jogadas de marketing.

Temos uma reunião marcada para quarta-feira com a direção da Petrobras. Só então saberemos se eles vão assumir compromissos que garantam a transparência da empresa no futuro - disse Sirkis.

Após reunião com o governador Anthony Garotinho, representantes das secretarias de Meio Ambiente, Saneamento, Energia, Desenvolvimento Econômico, da Serla, Feema e do Instituto Estadual de Florestas anunciaram que, concluído o mapeamento das 49 empresas que mais poluem a baía, serão criadas leis ambientais rígidas com prazos mais curtos para que todas as empresas se adaptem às novas normas. Outra decisão é a criação de um fundo para a reestruturação dos órgãos ambientais sucateados, a ser financiado pelas empresas. Para isso, o Governo vai enviar um projeto de lei à Alerj assim que terminar o recesso parlamentar.

A multa que a Petrobras vai receber do Governo federal servirá para a criação de um fundo para a recuperação do ecossistema e para assistir as comunidades atingidas.

Vamos convidar o BNDES para participar deste fórum. Vamos financiar a compra de equipamentos com uma linha de crédito especial para empresas que não tem recursos para se adequar e jogar menos resíduos na baía - afirmou o governador, que vai encaminhar o novo projeto de lei ambiental para ser votado na Assembléia Legislativa.

Garotinho disse que vai pedir hoje ao presidente Fernando Henrique Cardoso a revogação da medida provisória 1949/19, que prevê a anistia das multas a empresas que manifestarem o desejo de se ajustar às normas ambientais e protocolar o reconhecimento de seu erro, como informou Tereza Cruvinel em sua coluna no último sábado.

Íntegra da Lei de Crimes Ambientais no GLOBO ON: www.oglobo.com.br/rio/ambiental/

Aves ganham Centro de Tratamento Intensivo

Hospital em Guaratiba vai tratar das aves que têm alta da emergência

A luta para salvar as aves contaminadas pelo óleo que cobriu parte da Baía está cada vez mais parecida com uma operação de guerra. No início da noite de ontem, dez delas foram transferidas - em um furgão refrigerado - para um hospital montado especialmente para recebê-las, na sede do Instituto Estadual de Florestas (IEF), na Reserva Biológica de Guaratiba.

Assim que a ave melhora um pouco e começa a se alimentar sozinha, ela deve ser transferida para um local mais adequado, mais limpo. Aqui não passa dos primeiros socorros de um hospital de guerra - disse o coordenador da equipe de salvamento, o oceanógrafo Lauro Barcellos, apontando para as tendas de lona verde montadas na Praia do Limão.

A idéia de montar um hospital surgiu da necessidade: com as instalações que tem, o IEF - que recebeu as 13 primeiras aves que tiveram alta do hospital de emergência - não poderia cuidar de outras mais. Mas foi só no início da noite de ontem que a Petrobras bateu o martelo: orientada por Barcellos, a empresa preferiu fornecer o material - um galpão com sombra, bastante água limpa e remédios - que o IEF precisa para manter as aves até que elas possam ser devolvidas à natureza. O período de tratamento de cada ave deve ser de cerca de 20 dias.

Um lixão na Baía de Guanabara

Levantamento revela que 200 toneladas de detritos chegam ao mar todo dia

Angélica Nunes

As águas da Baía de Guanabara recebem por dia cerca de 200 toneladas de lixo. Esse volume dá para encher cerca de cem caminhões basculantes. Garrafas plásticas, sacos de lixo, pedaços de madeira e móveis deteriorados, como sofás e cadeiras. Tudo isso segue navegando quilômetros por rios e canais que passam por 15 municípios e desembocam na baía. O resultado é visível no espelho d'água. As conclusões fazem parte de um estudo da Secretaria estadual de Saneamento e Recursos Hídricos encaminhado ao Grupo Gestor da Baía, criado pelo Governo no mês passado após o vazamento de 1,3 milhão de litros de óleo de um duto da Petrobras. Este grupo está encarregado de identificar fontes de poluição e elaborar leis ambientais mais rigorosas.

O trabalho mapeou as principais fontes de poluição e áreas de maior acúmulo de lixo. As 200 toneladas que chegam à Baía de Guanabara correspondem a 20% do total de lixo não coletado (1.094 toneladas por dia) e que fica exposto no meio ambiente da chamada região contribuinte da baía. Nessa região, segundo dados da secretaria, vivem 7,9 milhões de habitantes, produzindo 12.024 toneladas/dia de lixo.

Para combater o problema, já estão sendo estudadas medidas, entre elas um programa, batizado de Baía Limpa, em parceria com a própria Petrobras. O projeto prevê o uso de embarcações na remoção do lixo do espelho d'água. Os prefeitos das 15 cidades serão convocados para apresentar soluções.

Com as chuvas, essa quantidade de lixo se multiplica. Identificamos que parte do material fica presa nas mangueiras, dificultando o crescimento da vegetação. Além de um trabalho de conscientização da população, é necessário que sejam adotadas algumas medidas para a limpeza imediata desse espelho d'água — disse o secretário de Saneamento, Raymundo de Oliveira.

Projeto orçado em R\$ 2 milhões

A ideia do programa Baía Limpa é ser um braço informal do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG), que prevê a construção de aterros e de três usinas de lixo. O custo da primeira fase do Baía Limpa é de R\$ 2 milhões. Além de prefeitos, o Governo vai reunir ONGs ambientalistas para ouvir outras propostas. Ontem, em Curitiba, o governador Antônio Garibaldi disse que a terceira etapa do PDBG prevê ações contra o despejo de lixo nas áreas dos 15 municípios.

Para limpar o lixo que flutua, o programa estuda o uso de navios próprios para a coleta de detritos, com garças que façam a varredura sobre o espelho d'água, pequenos barcos com entrada dianteira onde o lixo ficará depositado; a instalação de redes móveis em pontos estratégicos para barrar a entrada da sujeira na baía e ainda a coleta manual ou em pequenas embarcações, feita por pescadores.

— Esse trabalho ajudaria os pescadores na época do defeso (proibição da pesca durante o período de reprodução dos peixes). Poderemos retirar o lixo, ensacá-lo e levá-lo até a margem, onde seria recolhido pelos caminhões. Temos medo de os barcos maiores não podem chegar — afirma Gilberto Alves, presidente da Colônia de Pesca 2-8, de Niterói e São Gonçalo, que está participando do projeto.

O presidente da Comlurb, Paulo Carvalho, discorda dos números apresentados pelo estado e das soluções que estão sendo estudadas. Segundo ele, o município do Rio produz uma média diária de 8.519 toneladas (dados do segundo semestre de 99) e não as 11.440 toneladas calculadas pela secretaria. E mais a coleta de lixo com navio no barco, para ele, é paliativo.

— É uma agulha no palheiro. Mesmo 200 barcos não conseguirão limpar. É preciso intensificar a coleta e criar um programa de educação ambiental — diz.



O LIXO ACUMULADO em São Gonçalo, quando a maré baixa, a poluição fica ainda mais visível. Os rios que passam por 15 municípios levam os detritos para o mar

Saiba mais sobre o lixo na baía

O lixo é uma das fontes de poluição ambiental da Baía de Guanabara, ao lado do esgoto e dos resíduos de poluição industrial. Segundo dados do Governo, por dia chegam à baía cerca de 200 toneladas de lixo.



ALGUMAS SOLUÇÕES ESTUDADAS PELO GOVERNO

Algumas soluções estão sendo estudadas para a limpeza do meio: o uso de pequenas navios com garças para coleta de lixo; barcos com entrada dianteira onde o lixo fica depositado; coleta manual ou em pequenas embarcações feita por pescadores e ainda a instalação de redes móveis em pontos estratégicos.



Inquérito contra a Petrobras vai ser dividido em dois

Procuradora quer apurar causas de vazamento e situação das instalações

O Ministério Público Federal denunciou o inquérito civil público contra a Petrobras, que apura as causas do vazamento de 1,3 milhão de litros de óleo na Baía de Guanabara, ocorrido no dia 18 passado. Depois de fazer uma vitória com peritos da Polícia Federal no sistema de comunicação na Refinaria Duque de Caxias (Refucat) e nos Dutos Terminais do Sudeste (DTSE), na terça-feira passada, a procuradora da República Gisele Elias Porto decidiu dividir o inquérito inicial em dois. Um vai continuar apurando as causas do vazamento. O outro, vai investigar a regularidade da operação das linhas e instalações submarinas da Petrobras, no que se refere às licenças ambientais necessárias. Para dar início às investigações, o MP enviou ofício à Agência Nacional de Petróleo (ANP) requisitando cópia das licenças operacionais das linhas de operação da Petrobras, no Rio. O documento também foi enviado ao Ibama e à Fecma pedindo cópia das licenças ambientais concedidas às instalações. Já a Petrobras, o MP pede o envio da relação especificada das instalações.

Mau tempo adia libertação de aves recuperadas

Na próxima sexta-feira, o gerente de Manguezais da Secretaria de Meio Ambiente, o biólogo Mário Moscardini, deverá entregar ao secretário André Correa um documento contendo os projetos para a recuperação dos manguezais de Duque de Caxias, Maré e São Gonçalo, afetados pelo derramamento de óleo. Devido ao mau tempo de ontem a operação de libertação de mais dez aves resgatadas do óleo e recuperação das áreas afetadas pelo óleo de Flóres, a Prefeitura tentará acabar com as linhas negras a partir de depois de amanhã, quando inicie, na altura da Rua Farme de Amoedo, uma obra para ligar a rede de águas pluviais da Prefeitura a uma galeria de esgoto da Cedae paralela ao longo da praia, desde a Avenida Rainha Elisabeth até o Canal do Jardim de Alah. A ligação entre as duas redes custará R\$ 300 mil, ficará pronta em quatro meses e aumentará a vazão do sistema de águas pluviais do bairro.

Lagoa: intimação leva 2 meses

Obra contra língua negra em Ipanema começa na segunda-feira

Somente ontem, mais de dois meses depois de detectado o problema, a Cedae informou o Condomínio Exporte Clube (CEC), no Jardim Botânico, a desativar em sete dias sua ligação clandestina de esgoto na rede de águas pluviais que segue para a Lagoa. Antontem, a Cedae incluiu o CEC na lista de seis imóveis com ligações irregulares, mas garantira que todas já tinham sido concertadas. Reportagem do GLOBO mostrou ontem que o problema não havia sido resolvido. Vistoriada na mesma época do clube, a casa da Rua Pacheco Leão 758, no Jardim Botânico, também apresentou problema idêntico e entrou na lista divulgada pela Cedae. Segundo a estatal, o problema já foi resolvido. Mas ele continua, porque ontem o diretor de Esgotos da

Cedae, Evandro de Brito, informou que depois de amanhã os moradores da casa serão intimados.

O administrador do clube, Bartolomeu Martins, disse que a Cedae prometeu mandar depois de amanhã técnicos para orientar na instalação das tubulações. Nos outros quatro imóveis da lista já foram feitos os concertos. O dono da Padaria Sécuro XX, na Rua Von Martius, Manoel Ascensão, contou que há três meses fez obras no local. Ontem, a Cedae pediu obras de reforço nas caixas coletoras.

Dono de restaurante diz que houve vazamento de água. O dono do Restaurante Couveiro, Jair Pinto, ficou indignado com a divulgação do nome de seu estabelecimento como um dos infratores. Situado na Rua Pacheco Leão, o restaurante é vizinho de uma casa onde em 95 ocorreu vazamento na caixa d'água.

— Não era esgoto. Era água que saía da casa vizinha — diz Jair.

Óleo derramado ameaça 40% da vida na baía

Ibama conclui que verdadeira dimensão do desastre ambiental só vai ser conhecida nas próximas semanas

Eric Brucher Camara

Menos de duas semanas depois do vazamento devastador no oleoduto da Petrobras, especialistas calculam que até 40% da vida na Baía de Guanabara estejam em perigo. A maré negra, que se concentrou principalmente nos manguezais do fundo da baía, continua a pôr em risco a sobrevivência de tainhas, biguás, caranguejos, arvores de mangue e microrganismos. Relatório do Ibama divulgado na última semana confirma o diagnóstico dos ambientalistas e ressalta que a dimensão real da tragédia só será conhecida nas próximas semanas. O biólogo Elmo Amador teme até pelos golfinhos.

Estou muito preocupado com isso. Eles entram na baía atrás de cardumes de sardinhas e parati e chegam à área mais atingida. Com esse acidente, podem deixar de vir por muito tempo, o que aconteceu com baleias — afirmou Amador, coordenador da ONG Baía Viva.

Estes mamíferos, no entanto, poderiam desaparecer para se proteger. Quem não pode fugir são crustáceos, em especial caranguejos que vivem no mangue. Amador explica que eles acabam morrendo intoxicados ou asfixiados pelo óleo. Peixes como tainhas e robalos, também correm riscos maiores.

Impacto maior é sobre mangues

As imagens de biguás cobertos de óleo começaram a aparecer pública nas últimas semanas. Calcula-se que o maior impacto, no entanto, foi sobre os manguezais. Nos cálculos da Petrobras, foram atingidos 30% do total. A destruição provocada por cerca de 1,3 milhão de litros de óleo só poderá ser bem avaliada nos próximos meses.

O óleo recobre as raízes aéreas das árvores de mangue e dificulta as trocas gasosas. Nas próximas semanas, o mangue começará a desfolhar. É um processo que leva à morte — diz o biólogo Mário Montecelli, gerente estadual da Política de Manguezais, que na última semana encontrou 67 caranguejos, de cinco espécies, mortos em uma área de apenas 25 metros quadrados na Área de Proteção Ambiental (APA) de Guapimirim.

O manguezal é reconhecido pelos biólogos como uma de vida. Cobertos pela maré negra, ovos e larvas de peixes e crustáceos são condenados. O acidente aconteceu na época em que os caranguejos-ujá iam desovar. A morte das árvores também tem impacto importante na cadeia alimentar da baía, ao ponto de aves como biguás, garças grandes e pequenas, maguari e atobale terem que buscar outras paragens.

Algumas aves morreram, mas a maioria vai fugir para onde haja mais alimentos — diz Amador.

Recuperação levou 20 anos

A engenheira química Dora Hees de Negreiros, superintendente do Instituto Baía de Guanabara (IBG), compara o acidente com o maior derramamento de óleo na baía — o segundo maior do Brasil — que aconteceu com o navio "Tark Ibn Zyad", em janeiro de 1975. Na época, o manguezal do Jequiá, na ilha do Governador, foi contaminado com cerca de seis milhões de litros de óleo bruto. O desastre contaminou principalmente costas rochosas, mas o mangue levou quase 20 anos para voltar à forma antiga.

É lamentável que o mesmo manguezal que levou tanto tempo para se recuperar volte a sofrer tal agressão. Dessa vez foi pior, porque atingiu entre 30% e 40% da área em que se concentra a vida da baía — afirma Dora de Negreiros. A ruptura na cadeia alimentar pode vir a prejudicar nos próximos meses até mamíferos como capivaras, guaxinins e aranhas que vivem na APA. Entre as vítimas, o jacaré-de-papo-amarelo pode ficar à margem. O mamífero mais prejudicado será o homem. O relatório do Ibama ressalta as dificuldades que serão enfrentadas pelos pescadores. Os especialistas constataram uma queda significativa na produção de crustáceos. O Ibama salienta as perdas causadas na área de turismo.

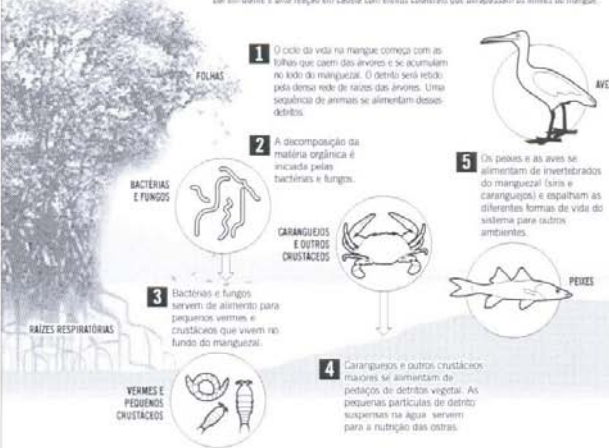
Pescadores e catadores de caranguejo vão ter sua fonte de renda ameaçada por dez a 20 anos — diz Amador, preocupado também com os mamíferos de sua espécie.

Um duto que liga a Refinaria Duque de Caxias (Reduc) ao Terminal da Ilha União se rompeu e vazou 1,3 milhão de litros de óleo na madrugada do dia 18 passado, num dos maiores desastres ambientais da Baía de Guanabara. Em poucas horas a mancha de óleo avançou pelas praias do fundo da baía, atingindo os manguezais onde se reproduzem peixes e crustáceos. Em poucos dias, a mancha atingiu as ilhas do Governador e de Paqueta, chegando perto da Ponte Rio-Niterói, enquanto a Petrobras era acusada de omissão e demora nas providências para conter o óleo. O Ibama aplicou multa de R\$ 51 milhões à empresa.

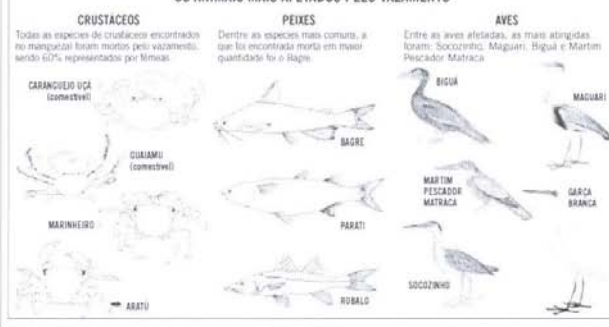
Como o vazamento afeta o manguezal

UM DELICADO EQUILÍBRIO

Os prejuízos causados pelo vazamento vão muito além da morte de aves e peixes. O óleo impermeabiliza as raízes das árvores, provocando a morte dos vegetais por asfixiamento e intoxicação. Sem as árvores, essenciais na primeira etapa da cadeia alimentar do manguezal, o equilíbrio do ecossistema é quebrado. Daí em diante é uma reação em cadeia com efeitos colaterais que ultrapassam os limites do mangue.



OS ANIMAIS MAIS AFETADOS PELO VAZAMENTO



Petrobras já estipulou valor de indenizações

Estatual se nega a divulgar quanto pagará às famílias que prejudicou

A Petrobras já decidiu o valor das indenizações que serão pagas às pessoas que tiveram prejuízos com o vazamento de óleo na Baía de Guanabara. O superintendente de Exploração e Produção da estatal, Rodolfo Landim, não quis divulgar o valor, mas adiantou ontem que o cadastramento das famílias está em fase de

conclusão. Landim disse ainda que a Petrobras vai transferir para o Ibama o mais rapidamente possível os R\$ 15,3 milhões referentes à devolução do desconto de 30% do valor da multa de R\$ 51 milhões.

— É um procedimento simples, já que a Petrobras já tinha decidido que o valor do desconto seria destinado à

baía mesmo — explicou.

Técnicos da Petrobras fizeram uma inspeção ontem na Praia de Mauá, em Magé, a área mais atingida pelo vazamento. O empreendimento de pesca continua parado e os baldeiros frigoríficos das pescarias permanecem vazios. A aparência das praias é de limpeza, mas ainda há uma camada fina de

óleo na superfície.

— A limpeza já começou agora — disse Landim.

Moradores da Praia de Mauá estão preocupados com a possibilidade de contaminação do lençol freático, porque alguns poços artesanais tinham óleo. Landim disse que a quantidade de pesca de óleo existente não se deve ao vazamento.

Entenda o caso

Um duto que liga a Refinaria Duque de Caxias (Reduc) ao Terminal da Ilha União se rompeu e vazou 1,3 milhão de litros de óleo na madrugada do dia 18 passado, num dos maiores desastres ambientais da Baía de Guanabara. Em poucas horas a mancha de óleo avançou pelas praias do fundo da baía, atingindo os manguezais onde se reproduzem peixes e crustáceos. Em poucos dias, a mancha atingiu as ilhas do Governador e de Paqueta, chegando perto da Ponte Rio-Niterói, enquanto a Petrobras era acusada de omissão e demora nas providências para conter o óleo. O Ibama aplicou multa de R\$ 51 milhões à empresa.

NORMA MELO BUONAFINA
(MESSA DE 1 ANO)
Sua família convide parentes e amigos para a missa a ser celebrada no dia 31/01, (2ª FÉRIA) às 19:00 h, na Paróquia N. Sra. da Saúde, na Curúcia, Jacarepaguá Rua: Olívia Uzeda, 231.

PEDRO JAGUARIBE ALENCAR DE MOURA
Sua família convide parentes e amigos para a missa a ser celebrada no dia 31/01, às 18h, na Capela do Coração Virgem, de Lourdes, na Rua São Domingos, 430.

ARY MARTINS
Sua família convide parentes e amigos para a missa a ser celebrada no dia 31/01, às 18h, na Paróquia São Paulo Apóstolo, R. Santa do Espírito, 30, Curúcia. (Telefone disponível, gratificante se os contatos).

CEL. JOÃO MOTTA CASTELLO BRANCO
A família comunica o seu falecimento ocorrido em 25/01/00 e convide parentes e amigos para a Missa de 7º Dia que será celebrada dia 31/01/00, às 11:30 horas, na Igreja Bom Jesus do Calvário, Rua Conde de Bonfim nº 50.

O GLOBO

PREÇOS PARA AVISOS RELIGIOSOS E FUNERÁRIOS

DIAS ÚTEIS			DOMINGO		
LARGURA	ALTURA	R\$	LARGURA	ALTURA	R\$
4,0cm	3,0cm	272,00	4,0cm	3,0cm	448,00
4,0cm	4,0cm	276,00	4,0cm	4,0cm	460,00
4,0cm	5,0cm	270,00	4,0cm	5,0cm	475,00
5,0cm	3,0cm	444,00	5,0cm	3,0cm	690,00
5,0cm	4,0cm	592,00	5,0cm	4,0cm	1.120,00
5,0cm	5,0cm	740,00	5,0cm	5,0cm	1.250,00
6,0cm	3,0cm	1.242,00	6,0cm	3,0cm	1.840,00
6,0cm	4,0cm	888,00	6,0cm	4,0cm	1.380,00
6,0cm	5,0cm	1.352,00	6,0cm	5,0cm	2.070,00
14,0cm	7,0cm	1.554,00	14,0cm	7,0cm	2.412,00
14,0cm	10,0cm	2.220,00	14,0cm	10,0cm	3.450,00

Para outros formatos consulte nossas agências de classificados, de segunda a sexta-feira das 8:30 às 17:00 horas.
Fórmula: Preço da Publicação x Rua: Ineu Marinho, 35 — Tel.: 534-9501, 934-9503, 934-9545.
Sábados das 9:00 às 10:30 horas para anúncios a serem publicados no Domingo.
Sábados das 9:00 às 16:00 horas para os demais dias.
Domingo: de 14:00 às 19:30 horas.
Não aceitamos anúncios de missa e falecimento por telefone.

O GLOBO
COMUNIDADE

► Não forme fila dupla na porta dos colégios.

Anexo 17

Entrevista realizada por *e-mail* com Carlos Teodoro José Hugueney Irigaray, Procurador Geral do Estado do Mato Grosso e Professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Mato Grosso, em 18 de maio de 2011.

1. *Como a temática ambiental é abordada nas faculdades de Direito atualmente? Você considera essa abordagem eficiente? Em que pontos ela poderia melhorar?*

Prof. Irigaray: A temática tem sido abordada de forma fragmentada, em uma disciplina geralmente optativa, no qual a questão legal tem sido privilegiada em detrimento da realidade onde o direito posto deveria ser aplicado. Ou seja, o excessivo dogmatismo do curso jurídico também se manifesta (em grau menor) no ensino do Direito Ambiental.

A temática ambiental deveria permear todas as disciplinas jurídicas, dado seu conteúdo transdisciplinar envolvendo atividades de campo, palestra com profissionais de outras áreas (antropólogos, ecólogos, etc), sempre considerando a aplicação concreta da legislação ambiental (quase inexistente) e investigando as razões da pouca efetividade desse direito.

2. *Como nota a percepção dos estudantes de Direito diante da temática ambiental? Na sua opinião, até que ponto essa percepção é influenciada pelos meios de comunicação utilizados pela grande imprensa? Trata-se de uma influência positiva ou negativa?*

Prof. Irigaray: A percepção é geralmente setorializada, sem noção do "conjunto", nem do contexto. Muitos alunos são incapazes de arrolar dez problemas ambientais da atualidade, e alienados pautam suas análises pelo lixo da imprensa (Veja, Isto É e cia). A influência é negativa, na medida em que geralmente os jornalistas não são investigativos e nem podem ser críticos, resultando em matérias fracas que mais desinformam que elucidam.

3. *Como a área do Direito Ambiental se vale da transdisciplinaridade na abordagem dos seus temas? Considera suficiente?*

Prof. Irigaray: Uma das peculiaridades do Direito Ambiental é a interdisciplinaridade, razão pela qual alguns conceitos e princípios próprios de outras áreas são trabalhados num curso de Direito Ambiental; contudo, há uma distância grande de uma abordagem transdisciplinar. Alguns temas da atualidade, como o aquecimento global, estão

propiciando uma abordagem transdisciplinar e abrindo a cabeça dos acadêmicos para uma visão mais integrada e global, mas este processo está apenas começando.

4. *Quais os maiores desafios para se alcançar uma abordagem transdisciplinar?*

Prof. Irigaray: A maior limitação reside na formação dogmática dos professores e na alienação persistente dos alunos que preferem trabalhar com o direito posto sem questionar seus pressupostos. Na área do direito são raros os professores que leram Morin ou outros pensadores da atualidade, dedicando-se a trabalhar conteúdos de manuais didáticos que preparam os acadêmicos para as carreiras jurídicas.

5. *Na sua visão, como a grande mídia tem tratado temas em pauta na atualidade, como a licença ambiental para a construção da UHE Belo Monte e as reformas no código florestal?*

Prof. Irigaray: Com uma superficialidade irritante que subestima o leitor minimamente informado. Belo Monte parece ser um assunto que interessa apenas a índios e “ecochatos” e a população ignora que estamos diante da mais cara obra já financiada com recurso público, com um canal no meio da floresta maior que o Canal do Panamá, com impactos sobre indígenas ainda isolados e uma produção de energia pífia no período de seca onde a demanda é maior. O Código Florestal é outro tema que tem sido abordado de forma confusa, sem que a população saiba minimamente quais as consequências das alterações propostas pelos ruralistas. Resta evidente os interesses que pautam a grande imprensa no país e a subserviência de alguns “grandes” jornalistas que escrevem a gosto dos financiadores.

6. *Existe algum outro tema que considera relevante? Qual? Por qual motivo? Este tema tem recebido a devida atenção por parte da grande mídia?*

Prof. Irigaray: A política agrícola no país deveria receber maior atenção da imprensa, ante os impactos do modelo apoiado pelo Governo. Estamos diante de um modelo que premia a concentração, com incentivos implícitos (ausência de punição nas violações às leis ambientais) e explícitos (desoneração da soja, etc.) além de grandes impactos ambientais que vão desde o desmatamento, a contaminação por pesticidas, a degradação dos corpos hídricos, etc. A atenção na mídia tem sido dado ao “avanço” no campo, que contrasta com o atraso social (trabalho escravo, etc), como se o superávit fiscal fosse maior que o passivo que estamos deixando para as gerações presentes e

futuras. Recentemente uma pesquisa constatou que o leite materno de 100% das mulheres pesquisadas em grande polo sojicultor do Estado (a pesquisa envolveu 70% das mulheres que amamentam) estavam com alto índice de contaminação por agrotóxico. Isso rendeu apenas um artigo nos jornais sem nenhum desdobramento.

7. *Enquanto cidadão engajado na causa ambiental, como percebe a abordagem realizada pela grande mídia diante dos temas ambientais? E enquanto educador e procurador do Estado do Mato Grosso?*

Prof. Iriagaray: Enquanto cidadão, procuro exercer minha cidadania na Universidade, na Procuradoria, nas ONGs e nas relações sociais que mantenho. Não se pode ser cidadão "part time". Minha visão como Procurador é a mesma como educador e pai de família e minhas críticas são consistentes, porque também trabalho apontando alternativas e dialogo mesmo com os setores ruralistas mais atrasados. Tenho buscado manter um canal também com a mídia mas considero que a abordagem da matéria ambiental pela "grande" imprensa nacional é fraca e tendenciosa. Não é comum encontrar matérias que abordem temas ambientais com profundidade e clareza. Percebe-se que há uma deficiência dos jornalistas que é muitas vezes falha acadêmica (desinformação) e não raramente falha no caráter ("venda" da consciência).

8. *Uma vez que o Estado do Mato Grosso é um dos estados brasileiros que mais tem sofrido com a degradação ambiental imposta pelo modelo agroexportador de produção da soja, percebe alguma diferença na forma como a questão ambiental é tratada no estado em relação aos demais estados do país por parte da grande mídia?*

Prof. Iriagaray: A imprensa no MT enfrenta naturalmente maiores limitações que a imprensa no sul do País e os jornais e a televisão são fortemente dependentes do Governo quando não estão nas mãos de políticos. Desse modo, a abordagem da questão ambiental tem espaço reduzido e somente aparece em frestas abertas por jornalistas mais comprometidos com essa temática, ainda assim em textos que precisam ser escritos com "pontas de dedos", para não criar constrangimentos.

9. *De acordo com a sua experiência como cidadão engajado nas questões ambientais, o que acha que falta para que a sociedade, de modo geral, consiga se dar conta das questões ambientais e da sua complexidade? Como resolver essa questão?*

Prof. Irigaray: A educação ambiental segue sendo o melhor instrumento para despertar a consciência da população nessa área e o Direito Ambiental tem um papel importante nesse processo, na medida em que pode contribuir para garantir maior efetividade das leis ambientais que possuem também efeito pedagógico.

Sigo apostando no ensino e na prática do Direito Ambiental, porque percebo os avanços que já tivemos nas últimas 'décadas em termos de conscientização e de aplicação desse Direito.